

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

**A IMPORTÂNCIA DAS IPSS NA ECONOMIA
SOCIAL E NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
CONCELHO DE ALVAIÁZERE**

NÁDIA CRISTIANA MARQUES BRÁS

MESTRADO EM DIREÇÃO E GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES DE
INTERVENÇÃO SOCIAL

ORIENTAÇÃO PROFESSOR DOUTOR CRISTOVÃO MARGARIDO

Leiria, Setembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Neste percurso repleto de altos e baixos é fundamental deixar um agradecimento a todas as pessoas, que contribuíram para a concretização deste estudo e sem as quais não seria possível:

Pelo que agradeço:

- Ao meu orientador, professor Cristóvão Margarido, pela orientação pedagógica, profissionalismo, responsabilidade, motivação e partilha de conhecimentos;

- À colega e amiga Beatriz Inácio, pelo apoio e companheirismo nesta jornada;

- À minha amiga Sara Gonçalves, por me acompanhar desde a licenciatura e, mesmo com os nossos caminhos desencontrados, continuar a apoiar-me e a aturar-me;

- A toda a minha família, especialmente à minha mãe pelo apoio incondicional e por nunca deixar de acreditar em mim, a minha irmã Marta por ter me auxiliado durante o processo de elaboração deste estudo e a minha avó Arminda que partiu antes de me ver terminar esta etapa da minha vida;

- Ao Ruben Oliveira, pelo apoio incondicional, amor constante, por estar sempre presente, mesmo nos momentos mais desafiantes. Obrigada por me incentivares a continuar quando tudo parecia difícil, por acreditares em mim mesmo quando eu duvidava, e por nunca me deixares desistir.

RESUMO

A Economia Social assume, nos dias de hoje, um papel cada vez mais relevante nas sociedades contemporâneas, sendo reconhecida pelo seu contributo na promoção da coesão social, no combate às desigualdades e na criação de respostas sociais ajustadas às necessidades locais. Apesar do seu crescimento e impacto, este setor continua a enfrentar desafios significativos.

Neste contexto, destaca-se a importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), enquanto agentes fundamentais da Economia Social em Portugal. Estas instituições, além de prestarem serviços essenciais nas áreas da infância, terceira idade, deficiência e apoio social, contribuem de forma expressiva para o desenvolvimento económico e social dos territórios onde se inserem.

A presente investigação centra-se nas IPSS do concelho de Alvaiázere, pertencente ao distrito de Leiria, com o objetivo de analisar o seu papel no desenvolvimento local. Através da aplicação de questionários e entrevistas, procurou-se compreender de que forma estas organizações respondem às necessidades sociais da população, quais os impactos gerados no emprego direto e indireto, e como articulam estratégias com outras entidades locais para promover a inclusão social e combater a pobreza.

Os resultados obtidos demonstram que, apesar de limitações estruturais e recursos escassos, as IPSS assumem uma função insubstituível na melhoria da qualidade de vida das comunidades. O voluntariado e a articulação com parceiros institucionais reforçam a sua ação, contribuindo para a estabilidade socioeconómica e a coesão territorial.

Palavras chave

Comunidade, Desenvolvimento Local, Economia Social, Instituições Particulares de Solidariedade Social

ABSTRACT

Social Economy plays an increasingly relevant role in contemporary societies, being recognized for its contribution to the promotion of social cohesion, the fight against inequalities, and the development of social responses tailored to local needs. Despite its growth and impact, this sector continues to face significant challenges.

In this context, the importance of Private Institutions of Social Solidarity (IPSS) stands out as fundamental agents of the Social Economy in Portugal. These institutions not only provide essential services in areas such as childhood, elderly care, disability, and social support, but also contribute significantly to the economic and social development of the territories in which they operate.

This research focuses on the IPSS of the municipality of Alvaiázere, in the district of Leiria, with the aim of analyzing their role in local development. Through the application of surveys and interviews, the study sought to understand how these organizations respond to the population's social needs, their impact on direct and indirect employment, and how they implement strategies in collaboration with other local entities to promote social inclusion and combat poverty.

The results show that, despite structural limitations and scarce resources, IPSS play an irreplaceable role in improving the quality of life within communities. Volunteering and collaboration with institutional partners further strengthen their impact, contributing to socioeconomic stability and territorial cohesion.

Keywords

Community, Local Development, Social Economy, Private Institutions of Social Solidarity

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral	v
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabela.....	viii
Índice de Gráficos.....	ix
Abreviaturas.....	xi
Introdução	1
1. Enquadramento teórico	3
1.1 Economia Social.....	3
1.1.2 Evolução da Economia Social.....	3
1.1.3 O conceito de Economia Social.....	5
1.1.4 As Organizações de Economia Social	8
1.2 Instituições Particulares de Solidariedade Social.....	12
1.2.1 Enquadramento Legal.....	13
1.2.2 Caracterização das IPSS	15
1.2.3 As IPSS e a Economia Social	20
1.3 Desenvolvimento local	22
1.3.1 Conceito de Desenvolvimento	22
1.3.2 Desenvolvimento local e as suas especificidades	24
1.3.3 O contributo das IPSS para a inclusão social o desenvolvimento local ..	26
1.3.4 Desafios enfrentados pelas IPSS na economia social e no desenvolvimento local.....	29
2. Caracterização do concelho de Alvaiázere e as suas IPSS.....	31
2.1 Caracterização do concelho de Alvaiázere.....	32

2.1.1	Dimensão geográfica e demográfica	32
2.1.2	Dimensão económica	34
2.2	Caracterização das IPSS do concelho de Alvaiázere.....	35
2.2.1	IPSS, entidades públicas e entidades privadas	35
2.2.2	Caracterização das IPSS	36
3.	Metodologia.....	42
3.1	Objetivos.....	42
3.2	Tipo de estudo	43
3.3	Instrumentos de recolha de dados.....	45
3.4	Procedimentos.....	48
3.5	Técnicas de tratamento de dados	49
4.	Apresentação e discussão de resultados	49
4.1	Entrevista	49
4.1.1	Caracterização dos sujeitos de estudo da entrevista	49
4.1.2	Análise dos resultados das Entrevistas	52
4.2.	Questionário.....	73
4.2.1	Caracterização dos participantes do questionário	73
4.2.2	Análise dos resultados do questionário.....	77
	Conclusões.....	91
	Bibliografia.....	94
	Anexos.....	99
	Anexo I- Consentimento informado	99
	Anexo II- Guião de Entrevista.....	100
	Anexo III – Sinopse Entrevistas	102
	Anexo IV – Questionário.....	129

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Evolução dos principais indicadores- Cooperativas	9
Figura 2- Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas	9
Figura 3- Evolução dos principais indicadores – Misericórdias.....	10
Figura 4- Evolução dos principais indicadores – Fundações	11
Figura 5- Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II- 2023	16
Figura 6- Enquadramento do município de Alvaiázere na NUTS III	32

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1- Respostas Sociais e Serviços existentes	17
Tabela 2- População residente do concelho de Alvaiázere por Grupo etário no ano 2023	33
Tabela 3- IPSS presentes no concelho de Alvaiázere	38
Tabela 4- Recursos Humanos IPSS	41
Tabela 5- Tempo de exercício de funções como Diretoras Técnicas	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição (%) das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.....	12
Gráfico 2- Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Contínente 2023 percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II	14
Gráfico 3- Importância das IPSS na Economia Social	21
Gráfico 4- População alvo das IPSS.....	37
Gráfico 5- Capacidade, frequência, Utentes com e sem acordo das respostas sociais ...	40
Gráfico 6- Sexo dos participantes.....	49
Gráfico 7- Faixa etária	50
Gráfico 8- Habilitações.....	50
Gráfico 9- Área da licenciatura	51
Gráfico 10- Sexo dos participantes.....	73
Gráfico 11- Faixa etária	74
Gráfico 12- Naturalidade	75
Gráfico 13- Estado civil.....	75
Gráfico 14- Habilitações.....	76
Gráfico 15- Número de elementos do seu agregado familiar	76
Gráfico 16- Freguesia de residência	77
Gráfico 17- Perceção sobre o número de IPSS existentes no concelho	78

Gráfico 18- Número de inquiridos que já recorreram aos serviços das IPSS	79
Gráfico 19- Se os inquiridos responderam que sim ou Ainda Utilizo quais os serviços a que recorrem ou recorreram	80
Gráfico 20- Identificação da IPSS a que pertencem os serviços mencionados	81
Gráfico 21- Respostas sociais que a comunidade tem conhecimento que existem no concelho de Alvaiázere.....	82
Gráfico 22- Importância das respostas sociais para a comunidade	84
Gráfico 23- Principais desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere	86
Gráfico 24- As IPSS têm respostas adequadas e suficientes para responder às necessidades da população	87
Gráfico 25- Contribuição das IPSS para a economia e para o desenvolvimento local ..	88
Gráfico 26- Contributos das IPSS para o concelho	89
Gráfico 27-Envolvimento da comunidade com as IPSS locais	90

ABREVIATURAS

ATL – Atividades de Tempos Livres

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CDSS – Centro Distrital da Segurança Social

CES - Conselho Económico e Social

CIRIEC – Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa

CNES- Conselho Nacional para a Economia Social

CNIS – Confederação Nacional das Instituições Sociais

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DT.A- Diretora Técnica A.

DT.B- Diretora Técnica B.

DT.C- Diretora Técnica C.

DT.D- Diretora Técnica D.

DT.E- Diretora Técnica E.

ES – Economia Social ETC – Unidades de trabalho a tempo completo

EIPSS- Estatuto das Instituição Particular de Solidariedade Social

ERPI- Estrutura Residencial para Idosos

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEADER- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LBES- Lei de Bases da Economia Social

LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

OES – Organizações da Economia Social

SAD- Serviço de Apoio Domiciliário

ULRM - Unidade de Longa Duração e Manutenção

UMDR - Unidade de Média Duração e Reabilitação

VAB – Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, surge no âmbito do Mestrado de Direção e Gestão de Organizações de Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria.

A dissertação de mestrado apresentada tem como tema “A importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social na economia social e no desenvolvimento local no concelho de Alvaiázere”. A escolha deste tema prende-se com o interesse pessoal e académico da autora na área da economia social, bem como com a relevância que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assumem nos territórios de baixa densidade populacional, como é o caso do concelho de Alvaiázere. Além disso, verificou-se uma escassez de estudos empíricos direcionados a esta temática neste território específico, o que reforçou a pertinência da investigação e a motivação para o seu desenvolvimento.

A economia social abrange um conjunto de organizações que se diferenciam do setor público e do setor privado lucrativo por darem primazia às pessoas. Este setor tem vindo a assumir uma importância crescente na resposta a problemas sociais e as IPSS evidenciam-se como protagonistas neste setor, uma vez que, são entidades de iniciativa privada, sem fins lucrativos, que visam o bem-estar dos indivíduos através de respostas sociais nas áreas da infância, juventude, deficiência, idosos, pobreza, entre outras.

Esta dissertação é um processo de recolha, análise e organização de informação. Trata-se de um percurso que proporcionou uma aproximação concreta à realidade social do concelho, permitindo uma compreensão mais direta e vivenciada dos desafios e das dinâmicas locais.

Após a pesquisa bibliográfica foram delineados objetivos. Para responder aos objetivos seguiu-se uma metodologia do tipo quantitativo e qualitativo com recurso ao inquérito por questionário e a entrevista. O objetivo geral deste estudo é: “Compreender a importância das IPSS na economia social e no desenvolvimento local no concelho de Alvaiázere.”

A Dissertação está organizada por vários pontos para uma melhor compreensão dos temas abordados. Inicia-se com o enquadramento teórico onde são explorados conceitos e as suas temáticas envolventes como a economia social, as IPSS e o desenvolvimento local. De seguida é apresentada a caracterização do concelho de Alvaiázere assim como das IPSS presentes no local. Após a caracterização é elaborada uma descrição da

metodologia utilizada para a realização do trabalho empírico. Apresenta-se primeiramente uma referência ao tipo de estudo e depois aos instrumentos de recolha de dados. Seguidamente é feita a apresentação e discussão dos resultados onde é representada a caracterização dos entrevistados seguindo-se da análise das entrevistas e posteriormente a caracterização dos inquiridos por questionário e a análise dos questionários. Por fim, na conclusão será feita uma reflexão sobre todo o trabalho efetuado.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 ECONOMIA SOCIAL

A revisão bibliográfica no contexto das organizações de economia social é fundamental para contextualizar o desenvolvimento desta investigação que se centra num dos tipos de organização deste setor, as IPSS.

Este capítulo compreende uma breve abordagem à economia social, sustentando a reflexão em diversas referências teóricas consideradas as mais pertinentes sobre esta temática.

1.1.2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL

A Economia Social na Europa surgiu e evoluiu em resposta a períodos históricos intensos e transformadores, onde a violência, as desigualdades sociais e a vulnerabilidade de certos grupos exigiram atenção especial para a proteção dos mais desfavorecidos. Esse movimento visava mitigar as crescentes disparidades e salvaguardar os direitos das classes trabalhadoras e marginalizadas, promovendo a justiça social e garantindo que seus direitos fossem respeitados e protegidos (Lousada, 2023).

A conceção de Economia Social surge no século XIX na terminologia francesa e está ligada às práticas de solidariedade entre diferentes classes sociais que são resposta às mudanças económicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial. Destas práticas nasceram as cooperativas e as mutualidades Caeiro (2008).

O conceito é fundado por Charles Dunoyer em Paris, quando o mesmo divulgou um tratado de economia social, seguindo-se do surgimento de diversas escolas teóricas. A evolução da economia social deu-se em cinco etapas:

- I- Génese da economia social (1791-1848), denota-se neste período a Revolução Francesa e a luta por ideais que dá origem ao associativismo e a criação das primeiras cooperativas. O associativismo, neste contexto, surge como resposta aos abusos da nova economia industrial, onde as condições de trabalho eram frequentemente desumanas e os direitos, inexistentes;
- II- A questão social e o movimento operário (1850-1900), nesta época o Papa intervém através da encíclica Rerum Novarum e apela à população o

regresso ao associativismo das profissões, o que originou o aumento de associações;

- III- Os regimes totalitários e a contestação ao liberalismo (1901-1945), neste período de tempo dá-se a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917, ocorreu a fragmentação das cooperativas e das mutualistas. Estes movimentos foram duramente afetados pelos regimes totalitários, que restringiram e ou controlaram associações populares. Mesmo assim, as crescentes dificuldades do movimento operário e a destruição causada pela guerra impulsionaram a intervenção estatal em questões sociais, levando o Estado a adotar políticas de apoio social;
- IV- O Estado-providência e os direitos sociais (1945-1975), neste intervalo de tempo, o Estado surge a intervir no mercado e a corrigir as falhas sem a intervenção de outras entidades. É a partir de 1970 que por crise do Estado-providência a questão da economia social surge novamente com a proximidade entre os movimentos cooperativos e os mutualistas;
- V- Para terminar a crise do Estado-providência e o redimensionamento da economia social (1975-2006), a economia social é considerada como importante e o Estado deixa de ter meios para fazer face às crescentes dificuldades sociais. Em 1975 é fundado o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativista Caeiro (2008). Em 1981, foi reconhecido o seu poder político através da criação, pelo governo francês, de uma Delegação Interministerial para a Economia Social (DIES).

No início do sec. XIX, tal como nos outros países da Europa, surgiram em Portugal diversas iniciativas e movimentos que pretendiam responder à questão social da época, em meio ao fortalecimento de ideias liberais tanto no campo econômico quanto no político. Esses esforços foram uma reação às desigualdades e problemas sociais provocados pelas mudanças aceleradas que acompanharam a industrialização e urbanização, bem como a transição para uma economia de mercado mais liberal. Em Portugal, estes movimentos não tiveram um impacto e desenvolvimento elevado comparativamente com outros países da Europa, devido a fatores como a baixa industrialização e urbanização.

A igreja católica, foi essencial para o desenvolvimento da economia social, uma vez que criaram diversas instituições. A União das Misericórdias Portuguesas surge em 1976, teve um papel preponderante no progresso das áreas de atuação deste tipo de IPSS. A primeira Misericórdia em Portugal, foi fundada em 15 de agosto de 1498, com a criação da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, por iniciativa da Rainha D. Leonor e do Frei Miguel Contreinares.

Em 1867, as cooperativas foram reconhecidas pela Lei Basilar de 2 de julho que segundo Namorado (1999, as cited in Quintão, 2011), desencadeou o desenvolvimento do cooperativismo Portugal.

Em 1975, é constituído o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativas e Associativas (Cnlamca), que em 1978 iniciou, em Bruxelas, um debate europeu sobre economia social e em 1981, foi reconhecido o seu poder político através da criação, pelo governo francês, de uma Delegação Interministerial para a Economia Social (DIES).

Assim, a economia social é entendida como um conjunto de organizações originadas nos movimentos cooperativo, mutualista e associativo do século XIX. Estas organizações representam um modelo de organização coletiva da sociedade civil, que, em sociedades democráticas, procuram responder às necessidades sociais desencadeadas pelo mercado. Com o tempo, especialmente ao longo do século XX, essas iniciativas formalizaram-se e cresceram em interdependência com o Estado Social, adaptando-se às demandas de uma economia de mercado marcada por crescente globalização e competitividade (Quintão, 2004).

1.1.3 O CONCEITO DE ECONOMIA SOCIAL

Consequente aos factos apresentados e de acordo com o n.º 1 do art.º 2.º da LBES

(...) entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no art.º 4.º (...)” atividades estas que «têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes».

Pode-se afirmar que a economia social ao contrário da economia normativa não tem como objetivo a obtenção de lucro, mas tem como objetivo a resolução de problemas

sociais. Portanto a economia social estabelece-se “numa perspectiva metodológica diferente da economia ortodoxa face à definição do problema económico, em que desaparece a dicotomia homem económico-homem social e em conjunto com os problemas de afetação de recursos se analisam também os relativos à distribuição, condições de produção, pobreza e qualidade de vida” (Monzón, as cited in Caeiro, 2008, p. 64).

A missão da economia social apresenta-se em três áreas essenciais: a produção de bens e serviços, a promoção da cidadania e o interesse pela comunidade. (Campos, 2005, p.7). Campos, acrescenta ainda que a economia social refere-se às organizações que atuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas. Assim é notável que a economia social tem uma grande diferença entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas.

A economia social surge para responder a necessidades específicas de um contexto socioeconómico onde o Estado e o mercado não conseguem oferecer soluções adequadas. Este setor tem a função de lidar com as questões sociais, económicas e culturais através de respostas inovadoras e adaptáveis conforme a aparição de novas procuras, indo assim além das capacidades das estruturas convencionais do governo e do mercado. Desta forma, a resposta da economia social a esses fatores não pode ser limitada “a uma simples instância de contenção e compensação dos estragos que a sociedade capitalista provoca no tecido social” (Namorado, 2004, as cited in Lousada, 2023, p.7). Assim, o papel do terceiro setor não deve se visto como um complemento para preencher as lacunas do Estado. É crucial reconhecer a crescente importância da atuação deste setor, que vai para além das questões económicas.

Os princípios de solidariedade, inclusão, promoção do bem-estar social e desenvolvimento local, tem por base a economia social. O Rui Namorado (2014, p. 9), afirma que a economia social assenta em três princípios: cooperação, reciprocidade e solidariedade. O princípio de cooperação constitui a base do cooperativismo e considera-se “(...) um fenómeno social que funciona, em muitas circunstâncias, como tecido conjuntivo das sociedades humanas (...)” tendo sido inclusive “(...) condição de sobrevivência e da evolução da espécie humana”. A reciprocidade constitui a base do mutualismo e é uma “(...) prática organizada e sistemática de uma ajuda mútua, especialmente vocacionada para a partilha de certos riscos sociais relevantes”. Por último o princípio da solidariedade constitui a base das instituições de solidariedade social e entende-se como o “apoio dado a quem dele precisa, sem contrapartidas

ostensivas ou equivalentes”, constituindo a base das instituições particulares de solidariedade social.

De acordo com Monzón (1992) a economia social é o:

[...] grupo de empresas e instituições que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína (Monzón, p.32, as cited in Caeiro 2008 p.64).

As cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social e outras entidades que respeitem os princípios orientadores da economia social, constituem as entidades da economia social.

Outro conceito que este intrínseco ao conceito de economia social é o terceiro setor que segundo Caeiro (2008) tem: “(...) um cariz mais abrangente do que o de Economia Social, situando-se numa perspetiva mais alargada de análise da economia e das suas implicações do ponto de vista social(...) (Caeiro, 2008, p. 65)”. Este setor é caracterizado como o setor da solidariedade social e o seu conceito surge durante a crise do Estado de Bem-Estar estando relacionado com a transferência de funções do Estado de cariz social para um setor privado, ou seja, para o terceiro setor.

Segundo Freitas (2020, p.9) “Podemos considerar que a economia social, está ligada ao terceiro setor, ou seja a economia social é uma junção do primeiro setor e do segundo setor. Estes dois sectores uniram-se para criar um outro setor de maneira a conseguir dar resposta às necessidades da população”.

Assim, a economia social na Europa e em Portugal apresenta-se como uma resposta aos desafios históricos e sociais, promovendo a solidariedade, cooperação e assistência às necessidades das populações. Por meio de suas instituições, a economia social tem conseguido preencher lacunas deixadas pela crise do Estado-Providência, tornando-se uma alternativa significativa para o desenvolvimento social e a promoção de um modelo económico mais justo e inclusivo.

1.1.4 AS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL

As entidades da economia social devem atuar em conformidade com os princípios orientadores apresentados na Lei de Bases da Economia Social, sendo eles: primado das pessoas e dos objetivos sociais, adesão e participação livre e voluntária; controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral, respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; gestão autónoma e independente das autoridades públicas, afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral (Diário da República, 2013).

De acordo com art n.º 4 da Lei n.º 30/2013 de 8 de maio, existem vários tipos de natureza Jurídica das Organizações sociais presentes em Portugal (Diário da República, 2013), tais como:

a) Cooperativas

As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, cumprem com os princípios de adesão voluntária e livre, administração democrática pelos associados, participação económica dos membros, autonomia e independência, intercooperação, educação e informação e interesse pela sociedade. Estas visam, sem fins lucrativos, satisfazer as necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos sócios. (Diário da República n.º 169/2015 art 2 & art3)

Os ramos das cooperativas são diversos como pesca, crédito, cultura, serviços, consumo, comercialização, artesanato, agricultura, crédito, habitação e construção, produção operária, solidariedade social e o ensino.

Figura 1- Evolução dos principais indicadores- Cooperativas

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Cooperativas (N.º)	2 343	2 174	2 153	-7,2	-1,0
VAB (10 ⁶ euros)	604	716	725	18,5	1,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	572	613	610	7,1	-0,4
Emprego - ETC (N.º)	24 940	24 510	24 026	-1,7	-2,0
Emprego remunerado - ETC (N.º)	24 402	23 985	23 530	-1,7	-1,9

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

De acordo com a figura 1 é possível observar que ao longo dos anos o número de cooperativas tem vindo a diminuir. As atividades que se destacam em 2020 foram o comércio 13,2%, a indústria 13,1% e a agricultura, silvicultura e pesca 12,3%. (Conta Satélite da Economia Social 2019/2020).

b) Associações Mutualistas

As mutualidades são instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida, que praticam fins de auxílio recíproco. (Diário da República, 1990, Decreto-Lei n.º 72/90 de 3 de março)

Figura 2- Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Associações Mutualistas (N.º)	97	91	91	-6,2	0,0
VAB (10 ⁶ euros)	388	319	327	-17,8	2,5
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	212	184	189	-14,4	2,8
Emprego - ETC (N.º)	4 842	4 954	4 949	2,3	-0,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4 842	4 954	4 949	2,3	-0,1

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Segundo a figura 2, do ano de 2016 para 2019 ocorreu uma descida do número de associações mutualistas, mas de 2019 para 2020 o número manteve-se constante. Das

91 associações em 2020, 48,4% atuavam na área dos serviços sociais e 25,3% desenvolviam atividades de saúde.

c) Misericórdias

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, as misericórdias são instituições particulares de solidariedade social, por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos e tem como objetivo dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos. Podem prestar serviços em diferentes áreas como apoio a crianças e jovens, à família, à integração social e comunitária, proteção na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados, educação e formação e resolução dos problemas habitacionais das populações.

Figura 3- Evolução dos principais indicadores – Misericórdias

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Misericórdias (N.º)	387	376	376	-2,8	0,0
VAB (10 ⁶ euros)	597	627	660	5,0	5,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	555	629	658	13,2	4,6
Emprego - ETC (N.º)	39 452	40 656	41 308	3,1	1,6
Emprego remunerado - ETC (N.º)	39 445	40 640	41 308	3,0	1,6

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Segundo a figura 3, entre 2019 e 2020 o número de misericórdias manteve-se constante com 376 misericórdias, 84% das Misericórdias desenvolviam a sua atividade na área da saúde e 15% atuavam na área dos serviços sociais.

d) Fundações

Entende-se por fundação toda a pessoa coletiva caracterizada pela afetação de um património à prossecução de fins de carácter social. Podem assumir natureza privada ou pública.

Figura 4- Evolução dos principais indicadores – Fundações

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Fundações (N.º)	619	618	618	-0,2	0,0
VAB (10 ⁶ euros)	332	379	370	14,1	-2,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	304	354	355	16,2	0,4
Emprego - ETC (N.º)	14 151	14 919	14 516	5,4	-2,7
Emprego remunerado - ETC (N.º)	14 113	14 798	14 407	4,9	-2,6

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

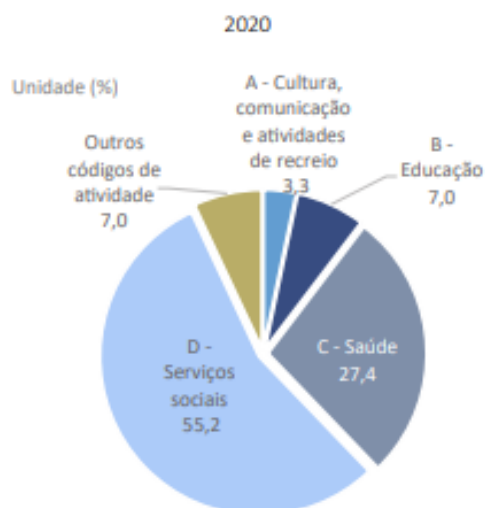
Pela observação da figura 4, podemos concluir que o número total de fundações não tem variado mantendo-se em 2020 em 618 fundações. Aproximadamente 26% das fundações desenvolveram atividades nos serviços sociais, seguindo-se 21 % na cultura, comunicação e atividades de recreio e a saúde 18%.

e) Instituições Particulares de Solidariedades Social (IPSS)

Segundo o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, uma IPSS são instituições sem fins lucrativos, por iniciativa de particulares e com administração própria. Tem como objetivo dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos. (Diário da República, 1983). No ano de 2020, foram identificadas 5476 IPSS observando-se um decréscimo relativamente aos anos anteriores. A entidade de economia social com estatuto de IPSS encontrava-se fragmentadas em 7,5% e 7,4% ACFA, seguindo-se as Misericórdias 6,8%, as Fundações 4,8%, as Cooperativas 3,0% e as Associações Mutualistas 1,6%. (Conta Satélite da Economia Social, 2023)

As atividades das IPSS foram desenvolvidas sobretudo nos serviços sociais, saúde e a educação, como é possível verificar pela figura 5.

Gráfico 1- Distribuição (%) das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

1.2 INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

O presente ponto tem como objetivo expor o enquadramento das IPSS. Desta forma, começamos por analisar a estrutura legislativa que regula a atividade das IPSS, e posteriormente fazemos uma caracterização destas relativamente à forma jurídica que podem revestir, aos estatutos, à sua constituição, registo e quanto à cooperação do Estado.

As IPSS agem segundo um modelo de atuação baseado na proximidade, dão um suporte humanizado e adaptado às especificidades de cada indivíduo. Esta forma de atuar faz com que respondam às demandas urgentes dos problemas sociais. Promovem o desenvolvimento social, uma vez que, facilitam a inclusão socioeconômica e estimulam a participação ativa e cívica. Assim, vão além do atendimento de necessidades básicas, contribuindo para a construção de comunidades mais resilientes e equitativas, onde cada indivíduo tem mais oportunidades de integração e bem-estar.

Segundo Quintão (2011, p.14), as IPSS são importantes:

“ Pela sua história e papel na implementação do sistema de proteção social, pelo seu forte crescimento quantitativo e pela sua expressividade territorial e

económica, assume uma grande relevância na recomposição do terceiro sector em Portugal.” (Quintão, 2011, p.14)

1.2.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro,

“são instituições particulares de solidariedade social (IPSS) as constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, mediante a concessão de bens e da prestação de serviços (...)” (Diário da República, 1983).

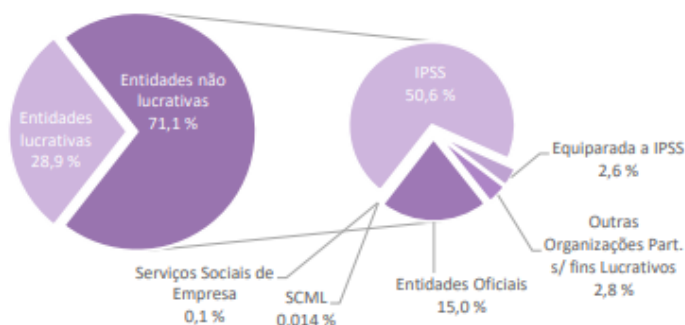
Para Caeiro (2008), em conjugação com o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS têm a possibilidade de natureza associativa ou de natureza fundacional e podem revestir as seguintes formas jurídicas (Diário da República, 1983):

- 1) Associações de Solidariedade Social;
- 2) Associações de Voluntários de Ação Social;
- 3) Associações de Socorros Mútuos ou Associações Mutualistas (Mutualidades);
- 4) Irmandades da Misericórdia (ou Santas Casas da Misericórdia);
- 5) Fundações de Solidariedade Social.

Podem ainda agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações.

Segundo a Carta Social 2023, nesse mesmo ano existiam 7022 entidades proprietárias de equipamentos sociais, dos quais 50.6 % são IPSS, como podemos verificar pelo gráfico 2.

Gráfico 2- Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente 2023 percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social 2023

As IPSS como é referido no art.º 10º do Decreto-Lei nº119/83 de 25 de fevereiro, regem-se por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições deste Estatuto e demais legislação aplicável. (Diário da República, 1983)

No que diz respeito ao processo de constituição, as IPSS obtêm personalidade jurídica no momento da sua criação, formalizada através de uma escritura pública. Este documento deve incluir: contribuições dos associados para o património da entidade, seja por quotas, doações ou serviços; o nome, objetivo e localização da entidade; seu modo de funcionamento; e, se aplicável, o período de duração. O Estado tem o papel de conceder a estas instituições benefícios, como isenções fiscais e apoio financeiro, mas também exige compromissos, como a prestação de contas e a cooperação com a Administração Pública (Instituto da Segurança Social, I.P, 2014).

Relativamente ao registo, as IPSS que se encontram constituídas de acordo com a lei, podem requerer o seu registo nos serviços responsáveis para a respetiva tutela. O registo é gratuito e deve ser assinado pelos representantes e entregue no centro distrital da Segurança Social da área da sede. É importante o registo das IPSS, uma vez que o mesmo tem como objetivo comprovar a natureza e os fins da instituição, comprovar os factos jurídicos, reconhecer a utilidade pública para que as IPSS possam ter acesso aos apoios e cooperação previstos da lei.

As participações financeiras são importantes pois suprimem as despesas de funcionamento destas instituições. Atendendo as necessidades locais e para levar a cabo os objetivos da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social, pode celebrar com as

IPSS acordos de cooperação, artigo 4.º do EIPSS, através dos quais garantem a concessão direta de prestações em equipamentos e serviços à população, ou acordos de gestão através dos quais transferem a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado.

Os referidos acordos apontam ainda que “além dos apoios financeiros previstos nestes acordos, que concorrem para o funcionamento de estabelecimentos de equipamento social, são-lhe ainda concedidos apoio técnico específico e outros apoios financeiros destinados a investimentos na criação ou remodelação dos estabelecimentos, através de vários programas e medidas” (Diário da República, 1983).

1.2.2 CARACTERIZAÇÃO DAS IPSS

A atuação das IPSS, foca-se em fornecer apoio direcionado a grupos específicos da sociedade, isto quer dizer que, são desenvolvidos programas e serviços que respondem às necessidades desses grupos, promovendo o bem-estar e inclusão para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

De acordo com o Estatuto das IPSS, Artigo 1.º-A, estas organizações prestam serviços e bens e outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, famílias e comunidades, principalmente nos seguintes âmbitos:

- a) Apoio a crianças e à juventude;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g) Promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- h) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- i) Resolução dos problemas habitacionais das populações.

Figura 5- Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS

II- 2023

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (%)	Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	33,9	33,4	32,0	30,8	21,5
Centro	26,5	28,5	36,6	29,3	20,4
Área Metropolitana de Lisboa	27,2	22,7	15,3	22,1	41,5
Alentejo	8,2	12,4	12,8	11,9	7,2
Algarve	4,2	3,0	3,3	5,9	9,4
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social 2023

A maioria das respostas sociais situam-se na zona Norte, como é possível observar pela figura 5. A região Centro apresenta um peso relativo de respostas sociais na área das pessoas idosas, relativamente as outras áreas. Na Área Metropolitana de Lisboa denota-se um número elevado de respostas dirigidas a e Pessoas com Doença do Foro Mental, Comportamentos Aditivos e com VIH/SIDA.

A principal função das IPSS é a prestação de serviços e cuidados de forma personalizada e centrada em cada individuo, para que seja possível dar apoio á sociedade nos diferentes níveis como na saúde, habitação, alimentação, no combate á exclusão social e pobreza.

A atuação das IPSS situa-se ao nível das respostas sociais específicas para um grupo de destinatários como idosos, crianças pessoas dependentes e famílias carenciadas. Devido as novas necessidades sociais que vão emergindo ao longo dos tempos, as IPSS vêm-se obrigadas a se reinventar para que seja possível solucionar novos problemas sociais, assim as IPSS alargam o seu leque de respostas sociais e de serviços.

Tabela 1- Respostas Sociais e Serviços existentes

Respostas Sociais e Serviços	
População Alvo	Resposta
Crianças e Jovens	Ama
	Creche
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar
	Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)
	Intervenção Precoce na Infância
	Lar de Apoio
	Transporte de pessoas com deficiência
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
	Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens
	Acolhimento Familiar
	Centro de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência
	Casa de Acolhimento
	Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção da Autonomia dos Jovens
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
	Centro de Convívio
Centro de Dia	

Pessoas Idosas	Centro de Noite
	Acolhimento Familiar de Pessoas Idosas
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
	Acolhimento Familiar de Pessoas Adultas com Deficiência
	Lar Residencial
	Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)
	Serviço de Apoio á Vida Independente (SAVI)
Pessoas em Situação de Dependência	Serviço de Apoio Domiciliário
	Apoio Domiciliário Integrado (ADI)
	Unidade de Apoio Integrado (UAI)
Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	Fórum Sócio-Ocupacional
	Unidade de Vida Protegida
	Unidade de Vida Autónoma
	Unidade de Vida Apoiada
Pessoas em situação de Sem-Abrigo	Equipa de Rua
	Atelier Ocupacional

Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP)
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Residência para Pessoas com VIH/SIDA
Família e Comunidade em Geral	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)
	Grupo de Auto-Ajuda
	Centro Comunitário
	Centro de Férias e de Lazer
	Refeitório/Cantina Social
	Centro de Apoio à Vida
	Comunidade de Inserção
Pessoas com Comportamentos Aditivos	Centro de Alojamento Temporário (CAT)
	Ajuda Alimentar
Pessoas com Comportamentos Aditivos	Equipa de Intervenção Direta
	Apartamento de Reinserção Social
Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	Estrutura de Atendimento
	Casa de Abrigo
Grupo fechado de respostas pontuais	Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças
	Apoio em Regime Ambulatório
	Imprensa Braille
	Escola de Cães-guia

As respostas sociais representam um suporte essencial para a sociedade e fortalecem a economia social, promovendo cidadania e justiça social, enquanto desafiam as IPSS a se adaptarem às mudanças nas necessidades sociais e nas crises econômicas, que tornam o apoio social cada vez mais crítico.

1.2.3 AS IPSS E A ECONOMIA SOCIAL

O setor social é amplamente reconhecido pela sua relevância, contando com o apoio do Estado para fortalecimento e expansão do mesmo, evitando a criação de barreiras que possam dificultar o seu desenvolvimento. Esse setor é fundamental para a implementação das políticas públicas e pela sua abrangência em termos de número de beneficiários atendidos e recursos financeiros, assume-se como uma ferramenta essencial na gestão de recursos públicos. As políticas públicas consistem em um conjunto de medidas e ações implementadas pelo Estado, visando atender as necessidades da população. Essas ações podem ser realizadas de forma direta ou indireta, englobando a criação de programas e projetos que visam intervir e modificar a realidade social existente. O objetivo é promover melhorias nas condições de vida, assegurar direitos e fomentar o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

A atuação das IPSS é fundamentada na inovação e adaptabilidade para responder com agilidade às novas necessidades sociais. Além do papel essencial no suporte direto à população, as IPSS se destacam-se pela contribuição na revitalização das economias locais, consolidando-se como agentes da economia social uma vez que concretizam as políticas públicas de ação social.

As IPSS, não têm como objetivo a obtenção de lucro como as entidades de economia normativa, para Moura Ferreira (2011), as diferenças entre entidades com finalidade lucrativa e entidades sem finalidade lucrativa podem ser resumidas quanto à sua finalidade e às fontes de rendimento, assim “Podemos dizer que prestam serviços, que as entidades de cariz económico e de finalidade lucrativa de forma generalizada não prosseguem” (Moura, 2011, p.19).

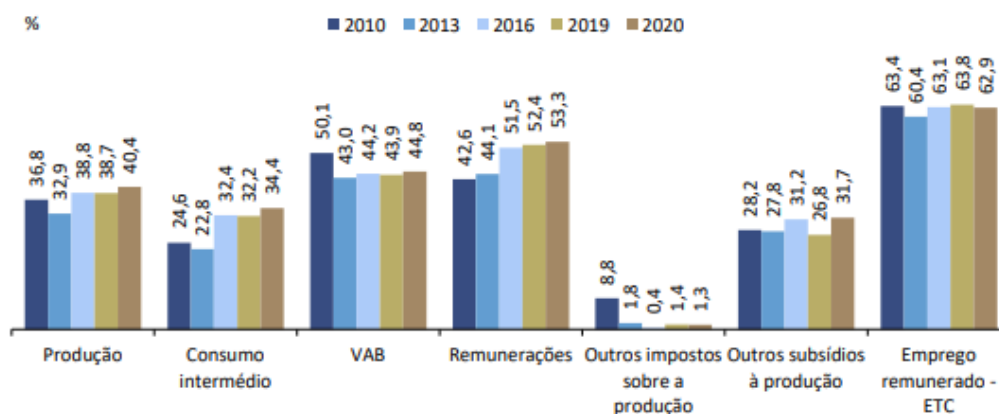
A economia social, é reconhecida pela sua contribuição no desenvolvimento local e inclusão social, pelo governo em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE), com a criação da Conta Satélite da Economia Social. Esta iniciativa internacionalmente inovadora veio revelar a dimensão econômica das IPSS e demonstrar a sua importância.

A importância econômica das IPSS é amplamente reconhecida, destacando-se com os valores de 3,2% do VAB (Valor Acrescentado Bruto) nacional, 5,0% das remunerações e 5,9% do emprego remunerado, o que se traduz em 243 mil empregos a tempo completo, respetivamente. dos postos de trabalho em Portugal. (CASES, 2023)

Esses dados revelam que o setor de economia social é tão relevante quanto outros setores mais tradicionais da economia portuguesa, consolidando a sua importância para uma economia que visa, acima de tudo, as pessoas e as comunidades locais.

Através gráfico 3, observa-se que, ao longo do tempo, as IPSS têm consolidado a sua relevância dentro do setor da economia social. Em 2020 representavam 40,4% da produção, 44,8% do VAB, 53,3% das remunerações, 31,7 dos outros subsídios à produção e 62,9 de emprego remunerado, ou seja, aproximadamente 154 mil trabalhadores.

Gráfico 3- Importância das IPSS na Economia Social



Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

No presente capítulo será abordado o conceito de desenvolvimento local e a sua importância no contexto da economia social, com ênfase nas contribuições das IPSS. Serão analisadas as formas como estas instituições promovem o crescimento económico e social a nível local, destacando o seu papel na criação de emprego, na dinamização das comunidades e na promoção da inclusão social. Será também explorado a importância das redes de cooperação entre IPSS e a administração pública, evidenciando como estas parcerias contribuem para a melhoria dos serviços sociais e para a resolução de problemas locais. Para terminar serão expostos os desafios enfrentados pelas IPSS no contexto do desenvolvimento local, considerando questões como a sustentabilidade financeira, a gestão de recursos humanos e a capacidade de inovação e adaptação às mudanças socioeconómicas.

1.3.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A conceção de Desenvolvimento remonta para a época entre os finais do século XVIII (início da Revolução Industrial) e a Segunda Guerra Mundial. Foi nesta linha temporal que foi tomada a consciência do atraso económico de muitos países distinguindo os países menos desenvolvidos ou países do terceiro setor dos países desenvolvidos.

O conceito de desenvolvimento foi se transformando conforme as épocas da história, sendo que num primeiro momento, no período após a Revolução Francesa e Revolução Industrial, onde começaram a surgir os avanços tecnológicos e as suas consequências, os modelos de desenvolvimento que imantavam eram o económico e racionalista que compreendiam o progresso económico como um processo contínuo e linear que daria lugar a um desenvolvimento consolidado nas outras dimensões da sociedade.

No final do século XIX e início do século XX, os países dominantes impuseram o seu modelo de desenvolvimento, onde a base era a economia e era notável nas medidas de política económica. Defendia-se um paradigma funcionalista, onde o crescimento assentava na dimensão económica e que se estendia a outras dimensões humanas Este tipo de desenvolvimento tinha como características o economicismo, o produtivismo e o individualismo.

Seguidamente nas décadas após a 2ª Guerra Mundial o desenvolvimento e o crescimento económico eram sinónimos, o progresso tecnológico advinha da necessidade de aumentar a produção e os capitais de forma a responder à crescente procura de bens e serviços.

A partir da década de 70 com:

“Os problemas económicos anteriores e posteriores à crise do petróleo, a consciência ambiental de que o progresso económico sem limites conduziria a uma eliminação dos recursos, a consciência de que a secundarização das questões sociais tinha conduzido a assimetrias graves entre os Estados, e que no seio dos próprios países mais desenvolvidos os fenómenos de pobreza e exclusão social se tinham agudizado, são elementos fundamentais que introduzem um novo paradigma na abordagem ao Desenvolvimento – paradigma territorialista”
(Lopes, 2012, p.22)

Este novo paradigma correspondia a mobilização dos diferentes recursos para a satisfação das necessidades da sociedade.

Amaro (2003, p.1), apresenta o conceito de desenvolvimento como um “mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e clarificar o seu nível de progresso e bem-estar”.

Assim e segundo Goveia (2009), num primeiro momento surgiram as noções de desenvolvimento comunitário nos anos 50/60, de desenvolvimento endógeno e ecodesenvolvimento nos anos 70, de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial nos anos 80 e posteriormente, de desenvolvimento participativo e desenvolvimento sustentável anos 80 e 90, e por fim de desenvolvimento humano e desenvolvimento social anos 90.

O conceito de desenvolvimento e as suas vertentes têm vindo a evoluir e a aumentar, é referido por Almeida (2015) o conceito de Desenvolvimento Tecnológico que em Portugal é apoiado pelo Fundo Para a Ciência e Tecnologia, ou o Desenvolvimento Rural no qual a Estratégia 2020 define como uma das prioridades determinantes para o desenvolvimento rural e inclusão social, uma vez que, contribui para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais que se realiza em parte pelo incentivo do desenvolvimento local.

1.3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS SUAS ESPECIFICIDADES

O desenvolvimento local foca-se na atuação num território específico, explorando as potencialidades e capacidades de desenvolvimento numa comunidade.

O presente conceito surgiu nos finais da década de setenta, mas só foi efetivamente reconhecido a nível político institucional a partir dos anos 90, tendo sido associado a diminuição do desemprego.

Segundo Amaro (2003, p.17), o desenvolvimento local baseia-se num “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente as suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas”.

A visão de Amaro (2003) é idêntica a de Coelho (2007, as cited in Almeida, 2015) que afirma que o desenvolvimento local representa o “processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias, ou seja, dos indivíduos ou grupos, que são específicas de determinados lugares ou pequenos territórios”. Para que seja possível este desenvolvimento é necessário que ocorram mudanças quer seja a nível económico, social, cultural, político.

Existem outras perspetivas que se complementam do ponto de vista do conceito de desenvolvimento local, Almeida (2015) menciona que este conceito está relacionado com a descentralização do poder para as autarquias, pois desta forma é possível identificar os problemas e responder aos mesmos, ou seja, ao desenvolvimento local é inerente a proximidade com a comunidade o que faz com que as políticas sejam alteradas em conformidade com as necessidades da população. As autarquias possuem assim capacidade de resposta mais especificada a realidade local da diferenciação espacial da insatisfação de necessidades básicas do que a Pública Central (Henriques, 1988. as cited in Almeida, 2025), conseqüentemente irá ocorrer uma atuação mais eficaz.

De acordo com Amaro (2009, as cited in Chíxaro, 2017), o desenvolvimento local:

- a) É um processo de mudança, que tem como finalidade a melhoria do bem-estar da população, tendo em conta as necessidades básicas;
- b) É focalizado numa comunidade territorial de pequena dimensão com identidade própria, capacitada a mobilizar solidariedades de ação coletiva;
- c) É parte principalmente da mobilização das capacidades locais;

- d) Impulsiona a implementação de metodologias participativas e de empowement da comunidade local;
- e) Possui a contribuição de recursos externos, capazes de mobilizar e desenvolver os recursos internos.
- f) Baseia-se na resolução dos problemas e das respostas;
- g) Exige coerência de trabalho em parceria, articulação entre instituições locais;
- h) Tem impacto em toda a comunidade;
- i) Compreende um conjunto de processos, dinâmicas e resultados.

Gouveia (2009), refere que o conceito de desenvolvimento local esta intrinsecamente ligado ao conceito de desenvolvimento comunitário, uma vez que o mesmo tem por objetivo a ação coletiva da comunidade, ou seja, a participação ativa da comunidade local com a finalidade de tornar este processo mais equitativo e sustentável, maximizando o uso de recursos disponíveis a nível local, simultaneamente com a diminuição das desigualdades. Com isto, Gouveia quer dizer que, o desenvolvimento local e das comunidades é trabalhado de forma a promover o bem-estar social e atenuar as desigualdades sociais para que todos tenham as mesmas oportunidades de forma a que tenhamos uma sociedade equitativa e justa.

De acordo com Lousada (2023, p.42) “O Desenvolvimento Comunitário é um processo tendente a criar as condições de progresso económico e social para desenvolver comunidades ativas e sustentáveis baseadas na justiça social e no respeito mútuo. “

Na mesma linha de pensamento Ander-Egg (1980, as cited in Carmo, 2007) caracteriza o desenvolvimento comunitário como:

“(…) uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida(…) (Ander-Egg 1980, as cited in Carmo, 2007, p.84).”

Este tipo de desenvolvimento tem uma ótica abrangente, e não apenas posicionada na perspetiva socioeconómica, uma vez que também tem em conta as perspetivas sociocultural, socioeducativa e sociopolítica, sendo assim possível a adaptação a várias vertentes de atuação. Deste modo e para que seja possível a evolução das comunidades é necessário o apoio financeiro do governo centralizado e das políticas das autarquias do dito governo descentralizado.

1.3.3 O CONTRIBUTO DAS IPSS PARA A INCLUSÃO SOCIAL O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em Portugal, após o 25 de abril de 1974 e com a conseqüente defesa dos direitos dos cidadãos é que as cooperativas, associações, mutualidades, entre outras, passam a assumir um novo papel. Este papel permitiu-lhes contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais justa, promovendo direitos sociais e económicos. Assumiram funções essenciais no apoio à inclusão social, na criação de emprego, e na prestação de serviços que complementam as iniciativas públicas, consolidando-se como pilares da economia social e agentes do desenvolvimento local e nacional.

Segundo Lousada (2023, p.49.), “uma das principais especificidades das IPSS centra-se na forma como estas articulam as vertentes social e económica, com o objetivo de fazerem vingar um projeto de desenvolvimento que tendem a ajustar, de modo contínuo, à oferta e à procura de serviços de apoio social.”

Esta capacidade de articulação entre as dimensões social e económica permite às IPSS responder eficazmente às necessidades emergentes das comunidades, adaptando os seus serviços às especificidades de cada contexto local.

Segundo Demoustier (2004, as cited in Ramos, 2010),

“ A economia solidária procura uma perspectiva territorializada de acção e de promoção do desenvolvimento local e sustentável, aproveitando os recursos endógenos do espaço onde se insere e as sinergias com outras actividades económicas, havendo uma simbiose entre os conceitos de desenvolvimento local e de economia solidária.” (Demoustier, 2004, as cited in Ramos, 2010),

Essa perspectiva impulsiona a valorização dos recursos locais, promovendo a autonomia e sustentabilidade no desenvolvimento das comunidades. Assim, a economia social pretende criar oportunidades. A articulação entre instituições e outras actividades económicas e sociais fortalece a inclusão, construindo um fluxo de interações que incentivam a resiliência comunitária e a coesão social.

Carmo (2007), identifica cinco estratégias do desenvolvimento comunitário: Primeiramente, o princípio das necessidades sentidas que defende que os projetos devem partir das necessidades da população e não apenas nas necessidades consciencializadas pelos técnicos; Seguidamente, o princípio da participação, que pretende envolver a comunidade; Em terceiro o princípio da cooperação, que refere a

eficácia e a colaboração entre sector público e privado; Em penúltimo, o princípio da autossustentação, que afirma que os processos de mudança planeada devem ser equilibrados e sem ruturas, suscetíveis de manutenção pela população alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas; Para terminar, o princípio da universalidade, que afirma que um projeto só tem probabilidade de êxito se tiver como alvo de desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objetivo a alteração profunda das condições que estão na base dos problemas da comunidade.

Mediante desta abordagem, as IPSS são agentes indispensáveis na operacionalização destas estratégias de desenvolvimento comunitário, potenciando o fortalecimento da dinâmica social e a melhoria das condições de vida das comunidades. Ao atenderem a estas estratégias, as IPSS irão aumentar o seu impacto no desenvolvimento local e na inclusão social, promovendo um crescimento sustentável e integrado das comunidades onde estão inseridas. Este trabalho deve ser sempre realizado em parcerias, uma vez que, “ao juntar os diferentes parceiros de um determinado território, favorece-se a disponibilização de recursos e instrumentos, obtendo-se uma maior eficiência das ações e projetos, garantindo-se, por conseguinte, uma maior sustentabilidade” (Lopes, 2012, p.31).

No contexto do desenvolvimento local, os apoios comunitários da União Europeia, são cruciais incluindo os fundos estruturais, como o FEDER e o FEADER, e programas dirigidos especificamente aos territórios rurais, como o LEADER e o LEADER+. Segundo o relatório “EVASLED” da Comissão Europeia (2004), estes instrumentos permitem a atribuição de fundos a instituições de desenvolvimento local, fundamentais para a sua sustentabilidade e para responder às necessidades estruturais em diferentes níveis. Assim como, outros programas e iniciativas da União Europeia, como o Horizonte Europa e os fundos do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, destacam-se ainda os fundos e mecanismos associados à Estratégia Europa 2030 e ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visam promover a transição digital, a sustentabilidade ambiental e a recuperação económica nas regiões mais vulneráveis, contribuindo significativamente para o fortalecimento dos territórios e para a coesão social e económica.

Segundo Buarque (1999, as cited in Chíxaro, 2017), “O desenvolvimento local implica a articulação entre diversos atores, a sociedade civil, as Organizações Não Governamentais (ONG), as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada

um tem um papel determinante neste processo.” É essencial que cada governo local, em parceria com a sociedade civil, promova e sustente iniciativas nas diversas áreas de atuação, com o objetivo de elevar a qualidade de vida das comunidades que integram o seu território (Amaro, 2003).

Além disso, o desenvolvimento local não se limita apenas à implementação de projetos pontuais, mas exige uma visão estratégica e integrada, capaz de potencializar os recursos endógenos e fomentar a sustentabilidade das ações realizadas. Este processo requer uma coordenação eficiente entre os diferentes intervenientes, promovendo sinergias que assegurem o sucesso das iniciativas. No conjunto de iniciativas locais, os Municípios devem integrar nos seus instrumentos de planeamento propostas fundamentadas nos princípios estruturais da economia solidária. Isso implica esclarecer as opções estratégicas alinhadas com os interesses coletivos, servindo como referência para a atuação de diversos agentes territoriais, sejam eles públicos ou privados. Tal abordagem deve orientar um eixo político de apoio a soluções inovadoras de "microdesenvolvimento", promovendo a economia local e incentivando iniciativas protagonizadas pelos habitantes, fortalecidas pelos movimentos associativos, cooperativos ou mutualistas já estabelecidos. (Gouveia, 2009)

Outro ponto crucial está relacionado com a desertificação das zonas rurais e do interior, as IPSS reforçam as condições da comunidade desde a criação de creches como de centros de dia, ERPI, entres outros, fomentando a atividade local e proporcionando uma maximização de recursos (Gouveia, 2009). Recentemente, tem-se observado uma crescente preocupação em reverter esta situação, através da implementação de medidas e estratégias que visam tornar essas áreas mais apelativas e valorizadas. Assim, procura-se a requalificação de espaços já existentes na comunidade e da criação de novos serviços adequados e adaptados às necessidades da comunidade. As IPSS, apoiadas pelas entidades estatais, contribuem para este desenvolvimento, devido a sua forte presença em zonas ruais e desertificadas, onde a oferta de serviços essenciais é muitas vezes escassa. Além disso, as IPSS dinamizam as economias locais através da criação de emprego direto e indireto, incentivando a fixação da população e combatendo o êxodo rural. “Tem permitido criar novos empregos, manter ofícios, explorar novas profissões e desenvolver percursos de inserção de emprego, especialmente para pessoas desfavorecidas e identificadas em processos de exclusão social” (CIRIEC, 2000 p18). Entre 2019 e 2020, as organizações da ES foram responsáveis por 5,1% e 5,2% do emprego total e por 5,8% e 5,9% do emprego remunerado da economia nacional.

(Pedroso, E., Neves, E., Ramos, C., & Rodrigues, C. (2023). Além de mitigar o desemprego gerado pela incapacidade do Estado e do setor lucrativo em gerar postos de trabalho, a economia social desempenha outro papel crucial, uma vez que, redefine a conceção do conceito trabalho. Isso ocorre por meio da valorização de atividades socialmente úteis que transcendem o âmbito das relações formais de emprego, como é evidente no impacto significativo do trabalho voluntário.

1.3.4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS IPSS NA ECONOMIA SOCIAL E NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No decorrer do tempo e com o surgimento de novas necessidades sociais, as IPSS têm vindo a enfrentar diversos desafios. Muitos destes desafios, advêm da capacidade de reajustamento às diferentes realidades. Devido ao surgimento de novas necessidades as IPSS acabam por ter que adaptar a sua gestão, alargar a sua intervenção criando novos serviços de forma a abranger novos públicos. É assim fundamental que as IPSS tenham clarificados a sua missão, valores e visão e que optem por uma estratégia de gestão que englobe a identificação de *stakeholders* tendo em conta todos os intervenientes.

Segundo Garcia (2014), o grande desafio que as IPSS enfrentam é “continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os apoios públicos são entre uma entre várias outras fontes de financiamento”. (Garcia, 2014, p.19) Os recursos financeiros de uma organização sem fins lucrativos podem ser agrupados em três categorias principais: fundos públicos, que incluem apoios nacionais e comunitários; doações privadas, provenientes de contribuições individuais, mecenato empresarial, peditórios, rifas, eventos, entre outros; e fundos próprios, obtidos através da venda de bens e serviços, participações dos utentes e quotas dos associados.

A ideia enraizada de que as soluções passam pelo reforço de apoios financeiros públicos faz com que urge a necessidade de mudança de visão, relativamente ao facto de os apoios públicos não poderem ser considerados a principal fonte de financiamento, apesar do seu papel crucial. “As dependências, quando excessivas, por exemplo de fundos públicos, colocam inúmeros constrangimentos à atividade das organizações. Trabalhar de forma ativa a angariação de fundos e tomar opções quanto ao grau de

dependência/autonomia ao nível dos fundos é essencial”. (Andrade e Franco, 2007, p.37)

A sustentabilidade financeira, passa por as IPSS serem capazes de encontrar estratégias de redução de custos e aumento das receitas próprias que lhes permita atingir um equilíbrio. Apesar disso, Abraham (2003, as cited in Val, 2020) refere que tem que ocorrer a conciliação entre a resposta à natureza social da sua missão e a gestão sustentável, tendo em consideração que essa instituição não tem como objetivo o lucro. Essa dualidade exige que as organizações desenvolvam modelos de gestão que equilibrem compromisso social e sustentabilidade financeira. Devido a sua complexidade deve ser adotada uma gestão que potencie a sustentabilidade em paralelo com a concretização da missão de cariz social.

Segundo Fonseca (2015, as cited in Val, 2020), para que as IPSS organizações sem fins lucrativos possam continuar a abordar de forma inovadora os desafios sociais emergentes, é crucial que se modernizem e profissionalizem, confrontado assim os três grandes desafios: uma excessiva dependência do financiamento público; modelos de gestão e de negócio ultrapassados de um défice de profissionalismo; autocentração dos modelos de governo e falta de preparação necessária para atender às exigências e expectativas de diversos stakeholders, tanto formais quanto informais.

Outro desafio identificado por Garcia (2014), é o envolvimento da sociedade na sustentabilidade das IPSS e nos seus projetos o que também obriga a um esforço por parte das IPSS na sua abertura para comunidade , divulgando as suas atividade e a sua importância social, ou seja, é necessário que seja feito “ um esforço de promoção da sua imagem social, até porque” não se pode ajudar o que não se conhece (Sousa et.al ,2011, p.14 , as cited in, Garcia, 2014 ,p.20). Esta divulgação é importante para que a comunidade envolvente e não só, conheça os serviços fornecidos pelas IPSS de forma a que possam recorrer a eles caso necessitem e para que a comunidade possa ajudar como por exemplo com doações ou com a compra de produtos que as IPSS possam ter. As IPSS precisam de demonstrar a qualidade dos seus serviços e divulga-la apelando a que a comunidade recorra aos seus serviços, ou seja, “devem investir na comunicação e no marketing, estratégias que apoiam a criação de mais-valias suficientes para tornar sustentável a faceta solidária não lucrativa” (Azevedo et al., 2010, p.288, as cited in Andrade et. al, 2007. p24). Isto quer dizer que, devem apostar na divulgação para que consigam angariar novos utentes, mas também para angariar novos benfeitores e doações, tornando-se assim a competitividade na angariação do mesmo, um desafio.

Os requisitos de funcionamento das IPSS, tem vindo aumentar no que diz respeito as qualificações dos colaboradores e técnicos, tendo as IPSS que apostar na formação continua dos seus colaboradores. Devido a estes requisitos e devido à falta de reconhecimento e outros vários fatores, torna-se cada vez mais difícil o recrutamento de colaboradores. Uma das características fundamentais do terceiro setor é a motivação dos seus colaboradores, que frequentemente difere dos trabalhadores de outros setores. Os recursos humanos e a falta deles podem ser considerados um desafio para as IPSS, devido a vários fatores como as baixas remunerações e o baixo reconhecimento, entre outras. Os trabalhadores deste setor são na maioria das vezes remunerados de forma inferior aos trabalhadores de outros setores e só permanecem no mesmo porque não tem alternativa ou “porque existem motivações que não as económicas para permanecerem no sector, relacionadas com a causa da organização a que pertencem, ou com a informalidade, a reduzida hierarquia da estrutura e a autonomia na execução das tarefas” (Andrade et. al, 2007. p.37). Assim, torna-se um desafio para os diretores que tem o papel de reconhecer e arranjar estratégias para as diferentes motivações dos colaboradores e trabalhar de forma a melhorar as condições de trabalho.

Por conseguinte, as IPSS enfrentam diversos desafios que refletem na evolução das necessidades e complexidade crescente do contexto em que estas operam. No entanto, a capacidade destas organizações de se adaptarem, inovarem e equilibrar a sua missão social com uma gestão sustentável será determinante para continuar a responder às demandas emergentes das comunidades, garantindo o seu impacto e relevância a longo prazo.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALVAIÁZERE E AS SUAS IPSS

Neste capítulo, pretendemos fazer uma breve contextualização do concelho de Alvaiázere e das IPSS presentes no território. Desta forma, efetuamos a descrição das características geográficas do concelho, analisamos a sua população residente, e efetuamos uma breve caracterização das IPSS.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALVAIÁZERE

2.1.1 DIMENSÃO GEOGRÁFICA E DEMOGRÁFICA

O concelho de Alvaiázere, localiza-se na NUTS I Continente, na NUTS II Centro, e na NUTS III Região de Leiria, (correspondendo a cerca de 5% do total da área do distrito), confinando a norte com o concelho de Ansião (distrito de Leiria), a este com Figueiró dos Vinhos (distrito de Leiria), a sul com Ferreira de Zêzere (distrito de Santarém) e a oeste com os concelhos de Ourém (distrito de Santarém) e Pombal (distrito de Leiria).

Alvaiázere, possui uma superfície de 160,48 km² de área e encontra-se subdividido em 5 freguesias (Almoster, Alvaiázere, Maçãs de Dona Maria, Pelmá e Pussos São Pedro), sendo Alvaiázere a sede do município.

Figura 6- Enquadramento do município de Alvaiázere na NUTS III



Fonte: https://www.ine.pt/documentos/municipios/1002_2024.pdf

Tabela 2- População residente do concelho de Alvaiázere por Grupo etário no ano 2023

Grupo etário	População
0-14 anos	566
15-24 anos	526
25-64 anos	2947
65 e mais anos	2316
Total	6355

Fonte. População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Anual, INE. (Elaboração própria)

Pela tabela 2 , referente a população residente no concelho de Alvaiázere no ano de 2023 é possível afirmar que nesse ano em Alvaiázere residiam 6355 indivíduos, sendo que é evidenciada uma distribuição etária marcada pelo envelhecimento populacional e pela redução da população jovem. Cerca de 46,4 % (25 a 64 anos) da população encontra-se em idade ativa, contudo o peso demográfico pode ser insuficiente para compensar a elevada percentagem de idosos, o que pode representar desafios ao nível da renovação da força de trabalho e do desenvolvimento económico local. Apenas 8,9 % e 8,3 % correspondem respetivamente as faixas etárias 0-14 anos e 15-24 anos, o que evidencia um baixo índice de renovação geracional, ou seja, o número reduzido de jovens compromete a capacidade de renovação da população e reforça a necessidade de estratégias que incentivem a fixação de famílias e a natalidade no concelho.

De acordo, com o Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere (2024), levado a cabo pela Câmara Municipal de Alvaiázere, um dos grandes desafios a enfrentar é:

“a inversão da tendência do duplo envelhecimento, o que implica a criação, não só de oportunidades de trabalho (...) mas também de condições de vida com qualidade e adequadas à atração e fixação de jovens (...) assim como de equipamentos e serviços de apoio social e de saúde capazes de assegurar

serviços de acompanhamento em todas as fases do ciclo da vida”. (Plano de Desenvolvimento Social de Alvaiázere, 2024, p.14)

Conforme o Diagnóstico Social do Concelho de Alvaiázere as áreas consideradas mais urgentes de intervenção são: como principal prioridade as atividades económicas, o emprego e os rendimentos, em seguida a saúde, em terceiro a rede de equipamentos, as respostas sociais e a participação social, posteriormente a habitação e por último a área da educação, formação e qualificação, assim como a igualdade de género e de oportunidades. (Diagnóstico Social do Concelho de Alvaiázere, 2024)

2.1.2 DIMENSÃO ECONÓMICA

O concelho de Alvaiázere, caracteriza-se por uma economia predominantemente assente no setor primário e terciário.

A sua atividade económica tem sido marcada pela influência da agricultura, da pecuária e do setor florestal, que, apesar de sofrerem um decréscimo ao longo dos anos, continuam a representar uma base importante para a subsistência e desenvolvimento local. Nos últimos anos, o setor terciário tem vindo a ganhar maior relevância, nomeadamente através do comércio, serviços e turismo. O comércio local, composto essencialmente por pequenas e médias empresas familiares, é um dos motores da economia do concelho, fornecendo bens essenciais à população. O setor do turismo tem potencial de crescimento, impulsionado pelo património histórico e cultural de Alvaiázere, bem como pelo turismo de natureza, beneficiando da Serra de Alvaiázere e dos trilhos pedestres associados. Em 2022, Alvaiázere, tinha cerca de 888 empresas que empregavam 2256 pessoas. O concelho de Alvaiázere demonstrou um crescimento económico positivo nos últimos anos, refletido no aumento do volume de negócios e do número de empresas. No entanto, a indústria transformadora tem mostrado sinais de enfraquecimento, tanto no emprego quanto no número de empresas. A taxa de dissolução de empresas em 2022 e 2023 pode indicar desafios na sustentabilidade dos negócios. O concelho tem enfrentado desafios ao nível da fixação da população e da criação de emprego, verificando-se um envelhecimento demográfico e uma migração significativa da população ativa para centros urbanos mais desenvolvidos.

A economia de Alvaiázere continua a ser fortemente influenciada pelo setor primário, embora o setor terciário esteja a ganhar peso, sobretudo no comércio, serviços

e turismo. O desenvolvimento económico do concelho depende da capacidade de diversificação da economia, da atração de novos investimentos e da criação de estratégias de fixação da população ativa, fatores essenciais para garantir um crescimento sustentável e equilibrado.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DAS IPSS DO CONCELHO DE ALVAIÁZERE

2.2.1 IPSS, ENTIDADES PÚBLICAS E ENTIDADES PRIVADAS

Como já foi abordado no enquadramento teórico, As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são organizações sem fins lucrativos que têm como principal objetivo prestar apoio social a pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade, tendo diversas áreas de atuação. As IPSS não têm como objetivo a obtenção de lucro. Segundo Moura Ferreira (2011), a principal diferença entre entidades com e sem finalidade lucrativa reside tanto na sua missão como nas fontes de financiamento. O autor destaca que as IPSS prestam serviços que, de um modo geral, não são abrangidos pelas entidades com fins lucrativos, dado o seu caráter solidário e social (Moura, 2011, p.19).

No concelho de Alvaiázere estão presentes e amplamente distribuídas pelo território municipal 12 entidades proprietárias, sendo que, considerando a sua distribuição por natureza jurídica observa-se que 2 integram a rede pública, 8 pertencem à rede solidária e 2 integram a rede lucrativa.

Relativamente as diferenças entre as IPSS, as entidades privadas com fins lucrativos e as entidades públicas diferem os seus objetivos, fontes de financiamento e formas de gestão.

As entidades privadas com fins lucrativos, têm como objetivo principal a obtenção de lucro, que pode ser distribuído entre sócios ou reinvestido. O seu financiamento provém da venda de bens e serviços e da captação de investimentos.

Já as entidades públicas, como hospitais, escolas públicas, autarquias e forças de segurança, são financiadas pelo Estado, através de impostos e taxas, e têm como missão garantir o bem-estar da população e a prestação de serviços essenciais. São geridas por organismos governamentais e seguem regulamentações e políticas públicas.

Enquanto as IPSS e as entidades públicas desempenham um papel social, as empresas privadas tem como objetivo a obtenção de lucro. Ainda assim, podem complementar-se agrupando a área do social e do obtenção e lucro.

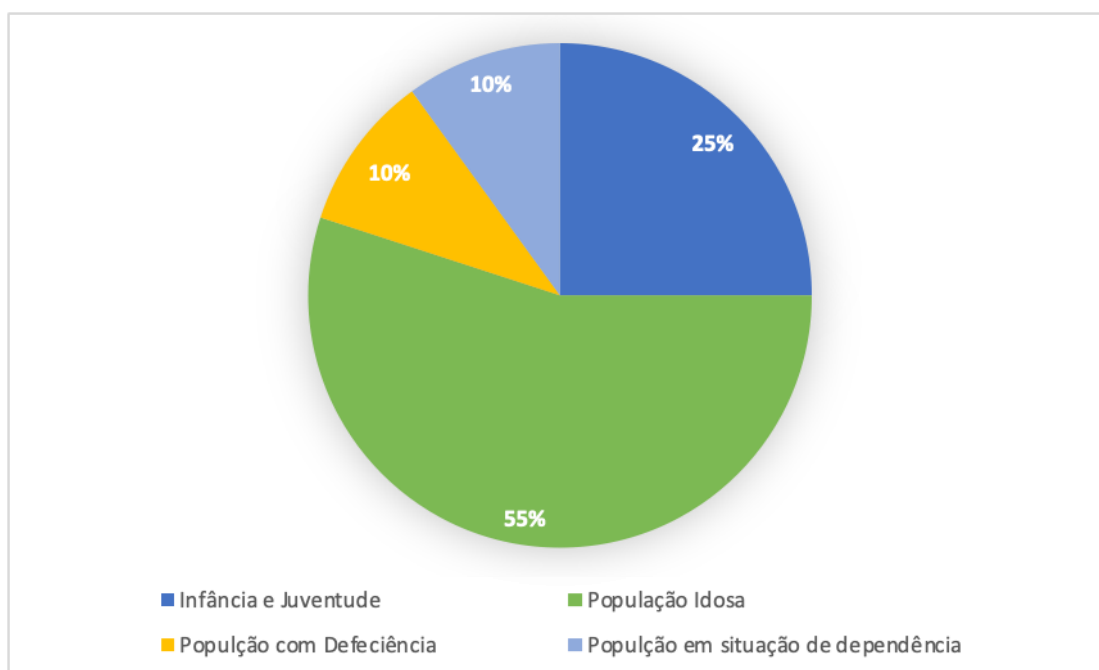
No concelho de Alvaiázere, existem oito Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), distribuídas pelas diferentes freguesias. A freguesia de Alvaiázere concentra o maior número, com quatro IPSS, seguida por Maçãs de D. Maria, que conta com duas. Já as freguesias de Almoester e Pussos São Pedro possuem, cada uma, uma IPSS. Por outro lado, a freguesia de Pelmá é a única do concelho que não dispõe de qualquer IPSS. No total existem vinte respostas sociais que tem como áreas de intervenção a infância, a população idosa, a população com deficiências e a população em situação de dependência. A maioria das valências existentes no município de Alvaiázere pertencem à rede solidária (20), sendo que a rede pública e a rede lucrativa disponibilizam 3 e 2 respostas, respetivamente. Nas entidades públicas sem fins lucrativos, as respostas são essencialmente direcionadas para a valência de Educação Pré-escolar, enquanto a rede privada dá respostas ao nível da valência ERPI

2.2.2 CARACTERIZAÇÃO DAS IPSS

De acordo com o Gráfico 4, verifica-se que as IPSS do concelho de Alvaiázere têm um maior foco na população idosa, representando 68% das respostas sociais. Em termos numéricos, isso corresponde a cerca de onze respostas sociais dedicadas ao apoio e acompanhamento desta faixa etária, sendo elas nomeadamente, quatro de Serviço de Apoio Domiciliário, três ERPI'S, dois Centros de Dia e dois Centros de Convívio. Relativamente a área da Infância e Juventude atualmente existem 5 respostas sociais, sendo elas, duas creches e três respostas de Atividades de Tempos Livres Uma dessas respostas de ATL está localizada na Escola E.B. 2,3 e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira e é gerida pela Cáritas Diocese de Coimbra. Embora esta IPSS não esteja sediada no concelho, será considerada no presente estudo, dado o seu contributo para a resposta social existente na região.

.Na área da deficiência existem 2 respostas sociais sendo elas o Lar Residencial e o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão(CACI) pertencentes a mesma IPSS. Por fim existem 2 respostas sociais destinadas a população em situação de dependência sendo elas a unidade de longa duração e manutenção (ULDM) e a unidade de média duração e reabilitação (UMDR).

Gráfico 4- População alvo das IPSS



Fonte: Diagnostico Social 2024, elaboração própria

A análise das IPSS do concelho evidência a distribuição das respostas sociais e a sua localização por freguesia. Observa-se que a maioria das respostas sociais está concentrada na freguesia de Alvaiázere, destacando-se a Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere e a Associação Casa do Povo de Alvaiázere como as entidades que oferecem um maior número de serviços. Entre as respostas sociais existentes, encontram-se o apoio domiciliário, centros de dia, creches, ERPI e unidades especializadas, como a Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e a Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM).

Para além da freguesia de Alvaiázere, outras localidades também apresentam uma oferta significativa de serviços sociais. Em Maçãs de D. Maria, a ACREDEM – Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Maçãs de D. Maria oferece resposta ao nível da creche, enquanto a Associação Casa do Povo de Maçãs de Dona Maria disponibiliza apoio domiciliário, centro de convívio e ERPI. A freguesia de Almoester conta com a atuação da ASCRA – Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoester, que presta serviços de apoio domiciliário e centro de dia. Já na freguesia de Pussos São Pedro, o Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos disponibiliza apoio domiciliário, centro de convívio e Atividades de Tempos Livres (ATL).

Destaca-se ainda a presença da Cáritas Diocese de Coimbra, que, embora não esteja sediada no concelho, disponibiliza uma resposta de ATL na freguesia de Alvaiázere. Por fim o Centro Paroquial de Alvaiázere com a resposta de ATL. A análise destes dados permite compreender a relevância das IPSS no suporte social às diferentes faixas etárias, nomeadamente à infância, à população idosa e às pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo fundamental o seu papel no combate ao isolamento social e na promoção da qualidade de vida no concelho.

Tabela 3- IPSS presentes no concelho de Alvaiázere

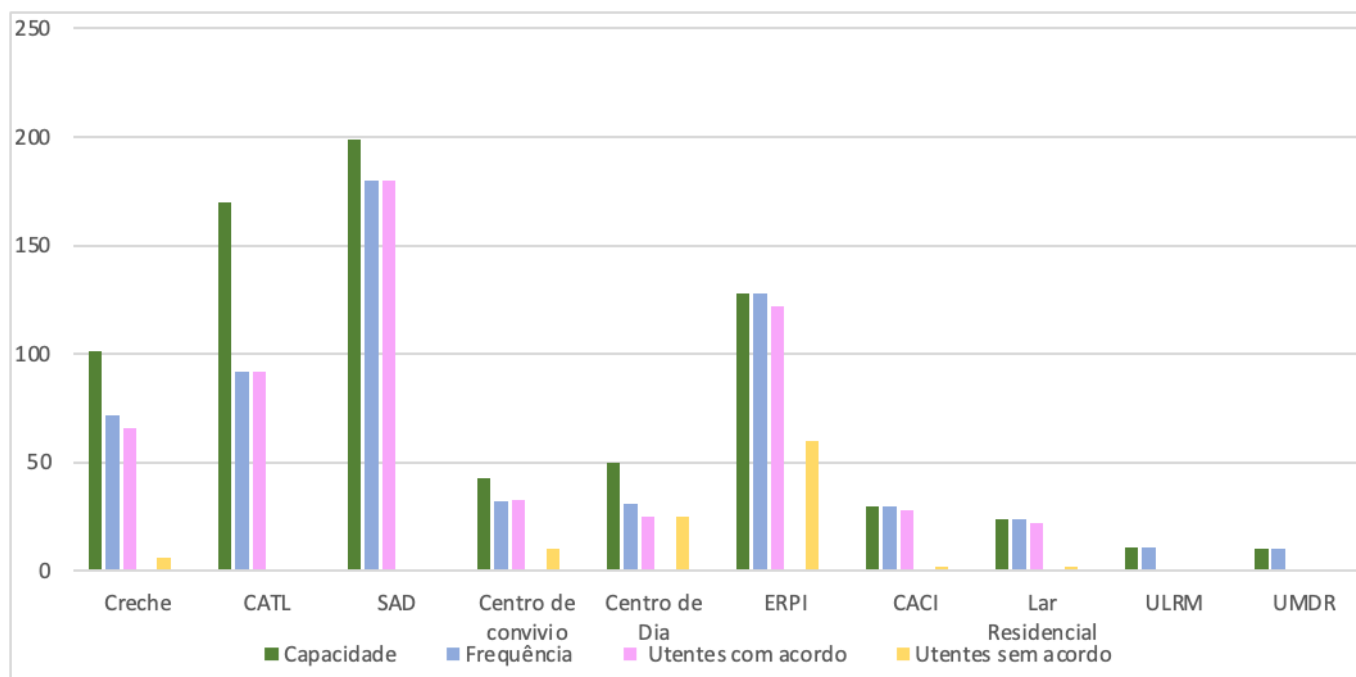
IPSS	Respostas sociais	Freguesia onde esta sediada
ACREDEM- Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Maços de D. Maria	Creche	Maços de D. Maria
ASCRA - Associação Social, Cultural e Recreativa de Almoester	Apoio Domiciliário	Almoester
	Centro de Dia	
Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere	Apoio Domiciliário	Alvaiázere
	Centro de Dia	
	ERPI	
	Creche	
	Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)		

Associação Casa do Povo de Alvaiázere	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	Alvaiázere
	Lar residencial	
Associação Casa do Povo de Maças de Dona Maria	Apoio Domiciliário	Maças D.Maria
	Centro de Convívio	
	ERPI	
Centro Cultural, Recreativo e Social da Freguesia de Pussos	Apoio Domiciliário	Pussos São Pedro
	Centro de Convívio	
	ATL	
Cáritas Diocese de Coimbra	ATL	Alvaiázere
Centro Paroquial de Solidariedade Social Alvaiázere	ATL	Alvaiázere

Na análise da capacidade, frequência, lotação dos acordos e número de utentes com e sem acordo das diferentes valências (Gráfico 5), verifica-se que, nas respostas sociais como Creche, CATL, SAD, Centro de Convívio e Centro de Dia, a frequência de utentes é inferior à capacidade disponível. No entanto, em algumas destas respostas, como no caso do SAD, essa diferença é mínima, registando-se uma capacidade de 199 utentes e uma frequência atual de 180 utentes. Por outro lado, nas respostas sociais de ERPI CACI , Lar Residencial, ULRM e UMDR verifica-se que todas as vagas se encontram preenchidas, havendo listas de espera, o que evidencia a elevada procura e necessidade destas respostas na comunidade.

Quanto aos acordos de cooperação, constata-se que a maioria dos utentes estão integrados nas respostas sociais através desses acordos, o que reforça a importância do financiamento e apoio estatal para a manutenção e funcionamento das instituições.

Gráfico 5- Capacidade, frequência, Utentes com e sem acordo das respostas sociais



Fonte: Diagnostico Social 2024, elaboração própria

É fundamental identificar o número de colaboradores que as IPSS do concelho possuem, de forma a perceber o contributo na criação de emprego e na redução do índice de desemprego na região.

Assim é possível observar pela tabela que as IPSS do concelho contem cerca de 68 ajudantes de saúde correspondendo assim à maior percentagem de recursos humanos afetos (25,95%); 34 ajudantes familiares (12,98%); 15 na categoria de auxiliar de cozinha (5,73%); 14 nas categorias de auxiliar de limpeza e auxiliar de serviços gerias (ambos com 5,34%); 13 na categoria de outros profissionais (4,96%); 12 na categoria de auxiliar de ação educativa (4,58%); 11 na categoria de cozinheiro (4,20%); 5 na categoria de auxiliar de lavandaria (1,91%) e 3 motoristas (1,15%). Relativamente aos técnicos especialistas existem 14 técnicos na categoria de diretor técnico (5,34%); 3 técnicos na categoria educador de infância (1,15%); 5 na categoria de assistente social, animador sociocultural e terapeuta (1,91%); 1 nas categorias de psicólogo, e

nutricionista /dietista (0,38%); 11 na categoria de enfermeiro (4,20%) e 10 técnicos especialistas na categoria de outros (3,82%).

Tabela 4- Recursos Humanos IPSS

Categoria Profissional	Técnicos por equipamento	
Técnicos Especialistas	Diretor Técnico	14
	Educador de Infância	3
	Psicólogo	1
	Assistente Social	5
	Animador Sociocultural	5
	Educador Social	1
	Médico	3
	Enfermeiro	11
	Terapeuta	5
	Nutricionista/ dietista	1
	Outros	10
	Ajudante familiar	34
Ajudante de saúde	68	
Auxiliar de ação educativa	12	
Cozinheiro	11	

Pessoal auxiliar	Auxiliar de cozinha	15
	Auxiliar de lavandaria	5
	Auxiliar de limpeza	14
	Auxiliar de Serviços Gerais	14
	Motorista	3
	Pessoal administrativo	15
	Outros	13
	Total	263

Fonte: Diagnostico Social 2024, elaboração própria

3. METODOLOGIA

Neste capítulo pretende-se enquadrar as metodologias utilizadas no decorrer desta investigação, tendo em conta os objetivos a que nos propusemos. Serão apresentados os objetivos da investigação e as questões de estudo, o método escolhido, uma descrição detalhada dos instrumentos de recolha de dados utilizados e os procedimentos seguidos para posteriormente realizar a análise dos resultados no capítulo seguinte.

3.1 OBJETIVOS

As IPSS são instituições que dão resposta as necessidades das populações, através da prestação de serviços. Atualmente com a constante mudança nas sociedades e a desertificação das zonas rurais do interior é fundamental promover/criar soluções para que seja possível a crescimento dessas zonas de forma a incentivar o desenvolvimento local e a economia social. Este estudo segue uma abordagem de caracterização e de diagnóstico, com o objetivo de fornecer uma compreensão mais detalhada sobre as capacidades das IPSS no desenvolvimento local no concelho de Alvaiázere e pretende

contribuir para o conhecimento deste tema, dada a limitada produção científica existente em Portugal nessa área.

Tendo em consideração os factos previamente apresentados, torna-se necessário para esta investigação definir a problemática da investigação. De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p.32), “o investigador deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador, tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.”

Assim, devido à escassez de estudos neste campo e à pertinência da temática apresentada, definimos o seguinte objetivo geral:

- Compreender a importância das IPSS na economia social e no desenvolvimento local no concelho de Alvaiázere.

Como objetivos específicos desta investigação foram definidos os seguintes:

- a) Verificar em que aspetos as IPSS contribuem para o desenvolvimento local;
- b) Perceber se as IPSS respondem as necessidades locais através de respostas sociais adequadas;
- c) Analisar o impacto das IPSS no emprego direto e indireto;
- d) Analisar as estratégias e programas desenvolvidos pelas IPSS em Alvaiázere para promover a inclusão social e combater a pobreza;
- e) Identificar os desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere;
- f) Investigar como as IPSS colaboram com outras entidades locais (governo, empresas, comunidade) para promover o desenvolvimento local na região;
- g) Compreender qual a visão da comunidade acerca do papel das IPSS.

3.2 TIPO DE ESTUDO

Esta investigação foi inicialmente desenvolvida por meio da análise de fontes já existentes, como livros e artigos científicos. Posteriormente, utilizando métodos específicos de investigação, foi possível obter informações sobre uma variedade maior de fenômenos, superando o que seria possível investigar diretamente.

Assim, de forma a responder aos objetivos explanados anteriormente recorreu-se as metodologias quantitativa e a qualitativa, ou seja, a uma abordagem mista, uma vez que

houve a necessidade de quantificar dados obtidos através de questionários e de obter dados mais descritivos e pormenorizados através de entrevistas.

De acordo com Canastra (2014),

“A complementaridade de instrumentos/técnicas é [...] recomendável, [...] podemos usar inquéritos por questionário e entrevistas semi-estruturadas, dependendo dos objectivos do estudo, sem, no entanto, entrarmos um conflito epistemológico, uma vez que o que determina a coerência do estudo é o facto de estarmos perante um determinado método de estudo e seguir os procedimentos que lhe estão associados de forma coerente e exigente.” (Canastra, 2014, p. 20).

A abordagem quantitativa irá evidenciar números conversíveis em informação mais geral, permitindo quantificar informações através de técnicas de estatística simples. De acordo com Günther (2006, as cited in Álvares M., 2020/2021, p. 10) este modelo quantitativo

“é caracterizado por ser relativista, integrador e contextual, além de valorizar a cultura, os contextos sociais e económicos (factores sociodemográficos), em que a matemática é a linguagem utilizada para a sua interpretação, sendo que, seguidamente, se faz a correlação da realidade empírica com a teoria que embasa o estudo. Assim, os estudos quantitativos devem atender aos critérios de cientificidade: validade, confiabilidade e generalização (dos resultados).”

Esta metodologia de investigação assenta na recolha de informações limitadas sobre um conjunto de dimensões previamente definidas, exigindo assim “um trabalho sólido de conceção e planeamento da estratégia”. (Álvares, 2020/2021)

De acordo com Bell (2008, as cited in Santos & Henriques, 2021, p.8), os “investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles”.

Com a abordagem qualitativa pretende-se “analisar em profundidade as características, as opiniões, uma problemática relativa a uma população determinada, segundo vários ângulos e pontos de vista”. (Almeida et.al. 1994: 198) A investigação qualitativa tende a ser mais descritiva, havendo mais interesse pelo processo do que pelos resultados do produto “ (...) pôr em evidência hipóteses de pesquisa, permitindo um conhecimento teórico e concreto do objeto de estudo” (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Segundo Afonso et.al (2005, as cited in Vasconcelos, 2013, p.15), ” A investigação qualitativa afirma-se pelo recurso a um paradigma compreensivo e interpretativo, numa interdependência do objeto e do sujeito de investigação”.

Nesta abordagem o investigador atua como o principal instrumento para recolher dados, visto que, recolhe informação diretamente nos ambientes em que os fenómenos ocorrem. Segundo Vasconcelos (2013) “Este papel plurifacetado do investigador implica um olhar vigilante e reflexivo de modo a que se impeça enviesamentos e preconceitos teóricos e ideológicos em relação à observação e à interpretação”. Esta preocupação de imparcialidade surge uma vez que o investigador é um observador participante no sentido em que decide avaliar o discurso e tomar um conjunto de ações mediadas no sentido de se aproximar dos objetivos pretendidos, ou seja, “O investigador faz a pesquisa no terreno, para obter informação, orientando-se por duas persuasões básicas: persuasão científica que define e descreve a natureza da realidade social, e persuasão epistemológica que determina e orienta o modo de captar e compreender a realidade” (Denzin, 1994, as cited in Aires, 2015).

Segundo Gil (2002), as pesquisas qualitativas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para a realização deste estudo foram inqueridos diversos indivíduos da comunidade do concelho de Alvaiázere e selecionou-se IPSS do concelho de Alvaiázere, devido ao conhecimento da realidade do concelho e pela inexistência de informação deste âmbito no concelho.

3.3 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Considerando as metodologias que irão ser utilizadas nesta investigação e tendo em conta a dimensão da população que nos propomos analisar, optou-se por recorrer a aplicação de entrevistas aos Diretores Técnicos das IPSS, nomeadamente a 5 sujeitos de estudo de diferentes IPSS do concelho de Alvaiázere e utilizou-se também o inquérito por questionário aplicado a população do concelho.

Com a entrevista aos Diretores Técnicos das diferentes respostas sociais das IPSS, pretende-se compreender a visão dos próprios dirigentes, ou seja, com este instrumento espera-se “ (...) chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos.” (Amado, 2014 p.207). Neste contexto, foram abordadas questões relativas à caracterização dos entrevistados e das IPSS, a sua função no combate à pobreza e na promoção da inclusão social, a criação de emprego direto e indireto, bem como os desafios atuais enfrentados por estas organizações.

Adicionalmente, foi explorada a articulação das IPSS com outras entidades, evidenciando a importância das parcerias para a eficácia das suas respostas sociais. Também se procurou analisar a perceção da comunidade local sobre a intervenção e o impacto das IPSS no território. A análise dos dados recolhidos das categorias de análise referidas anteriormente, permitirá identificar padrões, desafios comuns e contributos significativos das IPSS no desenvolvimento económico e social das comunidades onde estão inseridas.

A entrevista serve para a “obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer...” (Gil, 1989, p.113).

Este instrumento envolve o estabelecimento de uma interação dinâmica e significativa, onde os sentidos e informações emergem através do diálogo. As características pessoais do entrevistador e do entrevistado desempenham um papel crucial, influenciando diretamente o desenvolvimento e os resultados do processo de comunicação. (Aires, 2015) Isto quer dizer que a “entrevista constitui, assim, uma forma de diálogo social que se vê submetida à regra da pertinência.” (Aires, 2015, p.32)

A entrevista irá promover a ampliação da reflexão dos entrevistados, nomeadamente “(...) a potencialidade de permitir desocultar determinadas representações sociais ou perceções no pensamento dos entrevistados, de forma a contribuir, em larga medida, para a compreensão das suas conceções de realidade e do sentido que atribuem às suas ações”. (Sá et. al. ,2021 , p.25)

Segundo Amado (2014, p.207), a entrevista assume na atualidade “ [...] uma grande variedade de formas (e.g., cara a cara, pelo telefone ou e-mail), ao mesmo tempo que se apresenta com os mais diversos fins e usos.”

Para esta investigação optou-se pelo o uso da entrevista semiestruturada, uma vez que assim “o investigador faz sempre certas perguntas principais, mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões (...)” (Moreira,1994, p.133). Este tipo de entrevista permite que o investigador, apesar de ter um guião para a entrevista, possa como elemento participante guiar a entrevista adicionando novas perguntas que não estavam formuladas previamente no guião. Esta abertura faculta ao investigador a possibilidade de compreender novos fatores que possam surgir no decorrer da entrevista. Assim,

“Numa entrevista semiestruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente

definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa” (Miranda, 2009, p.42)

Através das entrevistas procurou-se compreender a visão, a opinião do entrevistado, mas também aspetos sobre as IPSS, onde exercem funções, importantes para o estudo, assim a entrevista foi guiada de forma a identificar fatores transversais a investigação para que com a informação recolhida seja possível responder aos objetivos propostos. A entrevista exige uma atitude responsiva ativa, “pois toda compreensão é prenhe de resposta, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor” (Bakhtin, citado por Freitas et al., 2007, p. 35), visto que o ouvinte (pesquisador) utiliza-se de recursos como “expressões de interesse, à reformulação, aos contraexemplos e até a incompreensão voluntária ou pedidos adicionais de informação” (Vieira et al., 2016, p. 146).

Como foi referido anteriormente as entrevistas foram aplicadas a 5 Diretores Técnicos de 5 IPSS, num universo de sete IPSS presentes no concelho de Alvaiázere.

Para a concretização das entrevistas foi elaborado um guião de entrevista (anexo I), que serviu para orientar e assegurar que todas as informações necessárias eram recolhidas. Segundo Amado (2014), o guião de entrevista

“ (...) resulta de uma preparação profunda para a entrevista, além de ser um instrumento que, na hora da realização da entrevista, ajuda a gerir questões e relações. Por isso, nele constam a formulação do problema, os objetivos que se pretendem alcançar, as questões fundamentais (orientadoras) numa ordem lógica ou prática, e as perguntas de recurso a utilizar apenas quando entrevistado não avançar no desenvolvimento do tema proposto ou não atingir o grau de explicitação que pretendemos.” (Amado, 2014, p.214).

O outro instrumento de recolha de dados aplicado foi o inquérito por questionário sendo ele, uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo, o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 1989 p.129).

O questionário insere-se “dentro de uma tradição positivista em investigação (...), orientada por um modelo epistemológico de construção do saber dominado pela noção de objetividade” (Santos, 2018, as cited in Santos & Henriques, 2021 , p.12).

Este instrumento corresponde a um recurso organizado e estruturado que possibilita atingir um elevado número de pessoas, garantindo o anonimato das respostas. Neste instrumento a recolha dos dados é feita na maioria das vezes indiretamente, ou seja, sem a presença do investigador, e assim não é possível o esclarecimento de eventuais questões. O questionário é um conjunto de questões, que são endereçadas a um aglomerado de indivíduos. (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Segundo Santos & Henriques (2021, p.13),

“O recurso ao inquérito por questionário permite ao investigador a identificação de determinadas características ou factos de uma população visando verificar determinada hipótese ou analisar as relações entre as variáveis envolvidas no estudo que está a ser realizado através do seu tratamento estatístico.”

Assim, esta técnica será adequada para a recolha de dados a nível local, uma vez, que os autor deste estudo têm como objetivo abranger o maior número possível de indivíduos pertencentes a comunidade do concelho de Alvaiázere. O conjunto dos inquiridos, ou seja, a população ou o universo, deve ser um número significativo que viabilize a análise estatística.

De acordo com os objetivos da presente dissertação, elaborou-se um questionário (anexo IV) constituído por duas partes. Num primeiro momento procura-se obter dados acerca da caracterização do inquirido. Seguidamente é apresentada diversas questões acerca das IPSS do concelho e as suas respetivas respostas sociais e sobre a visão da comunidade acerca das mesmas.

3.4 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, foi estabelecido contacto via email com as Diretores Técnicas de 5 IPSS, de forma a solicitar a colaboração das mesmas para a realização das entrevistas. Após resposta das Diretoras Técnicas foi enviado o consentimento informado (anexo I) e o guião de entrevista por eles solicitado. As entrevistas foram aplicadas em modelo presencial e online conforme a preferência dos entrevistados, foram então realizadas nos meses de dezembro e janeiro de 2024 e 2025, respetivamente. No dia da aplicação da entrevista, a investigadora, solicitou aos entrevistados autorização para a gravação da mesma e assegurou a confidencialidade e o anonimato das informações prestadas, utilizando-as exclusivamente no âmbito deste trabalho. Por sua vez o questionário foi aplicado via online, durante o mês de janeiro até maio.

3.5 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

Após a recolha de dados procedeu-se à análise dos instrumentos de recolha de dados e seleção dos elementos mais relevantes para o estudo. Como os dados do questionário recolhidos no decorrer da investigação não respondem por si só às questões do estudo, necessitam de ser tratados.

A apresentação dos resultados foi realizada através de uma sinopse das entrevistas repartida em categorias de análise e o questionário os resultados foram apresentados através de tabelas e gráficos de acordo com as categorias e as variáveis, onde serão demonstrados os dados mais pertinentes para o estudo.

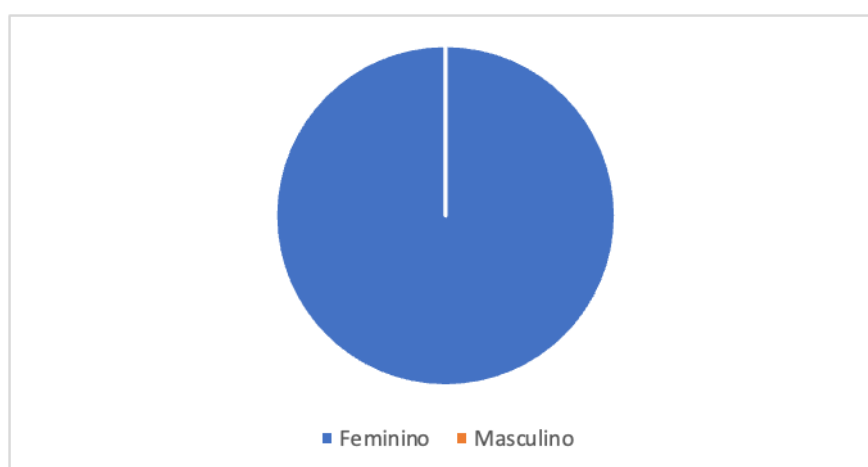
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 ENTREVISTA

4.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE ESTUDO DA ENTREVISTA

De forma atingir os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas em 5 IPSS no concelho de Alvaiázere. Estas entrevistas permitiram recolher informações detalhadas sobre o perfil dos Diretores Técnicos dessas instituições, considerando variáveis como sexo, idade, nível de escolaridade, formação académica e o cargo desempenhado.

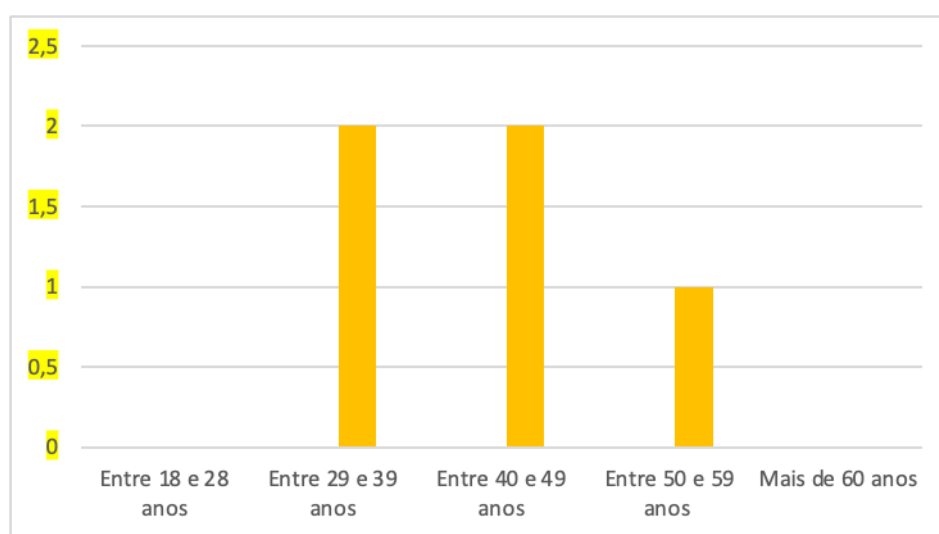
Gráfico 6- Sexo dos participantes



Fonte Entrevistas. Elaboração própria

Através da análise do gráfico 6 verificamos que estamos perante 5 mulheres (100%), ou seja, das Diretoras Técnicas em causa que foram entrevistadas não existe nenhum homem como diretor técnico.

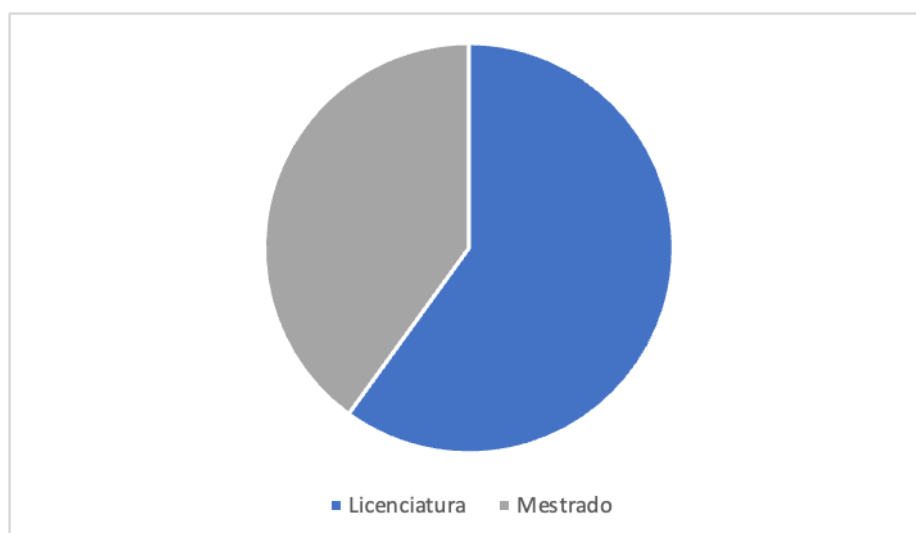
Gráfico 7- Faixa etária



Fonte Entrevistas. Elaboração própria

Relativamente à faixa etária das diretoras técnicas, verificamos que duas pertencem ao grupo dos 29-39 anos, enquanto outras duas se encontram na faixa dos 40-49 anos. Apenas uma diretora técnica integra a faixa etária dos 50-59 anos.

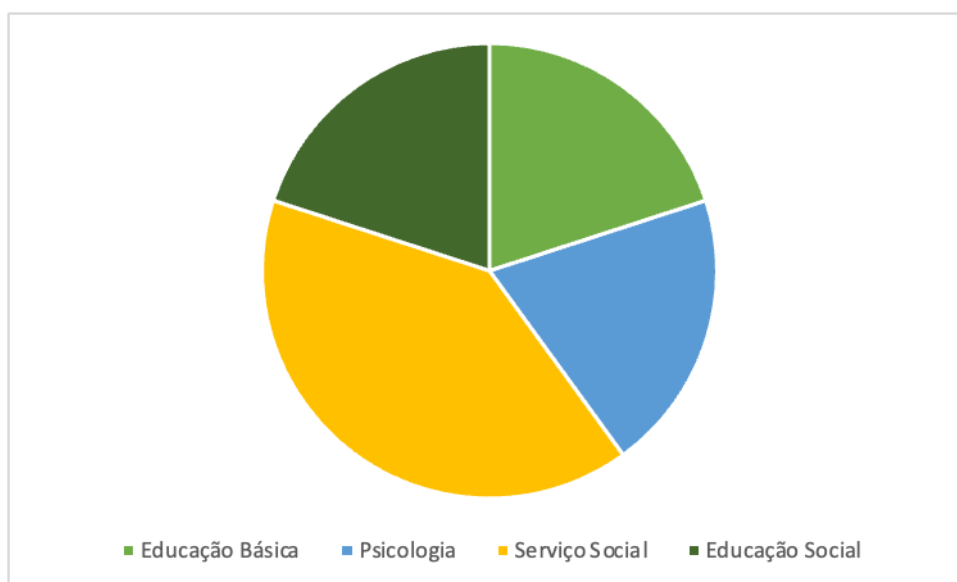
Gráfico 8- Habilitações



Fonte Entrevistas. Elaboração própria

No gráfico 8, é possível observar que das 5 diretoras técnicas apenas 2 possuem mestrado e as restantes 3 possuem apenas licenciatura.

Gráfico 9- Área da licenciatura



Fonte Entrevistas. Elaboração própria

No que respeita à formação académica das Diretoras Técnicas, verifica-se que aproximadamente 40% possuem licenciatura em Serviço Social, correspondendo a duas profissionais. As restantes Diretoras Técnicas possuem formação em Psicologia, Educação Básica e Educação Social, com uma representante em cada área.

Tabela 5- Tempo de exercício de funções como Diretoras Técnicas

Diretoras Técnicas	Tempo
DT.A	1 ano
DT.B	16 anos
DT.C	1 ano e meio
DT.D	5 anos
DT.E	33 anos

Fonte Entrevistas. Elaboração própria

É possível constatar pela tabela 5, que as DT. A e DT.C encontram-se em início de funções, com apenas um ano e um ano e meio de experiência, respetivamente. A DT. D apresenta uma experiência de 5 anos. As DT. B e DT. E destacam-se pelo seu elevado tempo de serviço — 16 e 33 anos, respetivamente.

1.1.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Após a conclusão, transcrição e categorização das entrevistas realizadas aos Diretores Técnicos, proceder-se-á à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos. As Diretoras Técnicas serão intituladas como DT. A, DT. B, DT.C, DT. D, DT. E, de forma a manter o anonimato.

Esta etapa será desenvolvida com base nas categorias de análise previamente definidas, articulando os dados recolhidos com os referenciais teóricos explorados anteriormente, de forma a permitir uma interpretação fundamentada e crítica dos resultados.

Tendo em consideração os objetivos delineados para esta investigação, as entrevistas foram estruturadas em seis categorias de análise sendo elas: O papel das IPSS; O emprego direto e indireto; A inclusão social e a pobreza; Os desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere; A colaboração/ parcerias com outras entidades; A visão da comunidade acerca do papel das IPSS.

Relativamente a primeira categoria de análise, “o papel das IPSS”, as Diretoras Técnicas das IPSS revelam que estas instituições desempenham um papel fundamental no desenvolvimento local, contribuindo de forma diversificada e integrada para o fortalecimento do tecido socioeconómico. Para além da prestação de serviços essenciais

de apoio às famílias, que incluem cuidados durante o horário de trabalho e a criação de condições que permitem uma melhor conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades familiares, as IPSS asseguram que os cidadãos possam permanecer ativos na sua comunidade. Tal como é mencionado pela DT. A, ao proporcionar cuidados de creche e garantir refeições essenciais através das cantinas sociais, a IPSS permite que os pais se dediquem às suas funções laborais, contribuindo assim para a estabilidade familiar e para a dinamização económica local. Assim como na área da infância a DT. E refere que dão “apoio à família uma vez que a maioria das pessoas trabalha e não consegue tomar conta dos seus idosos”. Este ponto crucial também é mencionado por Gouveia (2009), que afirma que as IPSS reforçam as condições da comunidade desde a criação de creche como de centros de dia e ERPI, entres outros, fomentando a atividade local e proporcionando uma maximização de recursos. Isto quer dizer que se as famílias não tiverem um local onde deixar os seus idosos, as suas crianças, não poderão ter uma vida ativa no que toca a integração no mercado de trabalho.

Outro contributo das IPSS para o desenvolvimento local, referido nas entrevistas é a promoção da empregabilidade e a dinamização da economia local, como é destacado pela DT. B e DT.C. É referido pela DT. B , que os colaboradores da IPSS residem nas redondezas e “(...) Trabalham aqui, compram aqui, muitos vem para aqui para vir trabalhar e alugam casas cá. “. Esta constatação vai ao encontro do estudo do Centro de Estudos de Economia Pública e Social, que afirma que as IPSS “Tem permitido criar novos empregos, manter ofícios, explorar novas profissões e desenvolver percursos de inserção de emprego, especialmente para pessoas desfavorecidas e identificadas em processos de exclusão social” (CIRIEC, 2000).

Tal como a DT. B, a DT.C afirma que “(...) a nível do desenvolvimento local apoia na criação de emprego, desenvolvimento da economia local, apoio social e bem-estar dos idosos.” É destacado por estas duas IPSS a contratação de colaboradores oriundos da própria freguesia, o que não só reforça a economia interna, mas também valoriza o capital humano local, contribuindo para a qualificação e desenvolvimento profissional dos seus residentes. Essa prática tem um impacto direto na estabilidade do mercado de trabalho e como refere a DT. D “(...) nestes concelhos mais pequenos as IPSS acabam por ser os maiores empregadores, são dinamizadores de desenvolvimento porque permitem que as famílias fiquem no concelho e consigam ter emprego”. Esta afirmação

é particularmente relevante quando se considera a desertificação do interior do país e a necessidade de criar incentivos para a permanência das populações nestes territórios.

Deste modo, ao proporcionar ambientes de socialização e cuidados especializados, as IPSS não só atendem às necessidades imediatas dos idosos, mas também contribuem para a manutenção de uma rede de apoio que beneficia toda a comunidade.

É relevante mencionar que a DT. D destaca que “é a única instituição que intervém no âmbito da deficiência (...)” o que contribui para o desenvolvimento e “(...) também permite que as pessoas se alargassem e percebessem como podiam ser mais inclusivas.”

Verifica-se um consenso entre as Diretoras Técnicas quanto ao contributo das IPSS para o desenvolvimento local sendo o mesmo abrangente e decisivo. As IPSS promovem não só a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, ao atenderem a necessidades variadas que vão desde cuidados familiares a intervenções em áreas como a deficiência e a terceira idade, mas também fortalecem a economia local e a coesão social. Tendo em consideração, o autor Amaro, (2003, p.17) que destaca que o desenvolvimento local assenta num “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local”, é possível concluir que as IPSS estão inevitavelmente ligadas ao desenvolvimento local de um território.

No que diz respeito as necessidades da população, existe unanimidade no que toda a insuficiência de respostas sociais, sendo transversal a todas as áreas de intervenção . Como refere a DT.A no que toca a área da infância, “Nos sentimos que o berçário esta sempre cheio e tem vindo cá muitas pessoas a procura e se tivéssemos outro berçário iremos conseguir dar mais resposta que de momento não conseguimos”.

Na área de intervenção da terceira idade a DT.B argumenta que “São insuficientes, não temos capacidade para dar resposta a todas as solicitações principalmente a nível de ERPI, a nível de apoio domiciliário vamos tendo algumas vagas, uns vão entrando outros vão saindo.” Refere ainda que “a última contagem que tivemos tínhamos 300 pessoas em lista de espera”. A DT.C complementa esta análise ao mencionar que o concelho tem respostas adequadas a realidade e as necessidades da comunidade, uma vez que “(...) tem uma qualidade de atendimento positiva, resposta rápida, avaliação continua que é feita às necessidades dos utentes, das famílias e da população e a satisfação das necessidades dos beneficiários.” , mas “(...) falta apoio noturno e aos fins de semana aos utentes na zona de Almoester e arredores (...)”.

É ainda citado que relativamente as necessidades da população existe a ”Necessidade de novos projetos: Necessidade de mais projetos direcionados à população idosa devido ao

envelhecimento crescente” (DT.D). Esta necessidade vem de encontro a um dos grandes desafios das IPSS destacado por Garcia (2014), que é as IPSS “continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, (...)” (Garcia, 2014, p.19), é necessário que as IPSS se vão adaptando as mudanças da sociedade onde estão inseridas, e devido ao crescente envelhecimento da população, emerge a exigência de mais respostas para esta população, tal como refere DT.D. A DT. E refuta essa mesma ideia, uma vez que afirma a necessidade de alternativas para utentes acamados ou em cadeiras de rodas, pois o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é limitado.

É importante referir que tanto a DT. D como a DT. E evidenciam a necessidade de respostas na área da saúde mental, uma vez que, “o concelho tem muitos casos de saúde mental, mas não dispõe de estruturas de apoio específicas para psiquiatria.” (DT. E).

Foram também identificados os projetos e identificados com maior impacto na comunidade, de uma forma geral todas as Diretoras Técnicas destacaram o serviço da cantina social, sendo um serviço transversal a todas as IPSS menos a IPSS da DT.D. A cantina social é suportada através da conjugação de IPSS em articulação de forma a terem este serviço para população, tal como é referido por Lopes (2012) “ao juntar os diferentes parceiros de um determinado território, favorece-se a disponibilização de recursos e instrumentos, obtendo-se uma maior eficiência das ações e projetos, garantindo-se, por conseguinte, uma maior sustentabilidade” (Lopes, 2012, p.31).

Foi ainda mencionado o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). A DT.D salientou que os projetos com maior impacto da sua IPSS são aqueles que integram os utentes na comunidade, como por exemplo a carpintaria que eles possuem assim como a sua loja online onde são vendidos os produtos feitos na carpintaria e ateliês, “estes projetos é para estarmos integrados e não sermos uma instituição fechada, não queremos de maneira nenhuma ser a instituição que esta aqui como um depósito de pessoas com deficiência como acontece muitas das vezes com as pessoas idosas que não tem qualquer tipo de articulação com o exterior.” Este tipo de projeto vem de encontro a ideia das IPSS terem de arranjar estratégias para a sua sustentabilidade financeira e não estarem apenas dependente de financiamentos estatais, tal como Garcia (2014) refere que um dos tipos de financiamento das instituições pode também passar pela venda de bens. Como foi mencionado pela DT.D os materiais realizados na carpintaria são posteriormente vendidos na sua loja online, apesar de não ser um lucro significativo para a sustentabilidade financeira da IPSS demonstra a perspetiva de Andrade e Franco que indicam que as IPSS devem “Trabalhar de forma

ativa a angariação de fundos e tomar opções quanto ao grau de dependência/autonomia ao nível dos fundos (...)” (Andrade e Franco, 2007, p.37).

A ampliação do papel das IPSS no desenvolvimento local é algo que preocupa as Diretoras Técnicas, tendo elas no geral o desejo de aumentar as suas instalações ou de criar novas respostas sociais. Tal como refere a DT.A “se conseguíssemos aumentar as nossas instalações conseguíamos aumentar os acordos de cooperação e assim dar resposta as necessidades que vão surgindo pelas famílias”, tendo a mesma pretensão a DT.B explica que já realizaram uma candidatura para UCC não conseguida, mas que “Andamos numa de tratar ver o que é que há mais que possamos fazer (...)”. Já a DT.C especifica as ambições da IPSS de “(...) a criação de uma ERPI, também queríamos ter acompanhamento psicológico dos utentes e da população, e também a promoção da participação comunitária, da comunidade envolvente e a inclusão digital.”

A IPSS da DT. D gostaria de “(...) ter uma residência de autonomização, ou seja, para pessoas com deficiência que têm competências para poderem estar a fazer as suas atividades de vida diária e estarem ocupadas e estarem num emprego apoiado, (...) bem como eventualmente dar assistência a situações que estejam em casa e que nós ainda não temos o conhecimento (...)”.

Por fim, a DT. E aborda a sua preocupação, uma vez que, “(...) temos ali um grande investimento parado e as nossas instalações atuais não tem condições e o objetivo é todas as valências passarem para o edifício da ERPI.”. Tem ainda como objetivo criar residências assistidas.

A segunda categoria de análise trata o tema “emprego direto e indireto”, o objetivo é tentar compreender se as IPSS potenciam ou não o emprego no concelho de Alvaiázere. Relativamente ao número de colaboradores as IPSS com um menor número são a DT.A, a DT.C e a DT.E que afirmam ter, respetivamente, “10 colaboradoras para as 2 respostas”, “ 11 colaboradoras e “10 mulheres”. É importante realçar que nestas três IPSS’S só existem mulheres como colaboradoras, isso indica que nessas instituições não há diversidade de género na composição das equipas. Já a DT. B e a DTD tem “60 colaboradores, temos 7 técnicos.” E “Temos 33, ou seja, 32 mulheres e 1 homem e ainda temos uma senhora num CEI.”, respetivamente. Estes dados demonstram que estas duas IPSS tem um número significativo de colaboradores. A DT. B ainda menciona que tem um colaborador do sexo masculino como ajudante de ação direta, e a DT.C afirma que “(...) é muito importante termos uma equipa mista. Até para eles próprios como referências terem 2 tipos de pessoas, as mulheres e os homens pronto,

muitos deles as famílias são famílias disfuncionais e muitos deles não têm a presença de uma figura mesmo parental, digamos assim, de uma mãe, um pai de referência.”

Assim, observa-se uma disparidade entre as instituições no que se refere ao número de colaboradores, bem como uma forte predominância feminina entre os profissionais contratados. Este cenário sugere que as IPSS são um importante motor de empregabilidade no concelho, especialmente para as mulheres, que representam a maioria dos profissionais nestas instituições, tal como é explícito no *Centre International de Recherches et Informations de l'Économie Publique, Social et Cooperative* que menciona que as IPSS “Tem permitido criar novos empregos, manter ofícios, explorar novas profissões e desenvolver percursos de inserção de emprego, especialmente para pessoas desfavorecidas e identificadas em processos de exclusão social” (CIRIEC, 2000)

Contudo, a análise também levanta questões sobre a equidade de género, uma vez que a presença masculina é mínima. Esse fator pode ser reflexo de normas socioculturais ou da natureza das funções desempenhadas, sendo relevante discutir estratégias que incentivem uma maior diversidade na contratação de pessoal. Quando questionado as Diretoras Técnicas sobre o impacto das IPSS no emprego direto e indireto apesar da concordância generalizada que as IPSS contribuírem para o emprego, as opiniões diferem no que toca a especificação de cada uma delas, uma vez que, demonstram que, enquanto algumas instituições têm um impacto significativo no mercado de trabalho local, outras apresentam um efeito mais reduzido devido ao seu tamanho e número limitado de colaboradores.

A DT. A reconhece que o seu impacto no emprego é reduzido, uma vez que, “O nosso quadro de pessoal desde que a creche abriu tem sido sempre o mesmo, tem se mantido entre as 10/11 funcionárias e assim não temos um grande impacto no emprego. “, ou seja, o quadro de pessoal mantém-se estável, com cerca de 10 a 11 funcionárias, o que sugere um impacto residual, mas importante. Já a DT. B apresenta um quadro de pessoal mais amplo e destaca que, “(...) Depois da pandemia estas casas perderam muito a nível de pessoal, tínhamos funcionários que já estavam aqui algum tempo, mas com o cansaço físico e psicológico acabaram por abandonar esta área. (...)”. Esta IPSS também menciona uma mudança na composição da equipa, com a entrada e saída frequente de trabalhadores estrangeiros, indicando um papel dinâmico na absorção de mão de obra, incluindo migrantes.

A DT.C reconhece que tem um impacto no emprego, “(...) embora com pouco impacto comparativamente com lares e IPSS do concelho.”, esta afirmação sugere que a distribuição do impacto das IPSS no emprego não é homogênea. A DT. D refere que, com 33 colaboradores, considera que tem um impacto significativo na criação de emprego.

Já a DT. E também concorda que as IPSS têm impacto no emprego, mas destaca que sua própria instituição é pequena, reconhecendo que as IPSS de maior dimensão no concelho têm um efeito relevante na empregabilidade local.

Embora as respostas das IPSS não tenham abordado diretamente o emprego indireto, é possível aferir que as instituições com maior número de colaboradores e maior dimensão contribuem para dinamizar outros setores da economia local.

Assim, as IPSS no concelho de Alvaiázere têm um impacto heterogêneo no emprego, com as instituições maiores desempenhando um papel mais significativo na criação de postos de trabalho, enquanto as menores, embora contribuam, têm uma influência reduzida.

A análise das respostas quanto a parceria estabelecida no âmbito do emprego demonstra que a maioria das instituições estabelece parcerias com entidades locais para promover o emprego na região, embora a natureza e o impacto dessas colaborações variem. As principais parcerias identificadas são com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), municípios, escolas profissionais e outras instituições sociais, sendo que algumas IPSS também recorrem a colaborações informais.

A DT. A menciona que possui parcerias com a CERCÍ Penela e o IEFP, proporcionando estágios de curta e longa duração. No entanto, afirma que “(...) nunca acabaram por ficar, porque também não temos essa necessidade”.

A DT. B, por outro lado, refere que as parcerias estabelecidas com o IEFP e a ADECA resultam, frequentemente, na permanência dos estagiários na instituição, indicando um impacto positivo na empregabilidade local. Esta resposta sugere que, além de formar profissionais, a IPSS também tem capacidade para absorver parte destes trabalhadores.

A DT.C aponta que a sua principal parceria formal é com o centro de emprego, mas “tem outras parcerias que nos ajudam nesta promoção como o conhecimento das outras instituições, “nos vamos falando entre colegas”, estes meios pequenos tem um lado positivo porque a informação chega muito depressa e assim a resposta as vagas de emprego chegam mais rápido.” Esta resposta reflete a realidade das comunidades de menor dimensão, onde a proximidade e a comunicação rápida entre entidades facilitam

a ocupação de vagas de emprego, tornando a dinâmica de recrutamento mais ágil e eficiente.

A DT. D menciona diversas parcerias institucionais, nomeadamente com o município, escolas profissionais e associações que atuam na área da deficiência. No entanto, salienta que ainda não tem colaborações diretas com empresas, uma vez que a integração dos seus utentes no mercado de trabalho exige um processo de capacitação mais longo. Além disso, menciona um desafio relevante: “as nossas empresas ainda não estão tão preparadas para receber as pessoas com deficiência”.

Por fim, a DT. E destaca que, além das parcerias habituais com o IEFP e o município, também beneficia da colaboração da junta de freguesia, que recentemente cedeu uma funcionária para suprir ausências por baixa médica. Este caso ilustra um apoio institucional mais imediato e prático, demonstrando um espírito de cooperação entre diferentes entidades locais para garantir a continuidade dos serviços prestados pelas IPSS.

Conclui-se que as parcerias das IPSS com empresas locais ainda são limitadas, sendo mais comuns os protocolos com entidades públicas e organizações do setor social. Algumas instituições enfrentam desafios específicos, como a dificuldade na integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, enquanto outras conseguem manter um fluxo contínuo de estagiários que, em alguns casos, acabam por ser contratados. A comunicação e a colaboração entre instituições são fatores determinantes para facilitar a empregabilidade, especialmente em comunidades mais pequenas.

De forma geral, os dados confirmam que as IPSS são agentes fundamentais na dinamização do mercado de trabalho em Alvaiázere, promovendo emprego estável e em alguns casos, especializado. A sua presença no concelho não só reforça a coesão social, como também fortalece a economia local ao gerar oportunidades de trabalho e serviços complementares.

A terceira categoria de análise aborda “a inclusão social e a pobreza”, sendo esta uma categoria importante, uma vez que, estas instituições desempenham um papel fundamental na mitigação das desigualdades sociais e no apoio às populações mais vulneráveis, contribuindo assim para a redução da pobreza e promoção da inclusão social.

Do ponto de vista das Diretoras Técnicas das IPSS a pobreza é uma realidade presente no território, embora, na visão de algumas entrevistadas seja muitas vezes

oculta e envergonhada, tal como referem a DT. A e a DT. D que afirma “Não são tão visíveis, mas que existem muitas das vezes pessoas que nós nem sonhamos que existem ao nível da pobreza e das dificuldades que passam a nível financeiro.”

O concelho apresenta diferentes manifestações de pobreza, variando entre situações de vulnerabilidade económica, dificuldades de acesso a emprego e casos de isolamento geográfico que dificultam a inclusão social. No entanto, existe uma perceção divergente quanto à exclusão social, sendo que algumas diretoras a consideram um problema significativo, enquanto outras não identificam casos relevantes de exclusão na sua área de atuação.

A DT. A reconhece a existência de pobreza na sua área de intervenção, mas considera que a exclusão social não é um problema predominante, destacando o esforço da instituição em promover a igualdade e a inclusão de todos. Esta resposta sugere que, apesar das dificuldades económicas, as redes de apoio existentes podem estar a mitigar o impacto da exclusão.

A DT. B apresenta uma visão crítica da realidade local, destacando não só a existência de pobreza material, mas também o que considera uma "pobreza de espírito", associada à falta de orientação e ao uso ineficaz dos apoios sociais disponíveis. Além disso, refere a existência de um ciclo de pobreza intergeracional, onde as condições socioeconómicas precárias são perpetuadas de pais para filhos, criando dependência de subsídios e dificultando a mobilidade social, afirmando, “É uma bola, têm filhos e passa para os filhos essa pobreza e os filhos e vivem de subsídios. “

A DT.C salienta a especificidade geográfica da freguesia onde a IPSS esta inserida caracterizada por ser uma “freguesia rural e montanhosa o que apresenta situações de isolamento, de pobreza e exclusão devido a questão do isolamento.” Isto quer dizer que na opinião de DT.C a localização remota pode dificultar o acesso a serviços e oportunidades de emprego, contribuindo para uma maior vulnerabilidade da população.

Intrínseco ao conceito de desenvolvimento aparecem estes dois conceitos pobreza e exclusão social e tal como é mencionado na Estratégia 2020 (Almeida, 2015) uma das prioridades determinantes para o desenvolvimento rural e inclusão social, é a diminuição da pobreza e o desenvolvimento económico destas zonas rurais.

Tal como as Diretoras Técnicas já referidas anteriormente a DT. D reforça a ideia de que a pobreza no concelho de Alvaiázere é muitas vezes invisível e envergonhada, dificultando a identificação e o apoio a quem necessita. Além disso, destaca a existência de muitos casos “(...) de exclusão social ao nível das nossas freguesias limítrofes, ou

seja, Pelmá, Almoester, Mações Dona Maria (...)” onde existem pessoas que “ (...) têm dificuldade nos empregos, têm empregos precários, muitas das vezes são explorados por pessoas que se acham mais espertas e que os que andam com pessoas com dificuldades (...)”. Existe outro fator que é mencionado que é “(...) a falta de literacia, ou seja, muito deles tem habilitações escolares muito baixas, têm uma dificuldade de integração na sociedade e por causa disso não conseguem arranjar emprego e também não têm competências profissionais.” A exploração de trabalhadores em situação de fragilidade aponta para um problema estrutural que dificulta a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e no tecido social.

Por fim a DT. E afirma que “a pobreza existe, exclusão acho que não. Acho que na nossa freguesia não há assim casos muito significativos. Mas as vezes é mais a pobreza organizacional. “

Conclui-se que a pobreza é um fenómeno transversal ao concelho de Alvaiázere, assumindo diferentes formas consoante a freguesia e a realidade socioeconómica local. A existência de pobreza oculta e envergonhada representa um desafio na identificação e intervenção social, tornando essencial a atuação das IPSS e de outras entidades para dar resposta a estas situações. A exclusão social, embora reconhecida por algumas diretoras, não é percecionada de forma unânime, sugerindo que, em algumas comunidades, as redes de apoio e o envolvimento das IPSS ajudam a mitigar este problema. No entanto, a precariedade laboral, a exploração de pessoas em situação de vulnerabilidade e o isolamento geográfico são fatores que agravam as dificuldades enfrentadas por parte da população, tornando necessário o reforço de políticas e estratégias de desenvolvimento social para combater estes problemas de forma estruturada.

Relativamente a questão sobre os programas ou estratégias específicas que são desenvolvidas pelas IPSS para promover a inclusão social as Diretoras Técnicas evidenciam que as IPSS desenvolvem várias estratégias para promover a inclusão social, embora com diferentes graus de abrangência e impacto na comunidade. Segundo a DT. A e a DT. E a principal medida de inclusão é a colaboração com instituições como a CERCI possibilitando a realização de estágios de integração por parte de alunos com limitações, o que representa uma importante forma de inserção social e laboral. Tal como é mencionada na perspetiva de Demoustier “A economia solidária procura uma perspectiva territorializada de acção e de promoção do desenvolvimento local e sustentável, aproveitando os recursos endógenos do espaço onde se insere e as sinergias

com outras actividades económicas (...)” (Demoustier, 2004, as cited in Ramos, 2010), ou seja, articulação entre instituições fortalece a inclusão social.

Já a DT. B evidencia que, “trabalhamos para os nossos utentes não para a população da comunidade”, mas considera a Cantina Social e o POAPMC como programas que promovem a inclusão. Assim como a DT. B a DT.C refere a colaboração interinstitucional como estratégia de inclusão, através de parcerias com outras IPSS, de forma a garantir o fornecimento de refeições às pessoas mais necessitadas da comunidade através das cantinas sociais. A DT. D apresenta uma visão mais abrangente da inclusão social, sublinhando a importância da participação ativa nas iniciativas promovidas pelo município, bem como a articulação contínua com a comunidade. Destaca ainda como a DT.C as estratégias realizadas mais vocacionadas para os seus utentes como os ateliers de trabalhos manuais como forma de inclusão e de reconhecimento dos utentes na comunidade. Trabalham também a inclusão através das famílias” (...) nós tentamos muito envolver as famílias dos nossos próprios utentes, até para eles, porque muitas das vezes as próprias famílias também não sabem que eles conseguem fazer determinadas coisas e acabam por ser o primeiro fator de exclusão social.”

Para terminar a DT. E refere um caso específico de inclusão através de uma contratação de uma funcionária surda-muda, que trabalha há 16 anos na instituição.

Em suma, as práticas vão desde estágios inclusivos, projetos comunitários, apoio alimentar até à valorização do potencial dos utentes e à articulação com a comunidade. No entanto, percebe-se que algumas instituições apresentam uma atuação mais centrada nos seus utentes diretos, enquanto outras evidenciam um compromisso mais alargado com a comunidade em geral.

A última questão desta categoria de análise prendia-se com a forma como as IPSS combatem a pobreza e a exclusão social, nesta questão a DT. A e a DT. B referenciaram a Cantina Social e o programa POAPMC tal como a DT.C, anteriormente. A DT.C mencionou ainda “Parcerias com entidades que promovem a inclusão social, somos parceiros do Radar Social que referênciam pessoas nestas situações.”

A quarta categoria de análise prende-se com “os principais desafios enfrentados pelas IPSS do concelho de Alvaiázere”, com base nos testemunhos das Diretoras Técnicas, revela-se um conjunto de dificuldades transversais e persistentes, que, apesar das particularidades de cada instituição, apontam para padrões comuns no setor social local. As declarações das entrevistadas evidenciam três grandes preocupações: a

escassez de recursos financeiros, os desafios associados aos recursos humanos e a falta de articulação e inovação no setor.

A DT. A identifica como principal desafio “a falta de vagas disponíveis” na valência de creche, salientando que “o edifício da creche daqui, se fizéssemos a ampliação do espaço, mas os recursos financeiros não são abundantes”. Acrescenta ainda que os edifícios carecem de “(...) remodelação e ampliação e os recursos económicos nem sempre são suficientes”. Ou seja, existe uma limitação estrutural e financeira que compromete a capacidade de resposta da IPSS, situação partilhada por outras instituições.

No que diz respeito aos recursos humanos, a DT. B enfatiza de forma clara a complexidade da situação: “Os recursos humanos as coisas são muito complicadas e vai caminhando para cada vez ser mais complicado. Acho que daqui para a frente esse vai ser o maior desafio das IPSS”. Refere também as dificuldades em recrutar pessoal para trabalhar por turnos e à noite, e critica a desadequação das remunerações face à exigência do trabalho: “O trabalho é muito pesado fisicamente e mentalmente para o que recebem”. Além disso, alerta para a falta de formação específica: “Estas pessoas vêm do zero, não sabem nada sobre uma demência, sobre um Parkinson”, sendo a própria IPSS a responsável pela formação, “(...) mas não com a periodicidade que gostaríamos (...)”.

A DT.C aponta para questões de sustentabilidade a longo prazo e gestão de prioridades, revelando que “(...) a atenção que deve ser dada nas soluções é tão imediata e requer a nossa atenção diariamente que nos deixa aqui sem espaço para dar atenção a longo prazo”. Além disso, destaca como desafios “a sustentabilidade financeira, visibilidade e a comunicação para a população, as mudanças das necessidades da população, o envelhecimento e os problemas mentais”. A visibilidade e a comunicação com a população é também mencionado por Garcia (2014) que afirma que o envolvimento da comunidade obriga a um esforço das IPSS, “um esforço de promoção da sua imagem social, até porque” não se pode ajudar o que não se conhece (Sousa et.al ,2011, p.14 , as cited in, Garcia, 2014 ,p.20). Sendo esta divulgação essencial para conhecimento dos serviços prestados pelas IPSS e para que a comunidade possa ajudar como por exemplo com doações ou a com a compra de produtos que as IPSS possam ter.

A DT.D aprofunda a reflexão sobre os problemas de funcionamento em rede e partilha de boas práticas. Sublinha que “as IPSS ainda trabalham muito isoladamente, ou seja, cada uma na sua quinta no seu quintal” e que há uma “dificuldade em fazer trabalho de

parceria ou trabalhos em rede, de articular”. Esta visão crítica estende-se ao funcionamento interno das IPSS e à falta de inovação, referindo que “parece que as pessoas têm medo de ser avaliadas” e que “mesmo quando entram nas instituições parece que ficam contaminadas com aquela situação (...), não trazem nada de novo”. Apesar disto, salienta que na sua instituição existe abertura por parte da direção para implementar novas ideias, afirmando, “sou uma privilegiada nesse aspeto, mas também tenho uma direção jovem e isso também é uma mais-valia”. Isto quer dizer que, as IPSS ainda trabalham muito isoladamente, com dificuldades em estabelecer parcerias eficazes. E que a falta de colaboração entre instituições impede a partilha de boas práticas e a otimização de recursos. A DT.D ainda aprofunda mais e salienta a resistência à mudança por parte de profissionais que trabalham há muitos anos na área e emerge a necessidade de modernização das mentalidades e maior abertura à inovação dentro das instituições. Esta questão é também referida pela DT.E que afirma que “ surge também aqui o problema das direções serem pessoas com muita idade sem mente aberta, precisamos de novas visões”.

A DT.D refere ainda que “(...) uma das principais dificuldades é a parte financeira e a falta também de recursos humanos qualificados e disponíveis para trabalhar nestas áreas.”, tal como as Diretoras Técnicas anteriores. A DT. D reforça ainda a necessidade de uma gestão financeira rigorosa de forma a suportar as despesas dos 33 colaboradores, as despesas correntes e os gastos fixos com os empréstimos.

Por fim, a DT.E foca-se no desafio de concluir a construção da nova ERPI, referindo que “(...) nos estamos a perder dinheiro todos os dias e a degradar o edifício novo”. Acrescenta que em conformidade com as diretoras técnicas anteriores que os recursos humanos são um grande desafio e dá o seu exemplo “eu por exemplo só cá venho 3 vezes por semana não chega, temos muito défice de pessoal, acabo por fazer muita coisa em casa” e “o grande argumento da direção é que não tem dinheiro para ter um diretor técnico a tempo inteiro”, ou seja, este défice de colaboradores dificulta a gestão e o funcionamento adequado da instituição.

Em suma, as dificuldades apontadas pelas Diretoras Técnicas vão muito além das questões operacionais. Segundo Fonseca (2015, as cited in Val, 2020) para que as IPSS possam continuar a abordar de forma inovadora os desafios sociais emergentes, é crucial que se modernizem e profissionalizem, confrontado assim os três grandes desafios: uma excessiva dependência do financiamento público; modelos de gestão e de negócio ultrapassados de um défice de profissionalismo; autocentração dos modelos de

governo e falta de preparação necessária para atender às exigências e expectativas de diversos stakeholders, tanto formais quanto informais. Reflete-se uma estrutura de financiamento frágil, um setor com dificuldades em captar e manter recursos humanos qualificados e uma rede de instituições que ainda carece de articulação, inovação e visão estratégica. Tal como Garcia (2014) afirma, o grande desafio que as IPSS enfrentam é “continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os apoios públicos são entre uma entre várias outras fontes de financiamento”. (Garcia, 2014, p.19)

As transcrições demonstram um profundo conhecimento dos problemas enfrentados e uma consciência crítica sobre os caminhos que podem ser seguidos, revelando o empenho das equipas em continuar a responder às necessidades da comunidade apesar dos inúmeros constrangimentos.

As medidas adotadas pelas IPSS do concelho de Alvaiázere para superar os diversos desafios que enfrentam demonstram uma significativa capacidade de adaptação e resiliência institucional, ainda que condicionadas por limitações orçamentais e recursos humanos escassos. As estratégias adotadas variam conforme a dimensão da instituição e as suas respostas sociais, mas apresentam pontos comuns como a aposta na articulação com outras entidades, a valorização das equipas, a candidatura a financiamentos e a autossustentação.

A DT.A evidência que a sua instituição procura responder às necessidades estruturais sem depender exclusivamente de fundos externos, referindo que “a nossa direção vai sempre fazendo as obras necessárias para o bem-estar das crianças, nem sempre podemos estar à espera de fundos, mas vamos nos candidatando”. Esta afirmação demonstra uma orientação para a autonomia e a capacidade de agir preventivamente na manutenção das instalações, apesar das limitações financeiras.

Por sua vez, a DT.B afirma que a instituição tem uma atenção às condições dos trabalhadores como forma de minimizar os desafios sentidos no recrutamento e retenção de pessoal. Aponta que “vamos tentando dar algum incentivo financeiro de forma a motivar os colaboradores”, acrescentando que a direção estabeleceu formas de premiar a antiguidade e o empenho: “(...) as pessoas que estão há 10 anos já merecem mais x, as pessoas que fizeram x coisa recebem mais um x, é muito por aí”. Também referiu a existência de um cartão de combustível com descontos para todos os funcionários. Estas pequenas estratégias de valorização interna revelam-se essenciais num setor onde os salários são inferiores aos de outras áreas profissionais, Andrade (et. al, 2007. p.37)

refere que o diretor tem o papel de reconhecer e encontrar métodos para as diferentes motivações dos colaboradores e trabalhar de forma a melhorar as condições de trabalho. A DT.C apresenta uma abordagem mais abrangente, integrando a sustentabilidade financeira com uma resposta adaptativa às necessidades emergentes. Explica que “procuramos fundos financeiros, participamos em festas e concursos, os apoios da segurança social, parceria com outras IPSS e instituições, partilhamos recursos e financiamento conjunto como nas cantinas”. Além disso, menciona práticas de acompanhamento à população idosa e visitas mensais aos utentes, bem como a elaboração de relatórios anuais para avaliação contínua das respostas. Esta visão revela uma preocupação com a melhoria contínua e com a gestão estratégica dos recursos e dos serviços.

A DT.D, por sua vez, destaca como principal medida a articulação institucional e o trabalho em rede. Sublinha que “nós trabalhamos sempre em rede, tentamos sempre articular com as diferentes entidades do concelho e temos feito isso”, defendendo que “se nós não trabalharmos em articulação, nós não vamos funcionar. Temos de trabalhar todos em conjunto. Ninguém faz nada, por via da arte”. Esta postura reforça a ideia do desenvolvimento comunitário assente na cooperação, conforme referem Carmo (2007) e Lopes (2012), sendo essencial para enfrentar os desafios sociais complexos e otimizar os recursos disponíveis no território.

Por fim, a DT.E menciona a participação regular em programas de financiamento como uma das principais formas de garantir a viabilidade dos serviços, referindo que “estamos sempre a fazer candidaturas para CEI+, entre outras”. Embora esta resposta seja mais concisa, reflete uma realidade comum no terceiro setor, em que a captação de financiamento externo se torna indispensável à manutenção e expansão das respostas sociais, apesar de gerar uma elevada dependência dos apoios estatais e comunitários.

Verifica-se que as IPSS adotam diversas medidas para superar os desafios que enfrentam, que passam pela gestão cuidada dos recursos, pela valorização das equipas, pelo reforço da rede de parcerias e pela constante procura de financiamento. Estas estratégias, embora limitadas por diversos fatores, demonstram o esforço das instituições em manter a sua missão social, garantir qualidade nas respostas prestadas e assegurar a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

Para finalizar a quarta categoria de análise foi questionado as Diretoras Técnicas sobre a suficiência ou insuficiência por parte dos apoios por parte do poder central e do poder local, para enfrentar os desafios mencionados anteriormente. Foi possível

constatar um consenso em torno da importância do apoio prestado pelas entidades do poder local, nomeadamente pelas autarquias, embora se reconheça que os apoios, tanto a nível local como central, são insuficientes para responder à totalidade das necessidades das IPSS.

A DT. A afirma que “a autarquia vai-nos ajudando e sempre que pedimos eles colaboram nós, de momento, não nos podemos queixar porque o município tem sempre colaborado”. Esta afirmação demonstra uma relação próxima e funcional com o poder local, que tem sido recetivo aos pedidos da instituição.

A DT. B reconhece que “os apoios que nós temos vêm da Segurança Social, que é o nosso principal apoio, e claro, a Câmara Municipal, que nos tem ajudado muito aqui na parte do associativismo”. Ainda assim, acrescenta uma crítica velada ao afirmar que “podemos dizer sempre que podiam fazer mais, dar mais, e ajudar mais e termos outro tipo de acompanhamento”, refletindo uma expectativa de maior envolvimento das entidades públicas, em especial no acompanhamento técnico e estratégico às instituições. É possível verificar e assim como Andrade e Franco (2007) que ainda existem grandes dependências, e” (...) quando excessivas, por exemplo de fundos públicos, colocam inúmeros constrangimentos à atividade das organizações. “(Andrade e Franco, 2007, p.37)

No mesmo sentido, a DT.C reconhece que “o poder local tem apoiado com as atividades e programas nas instituições”, embora refira que não sabe se os apoios são suficientes, assumindo, implicitamente, que existe margem para reforço.

A DT. D faz uma análise mais pormenorizada, explicando que os acordos de cooperação com a Segurança Social são o apoio financeiro fixo que garante a base de funcionamento da instituição, mas que “é necessário um rigor financeiro muito grande para conseguirmos gerir isso”. Destaca o papel do município, referindo que “temos tido sempre resposta positiva em tudo aquilo que temos solicitado” e dá exemplos concretos, como o apoio na aquisição de viaturas e no financiamento de projetos como as férias anuais dos utentes. No entanto, salienta as dificuldades acrescidas que resultam do aumento do custo de vida, do agravamento das dependências dos utentes e da manutenção de um número significativo de utentes fora de acordo, cuja participação não é diferenciada. Sublinha também o esforço diário para angariar outros apoios, seja através de “bem feitos”, iniciativas criativas ou reutilização de materiais: “tentamos usar sempre nos nossos ateliês coisas recicláveis” e realizar angariações de fundos com “a prata da casa”. Tal como menciona Andrade e Franco (2007) “Trabalhar de forma

ativa a angariação de fundos e tomar opções quanto ao grau de dependência/autonomia ao nível dos fundos é essencial”. (Andrade e Franco, 2007, p.37)

Por fim, a DT. E é bastante direta na sua análise, afirmando que “suficientes não são, mas a Câmara tem-nos ajudado, assim como a Junta. O poder central não, o poder local sim.” Esta distinção revela uma perceção generalizada de que o apoio mais eficaz, célere e próximo vem das entidades locais, enquanto o Estado central tende a mostrar-se mais distante, burocrático e com menos capacidade de resposta às necessidades concretas e emergentes.

Assim é possível afirmar que após a análise das respostas revela-se uma clara valorização do papel do poder local no apoio às IPSS, embora reconheçam que os apoios, quer locais, quer centrais, são insuficientes face aos desafios crescentes que enfrentam. Há também uma crítica comum à dependência excessiva dos acordos de cooperação, cuja atualização não acompanha a evolução das exigências e dos custos associados às respostas sociais, o que obriga as instituições a uma gestão rigorosa e a uma constante procura de alternativas de financiamento e inovação interna.

A penúltima categoria de análise trata da “colaboração e das parcerias estabelecidas entre as IPSS e outras entidades locais”. Estas colaborações assumem um papel crucial na concretização da missão social, permitindo uma resposta mais eficaz e integrada às necessidades da comunidade. Ao atuarem em rede, as IPSS não apenas maximizam os seus recursos, mas também promovem sinergias com diferentes agentes do território, como o governo local, outras instituições sociais, associações, paróquias e até empresas. Estas parcerias, muitas vezes formais, mas também informais, refletem um compromisso partilhado com o bem-estar social e reforçam a coesão comunitária, assumindo-se como um eixo estratégico no funcionamento diário das instituições. Uma das parcerias mais recorrentes é com o governo local, nomeadamente com as câmaras municipais e juntas de freguesia. A maioria dos diretores técnicos refere o apoio constante destas entidades, tanto a nível logístico como institucional. O DT.B, por exemplo, destaca que “colaboramos com a junta de freguesia constantemente, assim como com a câmara municipal”, enquanto o DT.C reforça esta ideia mencionando o “apoio da junta de freguesia e câmara municipal”. Também o DT.D reconhece que “o município tem-nos apoiado muito nas diferentes fases”, evidenciando um relacionamento contínuo e estratégico.

Além disso, existe colaboração entre as próprias IPSS. A DT.A refere uma parceria com a DT.D no âmbito da cantina social, e o DTE salienta a colaboração com a DT.C e outras parcerias informais com a paróquia e junta de freguesia.

Outro exemplo relevante é a parceria da Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere, referida por DT.C e DT.D, sendo esta última destacada por ter dinamizado uma atividade num lar, o que demonstra não só apoio logístico, mas também a troca de serviços e experiências entre instituições. A DT. D resume bem esta postura afirmando: “nós trabalhamos sempre em rede [...] tentamos sempre articular com as diferentes entidades do concelho”.

Estas parcerias, formais e informais, mostram-se fundamentais para o funcionamento das respostas sociais, revelando uma lógica de complementaridade, solidariedade institucional e otimização de recursos, assim como refere Lopes (2012) “ao juntar os diferentes parceiros de um determinado território, favorece-se a disponibilização de recursos e instrumentos, obtendo-se uma maior eficiência das ações e projetos, garantindo-se, por conseguinte, uma maior sustentabilidade” (Lopes, 2012, p.31).

Para terminar a análise das entrevistas, a sexta categoria trata “a visão a comunidade acerca do papel das IPSS”. Quando questionadas sobre quais as respostas sociais que comunidade valoriza e reconhece mais é unanime a opinião de que que a comunidade valoriza de forma significativa os serviços que respondem a necessidades concretas e quotidianas, sobretudo tendo em conta o contexto demográfico de envelhecimento da população.

A DT.A refere que “Para mim é realmente o apoio à infância e o apoio aos idosos. Temos uma população muito envelhecida”, sublinhando a importância destes dois polos etários no contexto local. Já a DT.B afirma: “Eu acho que as 3 respostas, ERPI, SAD e centro de convívio são as que a comunidade valoriza mais”, destacando três respostas fortemente ligadas ao envelhecimento e à socialização dos idosos.

De forma semelhante, a DT.C menciona que “Todas, mas destaco o centro de dia que tem vindo a ser mais procurado, o serviço de apoio ao domicílio também, embora devido à falta de capacidade para cozinhar e os familiares estarem longe”. Esta afirmação aponta para a valorização das respostas que oferecem proximidade, apoio prático e presença constante na vida diária dos utentes.

Por sua vez, o DT.D apresenta uma visão mais ampla, “Eu acho que a comunidade reconhece muito o nosso trabalho. Portanto, ao nível do CACI e o lar, eu tenho a

sensação que há aqui um reconhecimento da comunidade sobre as nossas respostas sociais”, e complementa: “Acho que a comunidade também reconhece muito o trabalho realizado pelas IPSS no âmbito da terceira idade. Pronto, portanto, acho que há aqui uma valorização [...] mas acho que há um reconhecimento do trabalho que as IPSS fazem, da importância dele, pelo menos eu sinto isso na nossa comunidade”. A DT.E também afirma “(...) a mais valorizada é o apoio domiciliário. Temos sempre com a lotação toda. O centro de convívio também, mas não é tanto”.

De forma global, esta análise demonstra que a comunidade reconhece e valoriza especialmente as respostas sociais ligadas ao envelhecimento, à proximidade e à inclusão. Este reconhecimento reforça o papel central das IPSS na coesão e no apoio social do território, evidenciando a importância da sua atuação num contexto marcado por uma população envelhecida e por desafios sociais complexos.

Relativamente à resposta social à qual a comunidade mais recorre todas as Diretoras Técnicas mantiveram as respostas anteriores e apenas a DT.B e a DT.D é que responderão diretamente, mas há uma clara evidência na predominância dos serviços destinados à terceira idade, com especial destaque para ERPI e o SAD. Estas respostas surgem como prioritárias no discurso das diretoras técnicas, refletindo as necessidades demográficas e sociais do território, marcado pelo envelhecimento da população e pela escassez de respostas formais.

A DT.B explica que “as pessoas vêm sempre com pensamento em lar, a inscrição é para lar. Eu sinto que nestes últimos anos as pessoas vêm cada vez com mais idade para os lares, vão ficando em casa porque têm ajuda da vizinha ou da amiga ou da família (...)”, “Como não há vaga quando se quer, nos apoios domiciliários as pessoas começam sempre aí.” Esta afirmação mostra que, embora a ERPI seja a resposta mais desejada, muitas pessoas iniciam o percurso de apoio social através do SAD, dada a falta de vagas nas ERPI.

A DT. D confirma esta tendência ao afirmar que “Eu acho que neste momento estão no âmbito da terceira idade e talvez a parte das creches, ou seja, não tanto a nossa, apesar de nós termos lista de espera e tudo isso, mas é diferente. Mas ao nível de Alvaiázere, aquelas que recorrem mais, sem dúvida nenhuma, a terceira idade e a creche. Há poucas respostas no país como a nossa e as que há estão todas cheias.”

Assim, conclui-se que as respostas sociais mais procuradas são, sobretudo, as que apoiam a população idosa, em especial as ERPI e o SAD. A procura pelas creches também é referida como significativa, ainda que menos destacada. Esta realidade

evidência a importância das IPSS enquanto pilares fundamentais no apoio às necessidades emergentes da comunidade, principalmente num contexto de envelhecimento e de ausência de redes formais de suporte familiar.

Para terminar foi questionado as Diretoras Técnicas a opinião das mesmas acerca do conhecimento por parte da comunidade sobre o papel das IPSS e sobre as atividades realizadas pelas mesmas. A análise revela percepções diversas por parte dos diretores técnicos, embora exista um consenso em torno da ideia de que este conhecimento ainda é parcial, desigual e, por vezes, limitado a determinados segmentos da população. As IPSS, enquanto pilares da economia social, enfrentam o desafio de comunicar eficazmente os seus serviços, as suas competências e o impacto que têm nas comunidades onde se inserem.

A DT. A evidência a percepção de que o reconhecimento e o conhecimento por parte da população nem sempre estão presentes: “Eu acho que nem sempre as pessoas valorizam o trabalho desenvolvido pelas IPSS nem têm conhecimento que, às vezes com poucos recursos, tentamos dar respostas às necessidades da população, tanto das crianças como dos idosos.” Esta afirmação sublinha duas dimensões críticas: a falta de valorização e a ausência de consciência do esforço e da escassez de meios com que muitas IPSS operam, o que pode ser compreendido à luz da invisibilidade social das práticas de cuidado informal e institucional.

Por outro lado, DT.B introduz uma leitura diferenciada, indicando que há perfis distintos de conhecimento: “Há pessoas que já vêm com a ideia do que são os serviços e do que pretendem, até porque hoje em dia a internet auxilia esse processo, e depois há aqueles que não fazem a mínima ideia do que são os serviços, do que fazem, do que não fazem, até onde é que podem ir, mas depois na prática a coisa transcende muito mais do que aquilo que está contratualizado.” Aqui, reconhece-se a existência de uma assimetria de informação, associada ao acesso digital e à literacia informacional.

A DT.C reconhece uma evolução positiva, mas ainda insuficiente, “Tem conhecimento, mas não chega a toda a população, tem vindo a melhorar. Existem outras organizações que levam essa informação. Acho que o feedback é reconhecido pela comunidade e positivamente, não só de agora, mas também do passado.” Este testemunho sugere que existem canais indiretos de comunicação, nomeadamente o papel de outras instituições na disseminação da informação, e que a memória institucional das IPSS contribui para a sua credibilidade junto da comunidade.

A DT.D desenvolve uma reflexão mais aprofundada, distinguindo o reconhecimento entre valências mais antigas e instituições mais recentes: “Eu acho que a comunidade reconhece muito o nosso trabalho. Portanto, ao nível do CACI e o lar eu tenho a sensação que há aqui um reconhecimento da comunidade sobre as nossas respostas sociais (...)” e mais adiante acrescenta: “Ainda temos muitas pessoas que não conhecem o trabalho que nós realizamos. Depois sobre as outras, sobre no âmbito dos idosos, aí sim, eu acho que a comunidade tem um conhecimento daquilo que é o trabalho desenvolvido e daquilo que fazem, mas também já são IPSS que existem há muitos anos. Nós somos muito recentes, 4 anos e meio, não é nada (...)” Esta distinção aponta para a relação entre tempo de inserção territorial e legitimidade percebida, bem como as dificuldades de comunicação intergeracional, uma vez que o diretor técnico afirma: “A comunidade mais idosa não utiliza os mesmos meios de comunicação que nós utilizamos, nós divulgamos muitas coisas pelas redes sociais (...)”.

Finalmente, a DT.E oferece uma perspetiva pragmática sobre o acesso à informação por parte da população: “Eu penso que não. Quando alguém desconhece os nossos serviços, vão à Carta Social e veem, telefonam, mandam e-mails, ou perguntam ao vizinho que já está a ser assistido, há sempre esta proximidade.” Esta observação remete para uma lógica de comunicação informal e comunitária, baseada em redes de confiança, onde a partilha de informação entre pares substitui muitas vezes os canais institucionais.

Verifica-se assim que o conhecimento da comunidade sobre as IPSS e as suas atividades ainda não é uniforme nem universal, depende de múltiplos fatores, como a antiguidade da instituição, a existência de redes formais e informais de comunicação, os meios tecnológicos utilizados, e a literacia social e digital da população. A análise permite, portanto, concluir que a comunicação institucional ainda é um desafio relevante no setor social, exigindo estratégias adaptadas aos diferentes públicos e uma maior aposta em modelos de comunicação acessíveis, intergeracionais e comunitários, que promovam o verdadeiro reconhecimento do impacto das IPSS, assim cabe as IPSS “investir na comunicação e no marketing, (...)” (Azevedo et al., 2010, p.288, as cited in Andrade et. al, 2007. p24).

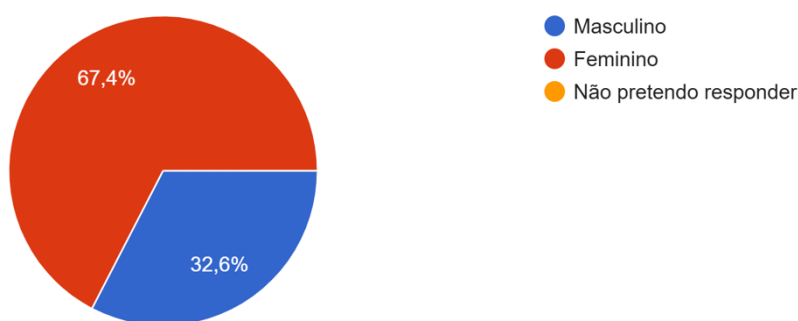
4.2. QUESTIONÁRIO

Paralelamente às entrevistas já apresentadas, analisadas e discutidas anteriormente, optámos por realizar um inquérito por questionário com o objetivo de obter uma visão mais abrangente da população residente no concelho de Alvaiázere. Os dados recolhidos serão analisados de seguida e, em alguns momentos, cruzados com os testemunhos obtidos nas entrevistas realizadas aos profissionais que constituem o universo deste estudo.

A amostra do questionário é composta por 46 indivíduos, o que corresponde a aproximadamente 0,72% da população residente no concelho de Alvaiázere.

4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO

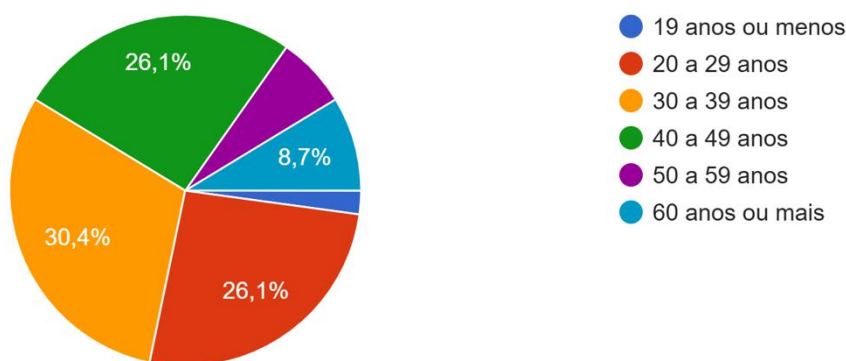
Gráfico 10- Sexo dos participantes



Fonte Questionário. Elaboração própria

Através do gráfico 10, é possível verificar que os participantes do questionário são na maioria mulheres, tendo respondido 31 mulheres o que corresponde a uma percentagem de 67,4 %, já os homens apenas responderam cerca de 15.

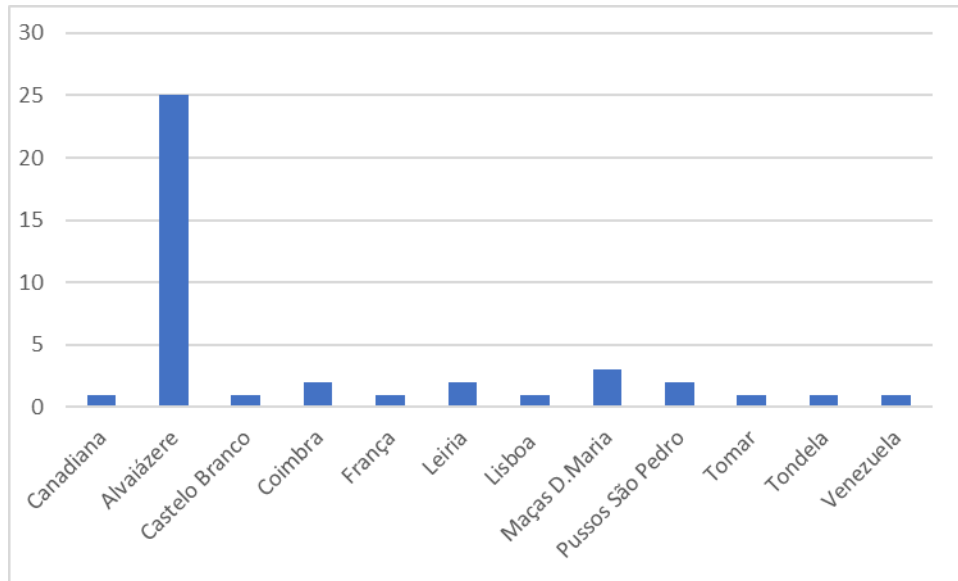
Gráfico 11- Faixa etária



Fonte Questionário. Elaboração própria

Relativamente à faixa etária dos participantes, verifica-se que a maioria se concentra no grupo dos 30 aos 39 anos, representando 30,4% do total, o que corresponde aproximadamente 14 participantes. Esta faixa etária revelou-se a mais expressiva em termos de participação no estudo. Por outro lado, registaram-se menores níveis de resposta nas faixas etárias dos 19 anos ou menos, com apenas um participante, bem como nas faixas dos 50 aos 59 anos e dos 60 anos ou mais, que apresentaram uma participação bastante reduzida. Esta distribuição sugere uma maior representatividade de adultos em idade ativa e uma menor expressão das camadas mais jovens e mais idosas.

Gráfico 12- Naturalidade

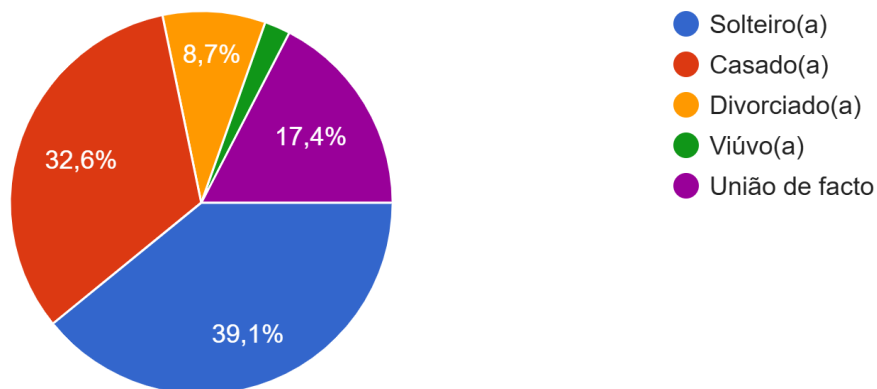


Fonte Questionário. Elaboração própria

Relativamente a naturalidade dos participantes cerca de 25 participantes responderam que a sua naturalidade era Alvaiázere, sendo que mais 5 pessoas responderam ser naturais das freguesias do concelho de Alvaiázere. A diversidade é notável tendo respondido ao questionário indivíduos naturais do Canadá, Castelo Branco, Coimbra, França, Leiria, Lisboa, Tomar, Tondela e Venezuela.

Não estando expresso neste gráfico cerca de 5 indivíduos responderam que a sua naturalidade é Portugal e sendo assim não foi contabilizado para dados do gráfico.

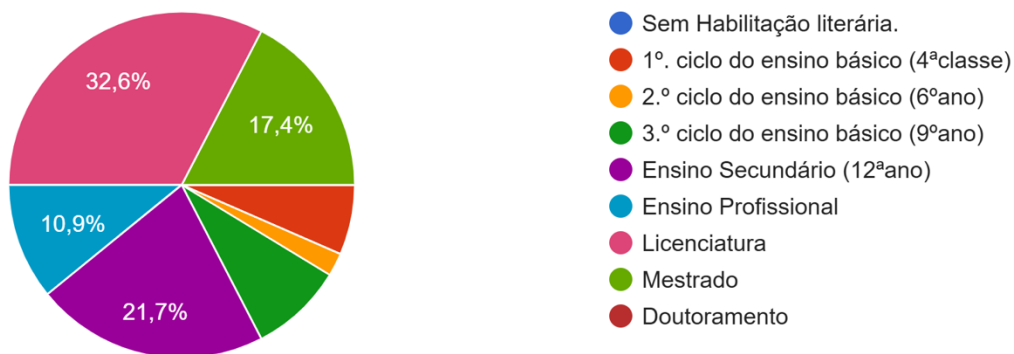
Gráfico 13- Estado civil



Fonte Questionário. Elaboração própria

De acordo com o gráfico 13, cerca de 18 participantes são solteiros, sendo a maioria dos inquiridos. Cerca de 32,6% dos participantes encontram-se casados e 17,4 % em união de facto. Apenas 1 participante respondeu que era viúvo/a.

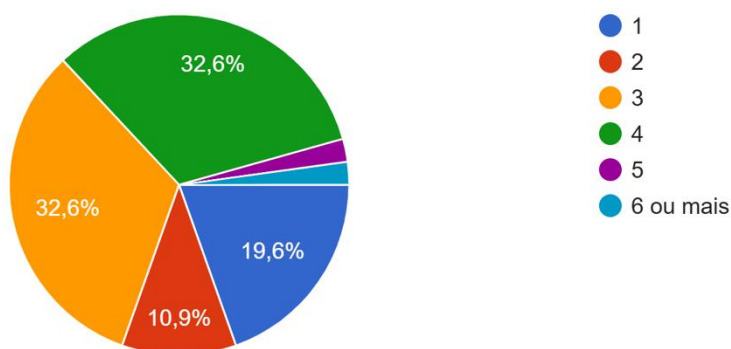
Gráfico 14- Habilitações



Fonte Questionário. Elaboração própria

Em termos de escolaridade, a maioria dos inquiridos possui habilitações académicas superiores, 32,6 % dos inquiridos têm a licenciatura e 17,4% o mestrado, Seguindo-se 21,7% dos inquiridos com o ensino secundário e 10% com curso profissional. As menores percentagens dizem respeito ao 1º ciclo do ensino básico , ao 2º ciclo e ao 3º ciclo, tendo apenas 3 , 1, 4 pessoas respondido respetivamente.

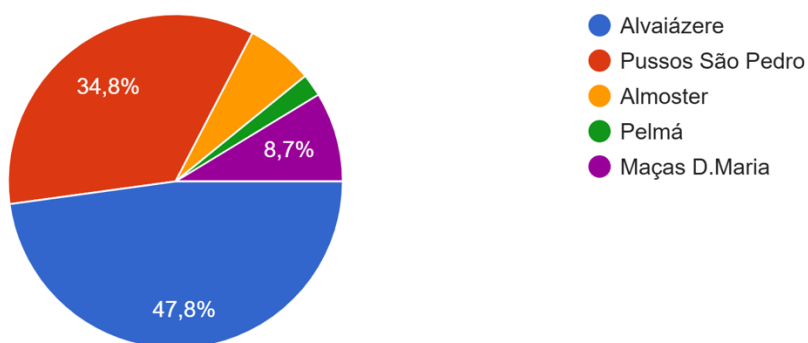
Gráfico 15- Número de elementos do seu agregado familiar



Fonte Questionário. Elaboração própria

É possível observar através do gráfico 15 que cerca de 32,6 % dos inquiridos tem um agregado familiar composto por 3 elementos tal como, com a mesma percentagem cerca de 32,6% tem um agregado familiar composto por 4 pessoas. Segue-se os agregados isolados com uma percentagem de 19,6% e com 10,9% com agregados de 2 pessoas. A minoria dos inquiridos pertence a agregados com 5 pessoas e com 6 ou mais pessoas.

Gráfico 16- Freguesia de residência



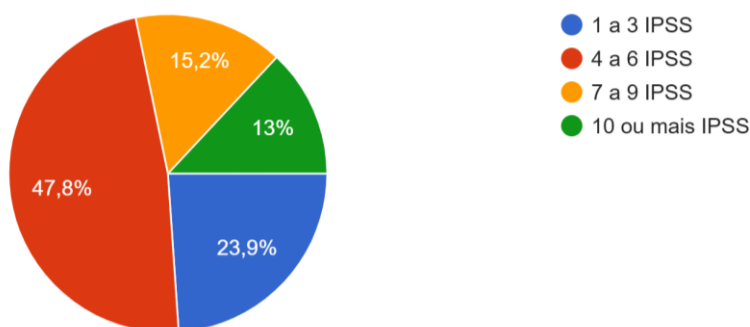
Fonte Questionário. Elaboração própria

A grande maioria dos inquiridos reside na freguesia de Alvaiázere (47,8 %) , segue-se a freguesia de Pussos São Pedro onde responderam cerca de 34,8% inquiridos (N-16). Na freguesia de Maças de Dona Maria apenas residem na mesma 8,7% dos inquiridos e na freguesia de Almoester e de Pelmá o alcance foi diminutivo e apenas 3 pessoas e 1 pessoa, respetivamente residem nessas freguesias.

4.2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Com o objetivo compreender mais especificamente qual a visão da comunidade e o conhecimento das mesmas perante as IPSS, procurou-se analisar a perceção da população quanto ao papel, à importância, à atuação e ao impacto destas instituições no território, bem como identificar o grau de envolvimento e participação comunitária nas atividades promovidas pelas mesmas.

Gráfico 17- Perceção sobre o número de IPSS existentes no concelho



Fonte Questionário. Elaboração própria

Quando questionados sobre o número de IPSS existentes no concelho de Alvaiázere, a maioria dos inquiridos (47,8%) indicou que existiriam entre 4 a 6 instituições. Cerca de 23,9% considerou que existiam apenas entre 1 a 3 IPSS, enquanto 15,2% referiu a existência de 7 a 9 instituições, e uma minoria de 13% apontou para 10 ou mais.

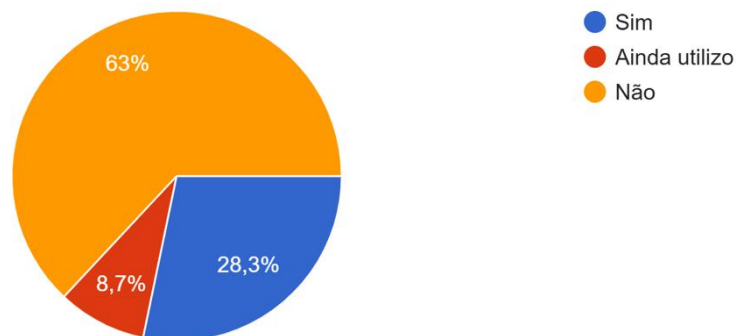
Tendo em conta que, conforme já mencionado anteriormente, existem efetivamente 7 IPSS no concelho, estes dados revelam algum desconhecimento por parte da comunidade relativamente à realidade institucional do território. Esta perceção desalinhada pode refletir uma menor visibilidade ou divulgação das IPSS, reforçando a importância de estratégias de comunicação mais eficazes para aproximar as instituições da população e aumentar o seu reconhecimento.

Este aspeto vai ao encontro do que foi referido pelas Diretoras Técnicas das IPSS entrevistadas, que destacaram a necessidade de uma maior divulgação e visibilidade do trabalho desenvolvido por estas instituições. Algumas das Diretoras referiram que, apesar do impacto social significativo que as IPSS têm nas comunidades, muitas vezes a população desconhece a extensão das suas respostas sociais, os serviços que prestam ou mesmo a sua existência. Esta lacuna no conhecimento comunitário compromete não só o reconhecimento público do papel das IPSS, como também pode limitar o acesso das populações mais vulneráveis aos apoios e serviços disponíveis.

Como tal, torna-se essencial reforçar estratégias de comunicação, apostar na proximidade com a comunidade e desenvolver campanhas de sensibilização que

permitam aumentar a notoriedade e promover uma imagem mais clara e positiva das IPSS enquanto agentes de inclusão, apoio social e desenvolvimento local.

Gráfico 18- Número de inquiridos que já recorreram aos serviços das IPSS

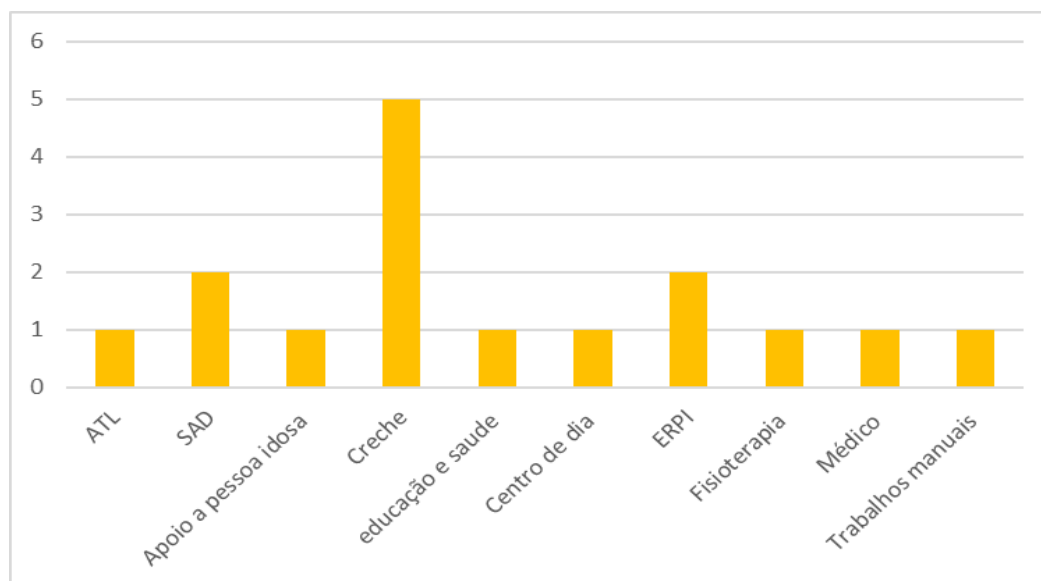


Fonte Questionário. Elaboração própria

O gráfico 18, reporta as respostas dos inquiridos acerca da recorrência aos serviços das IPSS, que evidencia que a maioria dos inquiridos, cerca de 63% nunca recorreu a um serviço de uma IPSS. Apenas 8,7 % está a recorrer a algum tipo de serviço e cerca de 28,3 % já recorreu.

A elevada percentagem de inquiridos que nunca usufruíram destes serviços poderá estar relacionada com o perfil demográfico da amostra, nomeadamente com o facto de uma parte significativa se encontrar na faixa etária dos 30 aos 39 anos, grupo que, em regra, se encontra numa fase ativa da vida, com menor necessidade de recorrer a respostas sociais.

Gráfico 19- Se os inquiridos responderam que sim ou Ainda Utilizo quais os serviços a que recorrem ou recorreram



Fonte Questionário. Elaboração própria

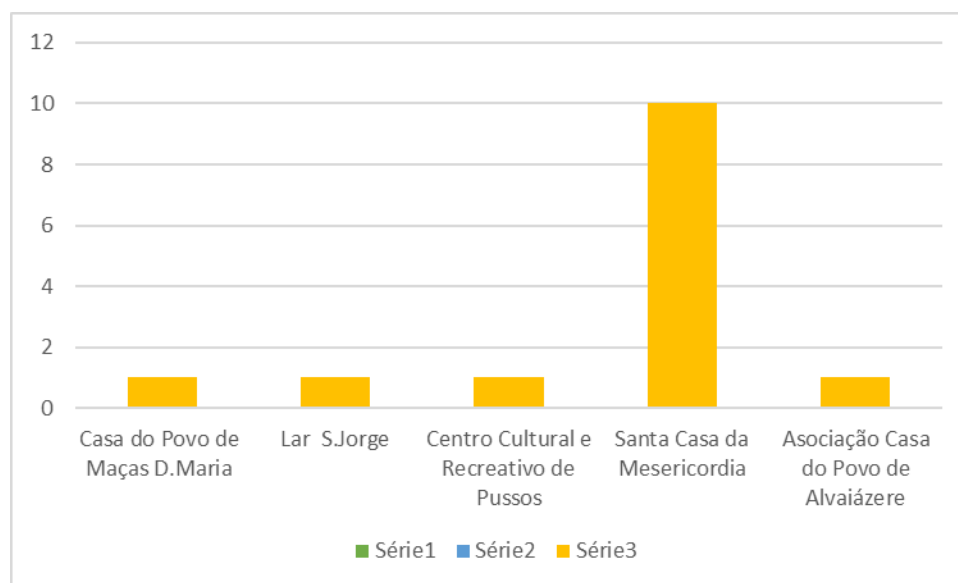
Relativamente ao Gráfico 19, constata-se que apenas 15 inquiridos responderam à questão referente aos serviços das IPSS que utilizam ou já utilizaram. Este número é inferior ao total de 17 inquiridos que, na questão anterior, afirmaram recorrer ou ter recorrido anteriormente a algum serviço, o que demonstra uma ligeira discrepância no número de respostas efetivamente consideradas.

A análise das respostas permite inferir alguma falta de conhecimento por parte dos inquiridos relativamente aos serviços disponibilizados pelas IPSS, bem como sobre a sua própria natureza. Este aspeto é evidenciado pelas menções a serviços como "fisioterapia" ou "trabalhos manuais", "médico" que não são, por si só, respostas sociais autónomas, mas sim atividades inseridas em contextos mais amplos oferecidos pelas IPSS, como o Centro de Dia ou a ERPI.

Adicionalmente, algumas respostas apresentadas revelam-se pouco específicas, como por exemplo as indicações genéricas de "apoio à pessoa idosa" ou "educação e saúde". Estas categorias amplas não permitem aferir com exatidão qual o serviço concreto a que o inquirido se refere, dificultando assim a análise detalhada da perceção da população quanto à tipologia de serviços prestados por estas instituições. Este dado reforça a necessidade de maior esclarecimento junto da comunidade relativamente às respostas sociais disponibilizadas pelas IPSS.

Ainda assim, cerca de 33,3 % (N-5) respondeu que ou já recorreu ou ainda recorre à resposta social de creche. Ainda na área da infância 1 pessoa mencionou o ATL. Já na área da terceira idade cerca de 2 pessoas mencionaram o SAD, 1 pessoa o Centro de Dia e 2 pessoas a ERPI.

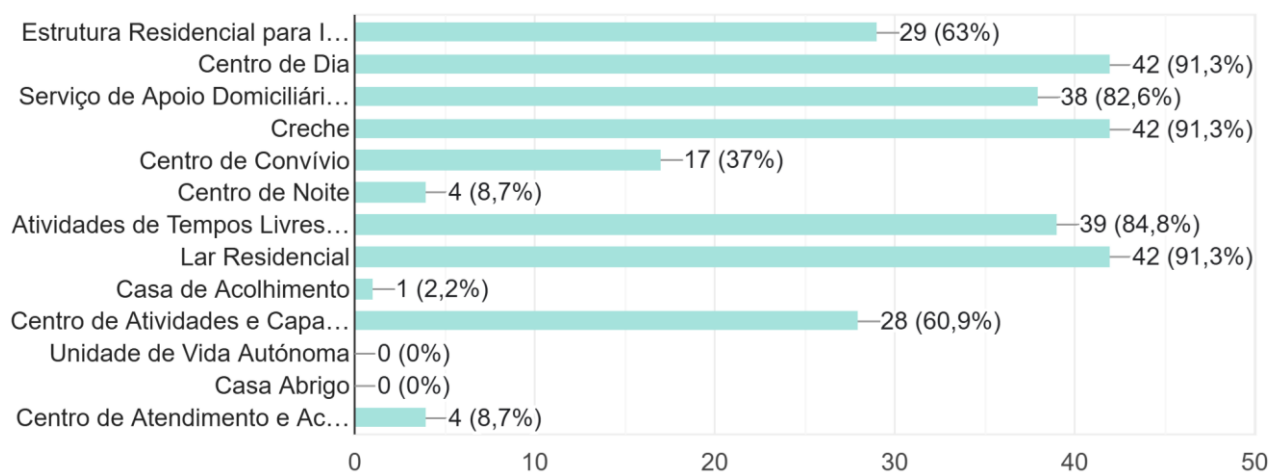
Gráfico 20- Identificação da IPSS a que pertencem os serviços mencionados



Fonte Questionário. Elaboração própria

Constata-se, através do gráfico 20, que os inquiridos recorrem mais aos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere (N-10), este acontecimento poderá dar-se pelo facto de a maioria dos inqueridos (47%) residirem na freguesia de Alvaiázere.

Gráfico 21- Respostas sociais que a comunidade tem conhecimento que existem no concelho de Alvaiázere



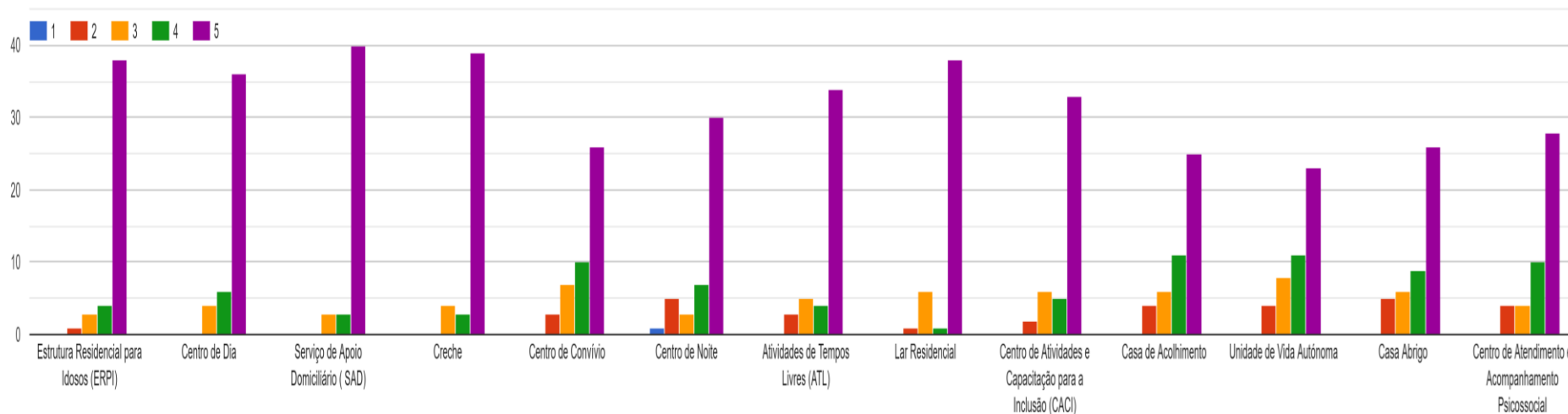
Fonte Questionário. Elaboração própria

O gráfico 21, diz respeito à questão submetida aos inquiridos sobre as respostas sociais que os próprios pensam que existem no concelho. Como é possível observar das opções de respostas sociais fornecidas aos inquiridos, apenas 2 foram consideradas como inexistentes, sendo elas a Unidade de Vida Autónoma e a Casa Abrigo, que de facto não existem no concelho.

As respostas sociais de Centro de Noite, Casa de Acolhimento e Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, foram consideradas e apesar de ser por um número diminutivo de inquiridos, foram consideradas como existentes no concelho de Alvaiázere, o que demonstra que ainda existe um desconhecimento por parte da comunidade acerca das respostas e serviços das IPSS do concelho. O desconhecimento é também perceptível nas respostas das restantes respostas sociais, ERPI, Centro de Dia, o SAD, Creche, Cento de Convívio, ATL, Lar Residencial e o CACI, que apesar de apresentarem elevados números de resposta, nenhuma delas foi considerada a 100% pelos 46 inquiridos. É o caso da ERPI que apenas 29 pessoas de 46 responderam que existia ERPI no concelho, tal como o Centro de Convivo que apenas 17 indivíduos responderam que o concelho continha esta resposta. Verifica-se assim, tal como foi mencionado pelas Diretoras Técnicas nas entrevistas, o conhecimento das IPSS pela comunidade é ambíguo, ou seja, de facto há indivíduos quem tem o devido conhecimento dos serviços e respostas sociais das IPSS, mas ainda existe uma parte na

comunidade que desconhece, realçando assim a importância das IPSS se darem a conhecer e trabalharem no sentido da comunicação institucional.

Gráfico 22- Importância das respostas sociais para a comunidade



Fonte Questionário. Elaboração própria

Foi questionado aos inquiridos a importância das respostas sociais presentes na questão anterior, tendo os mesmos de responder conforme uma escala de 1 a 5, sendo o 1- nada importante, o 2- pouco importante, o 3- nem importante nem sem importância, o 4- importante e por último o 5- muito importante.

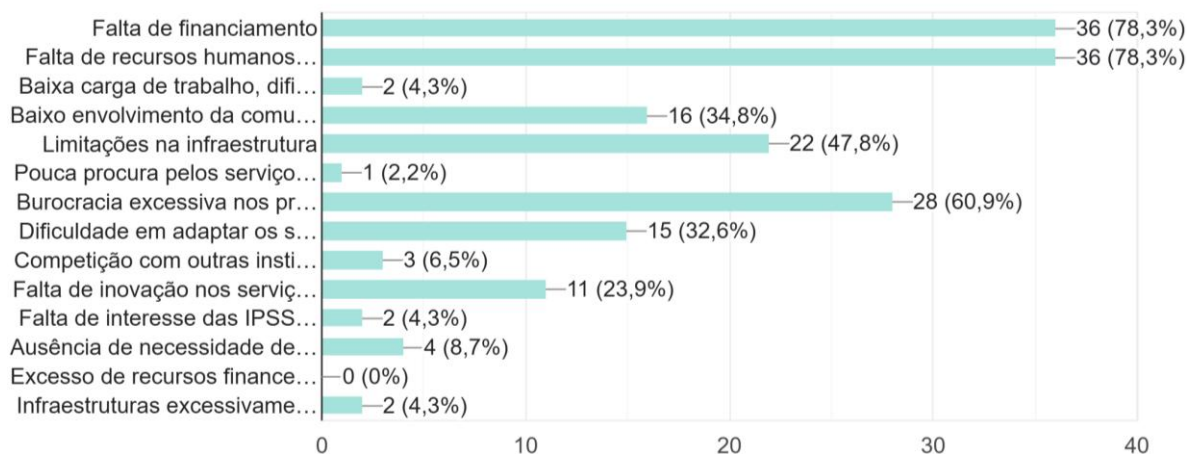
No que diz respeito à ERPI, cerca de 38 inquiridos consideraram esta resposta social como "muito importante", sendo que apenas uma pessoa a classificou como "pouco importante". O Centro de Dia foi igualmente muito valorizado, com 36 respostas na categoria de "muito importante", número idêntico ao registado para a Creche e para o SAD, o que demonstra uma perceção generalizada da sua relevância para o bem-estar da comunidade.

Relativamente ao Centro de Convívio, 26 inquiridos indicaram que este é "muito importante", enquanto 10 consideraram-no apenas "importante", 7 atribuíram-lhe uma importância neutra ("nem importante nem sem importância") e 3 consideraram-no "pouco importante". Já o Centro de Noite foi a única resposta social a receber uma avaliação de "nada importante" por parte de um dos inquiridos, tendo ainda sido considerado "pouco importante" por 5 pessoas.

O ATL (Atividades de Tempos Livres) foi considerado "muito importante" por 34 inquiridos, refletindo a valorização deste serviço no apoio às crianças e famílias. Por sua vez, o Lar Residencial e o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) foram também maioritariamente considerados "muito importantes" para o concelho, demonstrando o reconhecimento da necessidade de respostas dirigidas a pessoas com deficiência.

As respostas sociais como a Casa de Acolhimento, Unidade de Vida Autónoma, Casa Abrigo e o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial registaram resultados semelhantes entre si, com a maioria dos inquiridos a classificá-las como "muito importantes", embora, em cada uma destas categorias, apenas cerca de 25 pessoas tenham atribuído essa classificação máxima. Ainda assim, observa-se uma tendência generalizada para a valorização destas respostas, reforçando a perceção da sua importância no apoio a populações vulneráveis.

Gráfico 23- Principais desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere



Fonte Questionário. Elaboração própria

O gráfico 23 representa as respostas dos inquiridos relativamente a questão sobre os principais desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere.

Os desafios mais frequentemente apontados foram a falta de financiamento e a escassez de recursos humanos qualificados, identificados por 78,35% dos inquiridos, o que evidencia a grande preocupação com a sustentabilidade financeira e com a capacidade técnica das instituições.

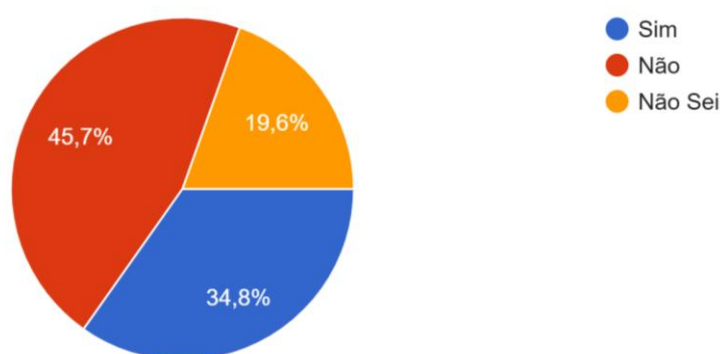
Outros desafios igualmente relevantes foram mencionados com percentagens expressivas. Cerca de 28 inquiridos referiram que a burocracia excessiva nos processos de financiamento e de gestão constitui um dos principais entraves ao funcionamento eficiente das IPSS. Por sua vez, 22 participantes indicaram como desafio as limitações ao nível das infraestruturas, enquanto 16 inquiridos destacaram o baixo envolvimento da comunidade nas atividades e iniciativas das instituições. Além disso, 15 pessoas consideraram que a dificuldade em adaptar os serviços às novas necessidades da população representa um obstáculo significativo, e 11 inquiridos apontaram a falta de inovação nos serviços e programas oferecidos como uma limitação importante ao desenvolvimento das IPSS.

Todos os desafios identificados pelos inquiridos coincidem com as dificuldades apontadas pelas Diretoras Técnicas das IPSS do concelho, o que revela uma significativa consonância entre a perceção da comunidade e a realidade vivida no

terreno pelas instituições. Esta correspondência demonstra que a população está consciente das principais fragilidades que afetam o funcionamento das IPSS, nomeadamente no que diz respeito à falta de financiamento, escassez de recursos humanos qualificados, burocracia excessiva, limitações infraestruturais, fraco envolvimento comunitário, dificuldade de adaptação às novas necessidades da população e falta de inovação nos serviços prestados.

Este alinhamento de perspetivas é particularmente relevante, pois evidência uma comunidade informada e atenta às problemáticas sociais locais, o que pode potenciar um maior envolvimento cívico.

Gráfico 24- As IPSS têm respostas adequadas e suficientes para responder às necessidades da população



Fonte Questionário. Elaboração própria

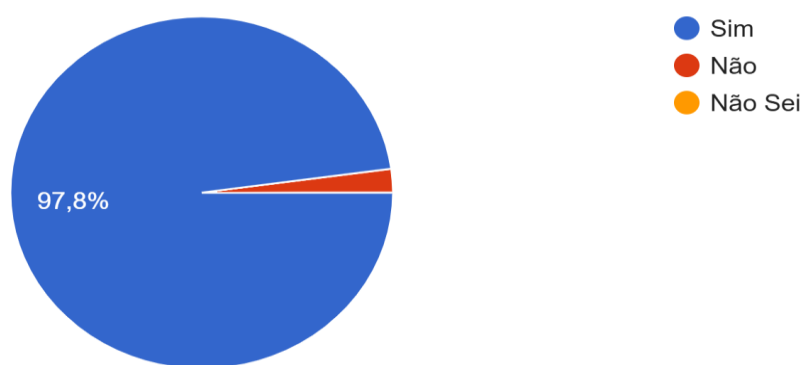
Quando questionados acerca da adequação e suficiência das respostas sociais das IPSS existentes no concelho de Alvaiázere para satisfação das necessidades da população, a maioria dos inquiridos manifestou uma perceção negativa. De facto, 45,7% dos participantes responderam que não, considerando que as respostas sociais atualmente disponíveis não são suficientes nem adequadas. Por outro lado, 34,8% consideraram que sim, enquanto 19,6% afirmaram não saber ou não ter opinião formada sobre o tema.

As pessoas que responderam negativamente justificaram as suas respostas com base em diversas limitações observadas nas instituições. Entre as principais razões apontadas, destacam-se:

- Falta de capacidade de acolhimento, especialmente em respostas dirigidas à população idosa, como ERPI. Foram várias as menções à escassez de vagas, dificultando o acesso aos serviços por parte de quem mais precisa;
- A ausência de respostas sociais suficientes para dar cobertura à crescente procura, em particular nos serviços de creche e de apoio a idosos;
- Défice de recursos humanos, quer em número, quer na qualificação, comprometendo a qualidade e a eficiência dos serviços prestados;
- A envelhecimento da população, apontado como uma realidade cada vez mais evidente e desafiante, reforçando a necessidade de respostas mais abrangentes e adaptadas a este novo perfil demográfico;
- Pouca diversidade de valências oferecidas pelas instituições, o que limita a capacidade de resposta a diferentes situações sociais, económicas e familiares.

Estas opiniões revelam uma perceção clara de que a rede de respostas sociais existente no concelho, embora relevante, não consegue atualmente dar resposta plena às exigências e carências da população local, especialmente no contexto de uma sociedade cada vez mais envelhecida.

Gráfico 25- Contribuição das IPSS para a economia e para o desenvolvimento local



Fonte Questionário. Elaboração própria

O Gráfico 25 evidencia de forma clara e expressiva a perceção generalizada da população relativamente ao papel das IPSS no concelho de Alvaiázere. Com uma percentagem de 97,8%, a maioria dos inquiridos considera que as IPSS contribuem significativamente para a economia e para o desenvolvimento local. Apenas um dos 46

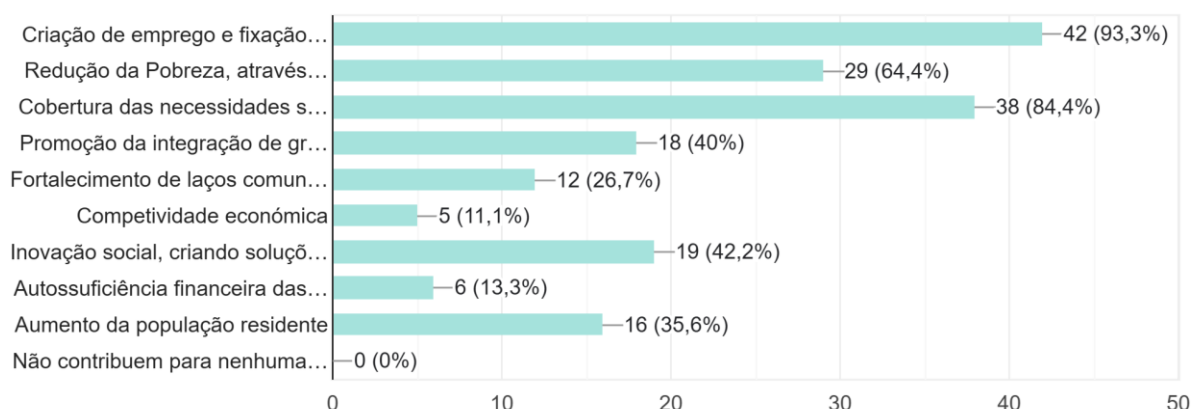
participantes respondeu negativamente, justificando a sua resposta afirmando que existem “muitos interesses pessoais das pessoas que gerem as IPSS”.

Este reconhecimento reflete não só o impacto social direto das IPSS, através do apoio prestado a diversas faixas etárias da população como também o seu peso económico local, quer pela criação de postos de trabalho, quer pelo estímulo à economia local.

Além disso, as IPSS assumem-se como atores fundamentais no combate à exclusão social, na promoção da coesão territorial e no apoio ao envelhecimento da população, desafios particularmente relevantes em contextos rurais e demograficamente envelhecidos, como é o caso de Alvaiázere.

Relativamente aos indivíduos que responderam afirmativamente à questão representada no gráfico anterior, estes justificaram a sua resposta identificando os principais contributos das IPSS para o concelho.

Gráfico 26- Contributos das IPSS para o concelho

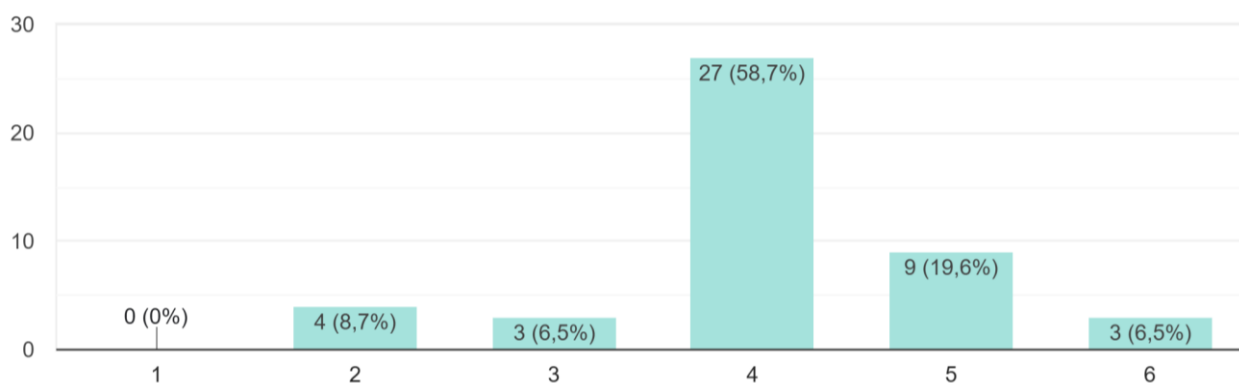


Fonte Questionário. Elaboração própria

No que concerne ao gráfico 26, é possível observar que os inquiridos responderam maioritariamente que as IPSS contribuem para a criação de emprego e fixação de pessoas no território (93,3%), para a cobertura das necessidades sociais (84,4%), para a redução da pobreza, através de programas e apoios (64,4%), para a inovação social, criando soluções adaptadas as necessidades locais (42,2%), para a promoção da integração de grupos vulneráveis (40%), para o aumento da população residente (35,6%). Foi também respondido por alguns inquiridos que as IPSS contribuem para o fortalecimento de laços comunitários, através da articulação com o Estado e outras organizações (26,7%), para a autossuficiência financeira das regiões (13,3%) e para competitividade económica (11,1%). As respostas vão de encontro as respostas das

Diretoras Técnicas acerca dos contributos das IPSS para a economia e desenvolvimento local.

Gráfico 27-Envolvimento da comunidade com as IPSS locais



Fonte Questionário. Elaboração própria

Os inquiridos foram questionados sobre a avaliação que davam de 1 a 6 acerca do envolvimento da comunidade com as IPSS locais, sendo o 1- muito fraco, 2 -fraco, 3- nem fraco nem forte, 4- razoável, 5- forte e por último 6- muito forte. Mais de metade dos inquiridos, cerca de 58,7% responderam que o envolvimento entre a comunidade e as IPSS é razoável. Com uma percentagem de 19,6% dos indivíduos respondeu que o envolvimento é forte e apenas 6,5 % consideram que o envolvimento é muito forte. Ainda foi considerado por 8,7% que o envolvimento é fraco.

Em suma, a análise dos dados obtidos através do questionário à comunidade do concelho de Alvaiázere, permitiu identificar perceções importantes acerca do papel das IPSS no desenvolvimento local e na economia social. Os resultados revelam uma consciência generalizada da importância destas instituições na resposta às necessidades da população, embora também evidenciem vários desafios significativos, nomeadamente ao nível do financiamento, da articulação com entidades públicas e da escassez de recursos humanos. As respostas demonstram um envolvimento ativo com a realidade local, refletindo uma valorização das IPSS como agentes dinamizadores do território. Estes dados, ao serem cruzados com a informação recolhida nas entrevistas, reforçam a consistência das conclusões e apontam caminhos para a melhoria das práticas e políticas de apoio às IPSS, com vista a potenciar o seu impacto social.

CONCLUSÕES

Esta investigação foi desenvolvida com o propósito de fomentar uma compreensão mais aprofundada acerca das IPSS e do seu impacto no concelho, contribuindo, de forma substancial, para o enriquecimento do saber académico no âmbito da economia social.

No enquadramento teórico, procedeu-se a uma reflexão aprofundada sobre vários conceitos relacionados com a economia social, as IPSS e o desenvolvimento local com o intuito de contextualizar e fundamentar teoricamente o estudo. Esta abordagem procurou, em particular, analisar as especificidades dos conceitos promovendo uma leitura crítica e atualizada da realidade portuguesa.

As IPSS assumem-se como entidades fundamentais na economia social, uma vez que desempenham um papel na resposta das necessidades sociais. As IPSS prestam serviços essenciais nas áreas da educação, saúde, apoio à infância, à terceira idade, à deficiência e à inclusão social. A sua atuação, enraizada no território, confere-lhes uma proximidade com a população o que lhes permite identificar com maior precisão as necessidades locais e desenvolver serviços e respostas sociais ajustadas.

Um dos aspetos centrais evidenciados neste estudo é que as IPSS não operam de forma autónoma ou isolada do restante tecido institucional e comunitário. Pelo contrário, estas organizações devem desenvolver uma atuação assente na cooperação, estabelecendo parcerias com uma diversidade de atores, como autarquias (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), entidades públicas e privadas, como outras IPSS. Estas colaborações permitem não apenas otimizar recursos e ampliar o alcance das suas respostas sociais, mas também reforçar o seu papel enquanto agentes dinamizadores do território. É precisamente através das parcerias que se promove o desenvolvimento comunitário, tornando possível a criação de soluções integradas e adaptadas às reais necessidades da população.

Para a realização deste estudo, foram definidos os seguintes objetivos específicos, que após a aplicação das entrevistas e dos questionários, já podem ser analisados e respondidos:

- Verificar em que aspetos as IPSS contribuem para o desenvolvimento local;
- Perceber se as IPSS respondem as necessidades locais através de respostas sociais adequadas;
- Analisar o impacto das IPSS no emprego direto e indireto;

- Analisar as estratégias e programas desenvolvidos pelas IPSS em Alvaiázere para promover a inclusão social e combater a pobreza;
- Identificar os desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere;
- Investigar como as IPSS colaboram com outras entidades locais (governo, empresas, comunidade) para promover o desenvolvimento local na região;
- Compreender qual a visão da comunidade acerca do papel das IPSS.

Constatou -se que as IPSS contribuem significativamente para o desenvolvimento local, não apenas através da prestação de serviços sociais essenciais, mas também pelo seu papel na dinamização económica e social das comunidades onde estão inseridas. Estas instituições representam uma presença ativa que reforça a coesão social e territorial. Relativamente à adequação das respostas sociais às necessidades locais, os dados evidenciam que, de um modo geral, as IPSS têm conseguido adaptar-se às exigências da população, disponibilizando serviços que respondem eficazmente a diferentes faixas etárias e grupos sociais, embora se reconheçam limitações ao nível de recursos humanos e financeiros. Relativamente ao impacto no emprego, verificou-se que as IPSS desempenham um papel relevante tanto na criação de emprego direto, através da contratação de profissionais das áreas sociais, administrativas e de saúde, como no emprego indireto, ao gerarem procura por serviços e produtos locais, contribuindo assim para a economia da região. Quanto às estratégias e programas para promoção da inclusão social e combate à pobreza, observou-se que as IPSS de Alvaiázere desenvolvem iniciativas direcionadas à melhoria da qualidade de vida das populações vulneráveis, promovendo a integração social através de programas de apoio alimentar, cuidados domiciliários e outros serviços de proximidade. Os principais desafios identificados pelas instituições incluem a escassez de financiamento, a dificuldade em recrutar e reter profissionais qualificados, bem como a burocracia associada aos apoios públicos. No que toca à colaboração com outras entidades locais, os resultados indicam que existe uma articulação relevante entre as IPSS, as autarquias, empresas e outras organizações comunitárias. Estas parcerias têm contribuído para a maximização dos recursos disponíveis e para a implementação de projetos com maior impacto social e territorial. Por fim, a visão da comunidade sobre o papel das IPSS é, de forma geral, positiva. A população reconhece a importância do trabalho desenvolvido por estas instituições, destacando o seu contributo para o bem-estar social, a inclusão e a melhoria da qualidade de vida no concelho de Alvaiázere.

Dessa forma, pode-se concluir que as IPSS desempenham um papel central no desenvolvimento local e na economia social, atuando como agentes fundamentais de solidariedade, inclusão e sustentabilidade territorial.

BIBLIOGRAFIA

- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional* (1ª ed. atualizada). Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%20%281%c2%aa%20edi%c3%a7%c3%a3o_atualizada%29.pdf
- Almeida, A. (2015). *Perceção do contributo das instituições da economia social no desenvolvimento social local: Um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36906>
- Almeida, J. F. (1994). *Introdução à sociologia*. Universidade Aberta.
- Álvares, M. (2021). *Introdução à investigação quantitativa e análises SPSS: Investigação em administração e gestão educacional*. Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10529/1/E_book_Quantitativos%20%281%29.pdf
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação* (2ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/71/192/287-1>
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudo Africanos*, 4, 1-21. <https://cea.revues.org/pdf/1573>
- Amorim, M. (2007). A contribuição de Mikhail Bakhtin: A tripla articulação ética, estética e epistemológica. In M. T. Freitas, S. J. Souza, & S. Kramer (Orgs.), *Ciências humanas e pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin* (pp. 11-25). Cortez.
- Caeiro, J. (2008). Economia social: Conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálysis*, 11. Universidade Federal de Santa Catarina. https://base.socioeco.org/docs/_pdf_1796_179613968006.pdf
- Câmara Municipal de Alvaiázere. (2024a). *Diagnóstico social do concelho de Alvaiázere*.
- Câmara Municipal de Alvaiázere. (2024b). *Plano de desenvolvimento social de Alvaiázere 2024-2027*.
- Campos, M. (2005). Economia social, uma outra forma de empreender. *Pessoas e Lugares: Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER*, II Série(31), 1-20. <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalp31.pdf>
- Canastra, Haanstra, & Vilanculos. (2014). *Manual de investigação científica da Universidade Católica de Moçambique* (1ª ed. revista). Instituto Integrado de Apoio à

Investigação Científica. https://reid.ucm.ac.mz/manual/Manual-de-Investigacao-da-UCM_Normas-6-Edicao.pdf

Carmo, H. D. (2007). *Desenvolvimento comunitário* (2ª ed., Vol. 184). Universidade Aberta.

Centre International de Recherches et d'Information sur l'Économie Publique, Sociale et Coopérative. (2000). *The enterprises and organisations of the third system: A strategic challenge for employment* (Relatório final à Comissão Europeia). CIRIEC. <https://www.ciriec.uliege.be/wp-content/uploads/2015/12/Enterprisesorganizations3system-StrategicEN.pdf>

Chíxaro, A. (2017). *A importância das instituições particulares de solidariedade social para o desenvolvimento local: O caso do concelho de Santarém* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém]. Repositório do Instituto Politécnico de Santarém.

Freitas, A. (2020). *A importância da responsabilidade social nas organizações da economia social: O caso das IPSS* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/69104/1/Dissertac_a_o_Mestrado_Ana_Sofia_Freitas.pdf

Gabinete de Estratégia e Estudos. (2023). *Alvaiázere – Concelho / Municipality*. Ministério da Economia e do Mar. <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/leiria/alvaiazere/3157-alvaiazere/file>

Garcia, C. (2014). *Governança no terceiro setor: Fatores facilitadores e constrangedores* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/8417/1/tese%20Claudia%20Garcia.pdf>

Gil, A. C. (1989). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (2ª ed.). Atlas.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf

Gouveia, P. (2009). *Municípios, economia solidária e desenvolvimento local: Caminho possível para um "outro" desenvolvimento* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-IUL. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3718/4/master_pedro_luz_gouveia.pdf

Henriques, J. M. (1988). *Municípios e desenvolvimento: Caminhos possíveis*. Escher.

Instituto da Segurança Social. (s.d.). *Guia prático – Constituição de instituições particulares de solidariedade social* (9002 – v4.02). https://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss

Instituto Nacional de Estatística & Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (2019). *Conta satélite da economia social*. <https://cases.pt/wp-content/uploads/2023/08/Conta-Satelite-2019-2020.pdf>

Lanza, F., Silva, C. N., Junior, J., Almeida, V., & Bustos, V. (s.d.). *Pesquisas em ciências humanas e sociais: Introdução metodológicas* (Vol. 1). Universidade Estadual de Londrina. https://run.unl.pt/bitstream/10362/41799/1/LERR_Handbook_instrucoesmetodologicas.pdf

Lopes, M. (2012). *A (re)invenção do local: O papel das associações de desenvolvimento local e do programa LEADER* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/21380/1/Tese_Mestrado_M%c3%a1rio_Fidalgo_set2012.pdf

Lousada, S. (2023). *A importância das instituições particulares de solidariedade social no desenvolvimento comunitário no distrito de Leiria* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Científico do IPL. https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/9521/1/dissertacao_sonia-lousada-mdgois_apos%20correcoes%20formais.pdf

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2023). *Carta social: Rede de serviços e equipamentos*. <https://www.cartasocial.pt/documents/10182/13834/Carta+Social+-+Relat%C3%B3rio+2023.pdf/719607bd-9f1a-4373-b39d-15c2d8813d99>

Miranda, R. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: Um estudo no 1º ciclo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa].

Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e estratégias de investigação social*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moura, F. M. (2011). Enquadramento das instituições particulares de solidariedade social no atual sistema normativo. In *A importância do relato financeiro: Caso "Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor"* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico do Porto]. Repositório Científico do IPP. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1185/1/DM_MariaFerreira_2011.pdf

Namorado, R. (2004). *A economia social: Uma constelação de esperanças* [Comunicação de palestra]. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Pedroso, E., Neves, E., Ramos, C., & Rodrigues, C. (2023). *Conta satélite da economia social 2019/2020* (Coleção de Estudos de Economia Social N.º 17). CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. <https://cases.pt/contasatelitedaes/>

Quintão, C. (2011). *O terceiro sector e a sua renovação em Portugal: Uma abordagem preliminar* (Working Paper). Instituto de Sociologia, Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54358/2/ISWP22011000122410.pdf>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Gradiva.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais: Trajectos* (5ª ed.). Gradiva.

Ramos, M. (2011). Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7(1). <https://journals.openedition.org/laboreal/8732>

Sá, P., Costa, A. P., & Moreira, A. (2021). *Reflexões em torno de metodologia de investigação recolha de dados*. UA Editora, Universidade de Aveiro. https://ria.ua.pt/bitstream/10773/30772/3/Metodologias%20investigacao_Vol2_Digital.pdf

Val, H. (2020). *Práticas de gestão nas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) do distrito de Santarém: Estudo exploratório* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Santarém]. Repositório Científico do IPS. https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/2996/1/HelenaIsabelCoelhoVal_Mestrado_GOES.pdf

Vasconcelos, A. A. (2013). *Da investigação qualitativa: Entre diferentes mundos, processos e metodologias*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9088/1/Da%20investiga%c3%a7%c3%a3o%20qualitativa%20-%20pp.%2013-20.pdf>

Vieira, A., & Vieira, R. (2016). *Pedagogia social, mediação intercultural e (trans)formações* (1ª ed.). Profedições.

Legislação

Lei nº 30/2013, de 8 de maio. Diário da República nº 88/2013-Série I. Assembleia da República. Lisboa

Lei nº119/2015 de 31 de agosto. Diário da República n.º 169/2015, Série I. Assembleia da República. Lisboa

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 46/1983, Série I. Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança Social

Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março. Diário da República n.º 52/1990, Série I.
Ministério do Emprego e da Segurança Social

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 46/1983, Série I de
1983-02-25, Ministério dos Assuntos Sociais - Secretaria de Estado da Segurança
Social. Lisboa

ANEXOS

ANEXO I- CONSENTIMENTO INFORMADO

Consentimento Informado

A segurança e a privacidade dos dados pessoais dos participantes da entrevista são preocupações que assumem uma importância crucial, estando em harmonia com o cumprimento da legislação aplicável nestas matérias.

Declaro o meu consentimento voluntário para participar na investigação científica no âmbito da tese de mestrado intitulada “A importância das IPSS na economia social e desenvolvimento local no concelho de Alvaiázere”. Fui informado(a) sobre os procedimentos de investigação e de consentimento, sendo todas as minhas questões respondidas. Compreendo que tenho direito de colocar, agora e durante todo o processo de desenvolvimento do estudo, qualquer questão sobre o estudo, a investigação ou os métodos utilizados, sendo que as mesmas deverão ser clarificadas pela investigadora em causa. Os processos serão guardados de forma confidencial e nenhuma informação será publicada ou comunicada a terceiros, incluindo a minha identidade, sem a minha permissão. Estou ciente de que posso abandonar o estudo a qualquer momento, sem qualquer penalização.

Assinatura

ANEXO II- GUIÃO DE ENTREVISTA

GUIÃO DE ENTREVISTA – Aos Diretores Técnicos das IPSS

Esta entrevista será aplicada pela investigadora Nádia Brás com a orientação do Professor Cristóvão Margarido no âmbito do mestrado em Direção e Gestão de Organizações de Intervenção Social do Instituto Politécnico de Leiria. Tem como tema a Importância das IPSS na economia social e no desenvolvimento local- estudo caso Alvaiázere,

OBJETIVOS: Compreender em que aspetos as IPSS contribuem para o desenvolvimento local;

Perceber se as IPSS respondem às necessidades locais através de respostas sociais adequadas;

Analisar o impacto das IPSS no emprego direto e indireto; analisar as estratégias e programas desenvolvidos pelas IPSS em Alvaiázere para promover a inclusão social e combater a pobreza; identificar os desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere; compreender como as IPSS colaboram com outras entidades locais (governo, empresas, comunidade) para promover o desenvolvimento territorial na região; compreender qual a visão da comunidade acerca do papel das IPSS.

Muito agradecemos a sua disponibilidade para colaborar. Os dados recolhidos serão apenas utilizados no âmbito da investigação em curso.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Qual é a sua idade?
2. Qual é a sua licenciatura? E há quantos anos se licenciou?
3. Quais são as respostas sociais pelas quais é Diretor/a Técnico/a?
4. Há quanto tempo exerce estas funções?
5. Já exerceu outras funções?

CARACTERIZAÇÃO DA IPSS/RESPOSTA SOCIAL

6. Quantas respostas sociais tem a IPSS onde trabalha? Quais são?
7. Quantos utentes tem a IPSS? E por resposta social?
8. Quantos utentes tem do género feminino e do género masculino?

CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Papel das IPSS

9. Em que aspetos as IPSS contribuem para o desenvolvimento local?
10. Em termos gerais, como avalia a resposta da sua IPSS e das restantes, relativamente às necessidades da população?
11. Na sua opinião, a sua IPSS tem respostas sociais adequadas à realidade local? E no panorama geral das restantes IPSS?
12. Quais são os projetos/iniciativas da sua IPSS que tem maior impacto na comunidade e por quê?
13. Gostaria de ampliar o papel da sua IPSS no desenvolvimento local? De que forma?

Emprego direto e indireto

14. Quantos colaboradores estão atualmente empregadas na sua IPSS/resposta social? Quantos do género feminino e quantos do género masculino?
15. Acha que as IPSS do concelho têm um impacto significativo no emprego direto e indireto da comunidade?
16. Existem parcerias com empresas locais que ajudam a promover o emprego na região?

Inclusão social e Pobreza

17. De que forma caracteriza o concelho do ponto de vista da pobreza e da exclusão social?
18. Que programas ou estratégias específicas são desenvolvidos pela sua IPSS para promover a inclusão social?
19. De que forma a sua IPSS e as restantes do concelho combatem a pobreza e a exclusão social?

Desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere

20. Quais são os principais desafios que a sua IPSS enfrenta atualmente? Relativamente ao panorama em geral acha que são os mesmos ou são diferentes?
21. Que medidas têm sido tomadas para superar esses desafios?
22. Os apoios por parte do poder central e do poder local são suficientes para enfrentar os desafios?

Colaboração/ parcerias com outras entidades

23. De que forma a sua IPSS colabora com outras entidades locais, como o governo e empresas?
24. Que tipo de trabalho existe em parceria?

Visão da comunidade acerca do papel das IPSS

25. Do seu ponto de vista, quais são as respostas sociais que a comunidade valoriza e reconhece mais?
26. Do seu ponto de vista quais são as respostas sociais que a comunidade mais recorre?
27. Na sua opinião a comunidade tem o devido conhecimento sobre o papel das IPSS e sobre as atividades realizadas pelas mesmas?

ANEXO III – SINOPSE ENTREVISTAS

Categorias de análise	Instituição	Excerto
Papel das IPSS	DT.A	<p>“ A nossa instituição na vertente da creche ela, desenvolvemos atividades dirigidas a crianças entre os 3 meses e os 3 anos. Aqui o nosso serviço o nosso contributo é ajudar as famílias no período em que elas estão a trabalhar. No caso das cantinas o que nos fazemos é assegurar as 2 refeições diárias principais. “</p> <p>“Eu acho que suficientes não são, eu falo aqui pelo caso da instituição nos temos vagas, mas as que temos é só para a sala dos 2 anos. Nos sentimos que o berçário esta sempre cheio e tem vindo ca muitas pessoas a procura e se tivéssemos outro berçário iremos conseguir dar mais resposta que de momento não conseguimos. O que também acontece não só na nossa área mas também na área da terceira idade”.</p> <p>“A cantina tem um grande impacto devido a sua missão”</p> <p>“ Eu acho que se conseguíssemos aumentar as nossas instalações conseguíamos aumentar os acordos de cooperação e assim dar resposta as necessidades que vão surgindo pelas famílias.”</p>
	DT.B	<p>“Acho que é visível e notário que a nível de empregabilidade, a maior parte dos funcionários são de Maças D.Maria, os que não são da zona envolvente. Trabalham aqui, compraram aqui, muitos vem para aqui para vir trabalhar e alugam casas cá. “</p> <p>“São insuficientes, não temos capacidade para dar resposta a todas as solicitações principalmente a nível de ERPI, a nível de apoio domiciliário vamos tendo algumas vagas, uns vão entrando outros vão saindo. A nível de Lar temos uma lista enorme, mas também a</p>

		<p>ultima contagem que tivemos tínhamos 300 pessoas em lista de espera dessas 300 não quer dizer que todas ainda precisem da resposta”</p> <p>“Não são adequadas a nível de ERPI.. estas 3 valências são as principais que dão apoio a comunidade.”</p> <p>A cantina e o POA/PMC. Temos aquelas atividades anuais com a comunidade quando a junta por exemplo nos chama para participar. “</p> <p>“Precisamos de mais lar. Nos a pouco tempo fizemos uma candidatura para termos uma UCC aqui num terreno ao lado, infelizmente não nos foi conseguida.” (...)” Andamos numa de tratar ver o que é que há mais que possamos fazer , mas realmente não há assim nada que nos tenha despertado a atenção” (...) “O problema também é o pessoal técnico que é preciso para algumas respostas, porque é preciso técnicos especializados. A nível de unidade de saúde mental o concelho também precisava de uma resposta, mas a nível de pessoal técnico é muito complicado.”</p>
	<p>DT.C</p>	<p>“A nossa IPSS consta no apoio aos idosos da população, a nível do desenvolvimento local apoia na criação de emprego, desenvolvimento da economia local, apoio social e bem-estar dos idosos, contributo com parcerias e entidades do concelho com autarquia e empresas locais e outras com o mesmo propósito, que criam uma rede de apoio para o desenvolvimento local.”</p> <p>“As respostas estão adequadas se bem que nota que falta apoio noturno e aos fins de semana aos utentes na zona de Almoester e arredores, porque tem utentes que precisam de Centro de Dia, mas também precisam de acompanhamento a noite (...)”</p> <p>“Em termos gerais a avaliação é positiva relativamente as</p>

		<p>necessidades da população porque tem uma qualidade de atendimento positiva, resposta rápida, avaliação continua que é feita às necessidades dos utentes, das famílias e da população e a satisfação das necessidades dos beneficiários.”</p> <p>“Todas as nossas respostas sociais e a cantina social”</p> <p>“Gostávamos de ampliar com a criação de uma ERPI, também queríamos ter acompanhamento psicológico dos utentes e da população, e também a promoção da participação comunitária, da comunidade envolvente e a inclusão digital. Acho que estes são os pontos que temos mais necessidade e queremos ampliar o nosso trabalho nesse sentido.”</p>
	<p>DT.D</p>	<p>“Eu acho que a nossa no âmbito do desenvolvimento local para já é a única instituição que intervém no âmbito da deficiência e eu acho que é uma mais valia porque nós temos muitos casos que não estavam sinalizadas e as pessoas estavam muito fechadas para a deficiência e o facto de existir uma IPSS nesta âmbito também permite que as pessoas se alargassem e percebessem como podiam ser mais inclusivas.” “ No âmbito das outras IPSS eu acho que são todas uma mais valia que queiramos quer não nestes concelhos mais pequenos as IPSS acabam por ser os maiores empregadores , são dinamizadores de desenvolvimento porque permitem que as famílias fiquem no concelho e consigam ter emprego.”</p> <p>“São uma resposta fundamental para as áreas da infância, deficiência e terceira idade sem elas não tínhamos respostas adequadas. Vemos isso nas IPSS que trabalham com os idosos,</p>

		<p>temos várias com o objetivo de aumentar as suas respostas (...).”</p> <p>“ (...)as nossas respostas são adequadas e nos temos verificado isso(...)” . “Precisamos cada vez mais de projetos no âmbito da área dos idosos, uma vez que temos uma população bastante envelhecida, há uma área que eu acho que ainda há uma lacuna (...)” “Eu acho que essa é aquilo que nos mais precisávamos no nosso concelho ter uma projeto serviço nesta área da saúde mental , era fundamental, porque nos temos muitas situações de pessoas idosas muitas elas também em vida ativa com depressões , ansiedade, nós não temos uma reposta (...)” É a única área que eu acho que precisamos porque de resto as IPSS estão a dar resposta a isso.”</p> <p>“Há uma preocupação desde o início de não fechar os utentes aqui, mas de os levar para a comunidade e levar a comunidade a fazer esta integração e assim desenvolver atividades com a comunidade trazê-la ate nos.” Participamos na candidatura ao BPI Capacitar e conseguimos ter uma carpintaria, porque era uma área que nos não conseguimos ter e sentimos que era um desenvolvimento necessário e criamos também uma loja online para poder vender todas as coisas que nos fazemos aqui, porque de facto o nosso utente tem diferentes ateliês, de madeira, têxtil, artes plásticas e todos esses objetos ficavam connosco e nos criamos a página online para vender.” “Acima de tudo os projetos são mais de inclusão nos participamos nas atividades todas que o município promove, tentamos estar sempre integrados e para alem disso ainda tentamos receber as pessoas(...).”</p> <p>Queremos que eles sejam integrados na comunidade por isso é que temos atividades com a biblioteca, museu, dinamizamos as atividades físicas com eles ir a piscina e agora estamos com a rede centro para trabalhar com outras atividades a dança, o teatro. Estes projetos é para estarmos integrados e não sermos uma instituição fechada, não queremos de maneira nenhuma ser a</p>
--	--	---

		<p>instituição que esta aqui como um depósito de pessoas com deficiência como acontece muitas das vezes com as pessoas idosas que não tem qualquer tipo de articulação com o exterior.”</p> <p>“Nós procuramos sempre esta mais no exterior para que eles também se possam sentir integrados.”</p> <p>“Nós queremos muito ter uma residência de autonomização, ou seja, para pessoas com deficiência que têm competências para poderem estar a fazer as suas atividades de vida diária e estarem ocupadas e estarem num emprego apoiado, (...) bem como eventualmente dar assistência a situações que estejam em casa e que nós ainda não temos o conhecimento porque ainda temos muitos que às vezes não estão sinalizados, que são que foram escondidos porque são pessoas com deficiência que vivem desde sempre em casas fechadas, sem estarem integrados em lado.”</p>
	<p>DT.E</p>	<p>“No aspeto da criação de postos de trabalho, no apoio á família uma vez que a maioria das pessoas trabalha e não consegue tomar conta dos seus idosos. Quebra-se também aqui o isolamento das pessoas”</p> <p>“Eu acho as nossas valências relativamente as necessidades e a sua tipologia são boas , mas como no geral são insuficientes. Nos temos uma ERPI em construção, nos temos muitos utentes acamados e em cadeiras de rodas no apoio domiciliário que necessitavam de outra resposta porque o sad não chega(...) .”</p> <p>“Tem mas como já referi são insuficientes. Acho que as ERPIS é mesmo o essencial. Mas também a parte da psiquiatria temos muitos casos no concelho e não temos nenhuma resposta.”</p> <p>“Gostaria que ERPI andasse para a frente, temos ali um grande</p>

		<p>investimento parado e as nossas instalações atuais não tem condições e o objetivo é todas as valências passarem para o edifício da ERPI. Também tinha projetado ter as residências assistidas que são 4 apartamentos para pessoas idosas”.</p>
--	--	---

Categorias de análise	Instituição	Excerto
Emprego direto e indireto	DT.A	<p>“Temos 10 colaboradoras para as 2 respostas. “</p> <p>“O nosso quadro de pessoal desde que a creche abriu tem sido sempre o mesmo, tem se mantido entre as 10/11 funcionárias e assim não temos um grande impacto no emprego. “</p> <p>“Temos algumas parcerias com a CERCI penela e o IEFP, e fazemos estágios de 6 meses , 1 ano. Vamos tendo sempre todos os anos, mas nunca acabaram por ficar, porque também não temos essa necessidade”</p>
	DT.B	<p>“Temos mais ou menos 60 colaboradores, temos 7 técnicos. Temos apenas em ERPI um ajudante de ação direta e é penas não termos mais, para os utentes não é fácil ver um homem principalmente as mulheres, mas depois depende muito das pessoas como aborda, como fala, é preciso aqui um trabalho inicial.”</p> <p>“Como referi anteriormente temos bastantes colaboradores. Temos mais pessoas de fora agora do que a uns tempos atras... Depois da pandemia estas casas perderam muito a nível de pessoal, tínhamos funcionários que já estavam aqui algum tempo, mas com o cansaço físico e psicológico acabaram por</p>

		<p>abandonar esta área. Mas a maioria é daqui, temos pessoal que já veio de e outros sítios e apesar de viverem fora têm algum laço aqui a Maças. Depois começamos também a ter muitos estrangeiros, os brasileiros que vem mas que não ficam muito tempo, neste momento não temos ninguém estrangeiro. Agora estamos a receber muitos currículos de angolanos”</p> <p>“Temos parceiras com o IEFP de Figueiró dos Vinhos e a ADECA, pessoas que vem fazer estágios e depois acabam por ficar cá.”</p>
	<p>DT.C</p>	<p>“Temos 11 colaboradoras (...)”</p> <p>“Sim, embora com pouco impacto comparativamente com lares e IPSS do concelho. Mas claro temos no concelho outras IPSS maiores que tem mais impacto neste âmbito. “</p> <p>“A única parceria direta é o centro de emprego, temos outras parcerias que nos ajudam nesta promoção como o conhecimento das outras instituições, nos vamos falando entre colegas. Estes meios pequenos tem um lado positivo porque a informação chega muito depressa e assim a resposta as vagas de emprego chegam mais rápido. “</p>

	<p style="text-align: center;">DT.D</p>	<p>“Temos 33, ou seja, 32 mulheres e 1 homem e ainda temos uma senhora num CEI.” Nós sempre quisemos trabalhar com homens, porque eu acho que é muito importante termos uma equipa mista. Até para eles próprios como referências terem 2 tipos de pessoas, as mulheres e os homens pronto, muitos deles as famílias são famílias disfuncionais e muitos deles não têm a presença de uma figura mesmo parental, digamos assim, de uma mãe, um pai de referência.”</p> <p>“Sim, sim, eu acho que sim, ou seja, 33 colaboradores numa instituição e se calhar nós somos a IPSS que tem menos colaboradores aqui do concelho.”</p> <p>“Sim. Sim, nós temos várias parcerias, nomeadamente com o município e com as escolas profissionais. Temos trabalhado com o agrupamento de escolas e depois temos também com outras associações que trabalham e que intervêm no âmbito da deficiência aqui da zona centro. Para além disso, com empresas nós ainda não temos, temos a colaboração de parcerias informais, porque nós temos que capacitar os nossos utentes para os integrar. Ou seja, ainda é um processo demorado, nós não podemos ir assim para qualquer empresa, porque muitas das vezes as nossas empresas ainda não estão tão preparadas para receber as pessoas com deficiência. E claro com o Instituto de Emprego também.”</p>
--	--	--

	DT.E	<p>“Temos 10 mulheres, gostávamos de ter uma equipa mista mas os homens não tem interesse nesta área.”</p> <p>“Sim tem, a nossa IPSS é pequenina mas temos outras no concelho maiores que tem um grande impacto no emprego “</p> <p>“Temos pareceria com o IEF, o município. Agora ate estamos a colaborar com a junta de freguesia porque estamos com muitas colaboradoras de baixa e elas emprestaram uma das colaboradoras deles para nos ajudar. “</p>

Categorias de análise	Instituição	Excerto
Inclusão social e Pobreza	DT.A	<p>“Na minha opinião eu acho que aqui na nossa área de atuação existe muita pobreza e muita escondida. Exclusão social eu acho que não, aqui na instituição tentamos tratar todos de igual maneira e incluir toda a gente. “</p> <p>“ Estes estágios com a CERCÍ são uma forma de incluímos. Também já tivemos aqui com o agrupamento de escolas de Alvaiázere houve uma turma com algumas limitações e também fizeram aqui estágio de integração”</p> <p>“Aqui nós é com esta questão das cantinas sociais ajudamos os mais necessitados.”</p>
	DT.B	<p>“Daquilo que conheço e eu só posso falar mais de Maças, existe pobreza, existe também pobreza de espírito, tem falta de orientação. Hoje em dia tem todas as ajudas e mais algumas e não aproveitam. Mas existem pessoas que vivem em condições mais precárias. É uma bola, tem filhos e passa para os filhos essa pobreza os filhos e vivem de subsídios. “</p> <p>“A cantina social e o POA/PMC, nos trabalhamos para os nossos utentes não para a população da comunidade. Já tivemos em tempos um projeto que era o Capacitar que era para a comunidade era um projeto que envolvia os nossos técnicos, íamos ao terreno a casa de pessoas em isolamento e em solidão e umas vezes por semana íamos</p>

		<p>fazendo várias atividades de diversas áreas. “</p> <p>“A partir de como já referi a cantina e o POA/PMC”</p>
	<p>DT.C</p>	<p>“Almoester, é uma freguesia rural e montanhosa o que apresenta situações de isolamento, de pobreza e exclusão devido a questão do isolamento. “</p> <p>“Nós temos alguns programas, como as cantinas sociais em parceria com Santa Casa e com a IPSS de Pussos, levando refeições aos mais necessitados.”</p> <p>“Parcerias com entidades que promovem a inclusão social, somos parceiros do Radar Social que referênciam pessoas nestas situações.</p>
	<p>DT.D</p>	<p>“Eu acho que o nosso concelho tem uma pobreza muito escondida e muitas das vezes envergonhada, ou seja, nós temos muitos casos sociais. Não são tão visíveis, mas que existem muitas das vezes pessoas que nós nem sonhamos que existem ao nível da pobreza e das dificuldades que passam a nível financeiro. Ainda temos muito casos, muitos casos de exclusão social ao nível das nossas das nossas freguesias limítrofes, ou seja, Pelmá, Almoester, Mações Dona Maria (...)” “ (...) têm dificuldade nos empregos, têm empregos precários, muitas das</p>

		<p>vezes são explorados por pessoas que se acham mais espertas e que os que andam com pessoas com dificuldades (...).”</p> <p>“E eu acho que aí nós ainda somos um concelho que ainda tem uma pobreza muito grande, pronto, que é uma área que também é preocupante. Eu acho que é muito importante saber quais é que são e eu acho que isso é uma falha que existe não só no nosso Concelho (...).”</p> <p>“ E depois também temos aqui dificuldades, que é a falta de literacia, ou seja, muito deles tem habilitações escolares muito baixas, têm uma dificuldade de integração na sociedade e por causa disso não conseguem arranjar emprego e também não têm competências profissionais. E a formação também seria uma mais-valia, mas nós muitas das vezes. “Ali acomodados a situação e que não acabam por não fazer muito para mudar as coisas, e isto é uma dificuldade.”</p> <p>“(...) nós tentamos sempre a inserção na comunidade, através de tudo aquilo que, por exemplo, vai decorrendo mesmo no município de Alvaiázere. Ou seja, tudo aquilo que são atividades que nós temos aqui, nós tentamos sempre participar (...).”</p> <p>“Nas situações para além disso, ao nível da inclusão, nós tentamos muito envolver as famílias dos nossos próprios utentes, até para eles, porque muitas das vezes as próprias famílias também não sabem que eles conseguem fazer determinadas coisas e acabam por ser o primeiro</p>
--	--	---

		<p>fator de exclusão social (...)” Para além disso, nós trabalhamos ao nível da inclusão também com aquilo que eles fazem com os ateliers, ou seja, as peças, os trabalhos que eles realizam (...) “.</p> <p>São coisas que também são muito importantes para mostrar as competências deles e dessa forma, também de alguma forma inclui.”</p>
	DT.E	<p>“(...)mas a pobreza existe, exclusão acho que não. Acho que na nossa freguesia não há assim casos muito significativos. Mas as vezes é mais a pobreza organizacional. “</p> <p>“Nos temos aqui uma funcionária que é surda-muda, acho que nós já há muitos anos que promovemos a inclusão. Já é nossa funcionaria á 16 anos. Sempre que a CERCI nos solicitava estágios para algum utente deles.”</p>

Categorias de análise	Instituição	Excerto
		<p>“Julgo que as IPSS que tem a vertente creche devem ter todo o mesmo problema a falta de vagas disponíveis, porque temos a capacidade no limite. O edifício da creche daqui, se fizéssemos a ampliação do espaço, mas os recursos</p>

<p>Desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere</p>	<p>DT.A</p>	<p>financeiros não são abandonantes e outra questão é os edifícios estão sempre a precisar de remodelação de ampliação e os recursos económicos que as vezes não são sempre suficientes”</p> <p>“A nossa instituição a nossa direção vai sempre fazendo as obras necessárias para o bem estar das crianças nem sempre podemos estar a espera de fundos mas vamos nos candidatado” (...)</p> <p>“A autarquia vai-nos ajudando e sempre que pedimos eles colaboram. Nos de momento não nos podemos queixar porque o município tem sempre colaborado.(...)”</p>
	<p>DT.B</p>	<p>“Os recursos humanos as coisas são muito complicadas e vai caminhando para cada vez ser mais complicado. Acho que daqui para a frente esse vai ser o maior desafio das IPSS, as pessoas não querem trabalhar por turnos, não querem fazer noites e depois a questão económica conta muito e cada vez mais e as pessoas não são pagas como deveriam ser . Agora nos temos uma tabela pelo qual nos regemos não conseguimos fazer muito mais porque depois as instituições não sobrevivem, não viável aumentar. O trabalho é muito pesado fisicamente e mentalmente para o que recebem. É muito complicado gerir todas essas demências dos utentes todos esses problemas porque depois cada um as suas maneiras fazem coisas que saem da normalidade e depois conseguir lidar</p>

		<p>com tudo isso é complicado, uns conseguem naturalmente, mas outros não.”</p> <p>“As pessoas não vêm com formação nesta área e no recrutamento não nos podemos seguir por aí se não, não havia pessoas. Se quisermos que as pessoas tenham formação temos que ser nos a dar, mas não com a periodicidade que gostaríamos mas vamos dando. Estas pessoas vêm do zero não sabem nada sobre uma demência, sobre um Parkinson”</p> <p>“Vamos tentado dar formação, mas na parte dos recursos humanos é difícil e as vezes não há como superar estes desafios. Vamos tentando dar algum incentivo financeiro de forma a motivar os colaboradores. A direção tentou pegar por aqui as pessoas que estão a 10 anos já merecem mais x as pessoas que fizeram x coisa recebem mais um x, é muito por ai . Também temos um cartão de combustível para cada funcionário que dá descontos. Estas coisas pequeninas é o que se pode fazer.”</p> <p>“Os apoios que nos temos vem da segurança social que é o nosso principal apoio e claro a câmara municipal, que nos tem ajudado muito aqui na parte do associativismo. Podemos dizer sempre que podiam fazer mais, dar mais, e ajudar mais e termos outro tipo de acompanhamento, mas enquanto for assim já não é muito mau.”</p>
--	--	--

	DT.C	<p>“Sustentabilidade financeira, visibilidade e a comunicação para a população, as mudanças das necessidades da população, o envelhecimento e os problemas mentais e sustentabilidade a longo prazo. Nos temos tantas necessidades para apoiar de imediato que a atenção que deve ser dado nas soluções é tão imediata e requer a nossa atenção que requer a nossa atenção diariamente e que nos deixa aqui sem espaço para dar atenção a longo prazo.”</p> <p>“Procuramos fundos financeiros, participamos em festas e concursos, os apoios da segurança social, parceria com outras IPSS e instituições partilhamos recursos e financiamento conjunto como nas cantinas, o acompanhamento e adaptação derivado ao envelhecimento da população com alteração das necessidades trazendo outros serviços especializados como aconselhamento social e desenvolvimento físico, visitas as pessoas (mensalmente) aos utentes. Relatórios anuais que ajudam a ter perspectiva do que foi e que tem de ser melhorado e posto em prática.”</p> <p>“Sim, continuam a apoiar a instituição, não tem conhecimento se são suficientes, mas sabe que ajuda e tem ideia que podia ser melhor. O poder local tem apoiado com as atividades e programas nas instituições.”</p>

	DT.D	<p>“Nós, as IPSS dependem na sua grande maioria do financiamento que nós temos dos acordos de cooperação com a segurança social e depois temos que ter aqui alguma sustentabilidade. E aquilo que acontece é que muitas das vezes nós não conseguimos ter mais recursos humanos, porque nós não temos capacidade. Muitas das vezes é insuficiente, ou seja, eu acho que uma das principais dificuldades é a parte financeira e a falta também de recursos humanos qualificados e disponíveis para trabalhar nestas áreas. Cada vez mais no recrutamento está difícil.”</p> <p>“(…)as IPSS ainda trabalham muito isoladamente, ou seja, cada uma na sua quinta no seu quintal e tem muita dificuldade em fazer trabalho de parceria ou trabalhos em rede, de articular. Mais facilmente tínhamos recursos humanos de diferentes áreas e acho que isso era uma mais-valia para todos. Mas eu acho que as nossas entidades e as nossas IPSS ainda trabalham muito isoladamente.” “Parece que as pessoas têm medo de ser avaliadas. Isso assim não faz sentido, nós temos que partilhar, as boas práticas devem ser partilhadas e os maus exemplos devem ser corrigidos, portanto, só temos todos a ganhar com estas partilhas. As dificuldades que nos temos são as dificuldades</p>

		<p>de todos e se nós partilharmos isto mesmo ao nível de fornecedores se trabalhássemos com uma plataforma conseguíamos melhores preços.”</p> <p>E depois ainda há a questão que as vezes há a necessidade de tentar mudar mentalidades de pessoas que já trabalham nisto a muitos anos e que não entendem.” “(...)estás a falar de pessoas novas, de pessoas que supostamente deviam ter a vontade de mudar as coisas, mas parece-me que mesmo quando entram nas instituições parece que ficam contaminadas com aquela situação. Em vez de levarem da sua mais valia, iniciativa não se acomodam deixam-se ir e fecham-se, não trazem nada de novo, parece que é mais fácil juntarmo-nos a eles do que lutarmos e a mim nunca me fazem sentido.”</p> <p>“ Eu tenho uma ideia, se alguma coisa aqui que eu acho que pode funcionar eu nesse aspeto tenho muita facilidade, tenho que ser sincera, a minha direção é muito, é muito recetiva e até tem muito esta também proatividade e quer muito ideias novas. Portanto, sou uma privilegiada nesse aspeto, mas também tenho uma direção jovem e isso também é uma mais valia. Mas temos que ser nós a aprovar. Agora se nos queremos evoluir as vezes também temos que gastar um bocadinho.”</p> <p>“É assim, nós trabalhamos sempre em rede, (...) ou seja, nós tentamos sempre trabalhar em vida e tentamos sempre articular com as diferentes entidades do Concelho e temos feito isso. E até</p>
--	--	--

		<p>acho que tem sido mais ou menos fácil cada vez que nós propomos , eles até aceitam. Há uma coisa que é fundamental, se nós não trabalharmos em articulação, nós não vamos funcionar. Portanto, eu acho que temos que trabalhar todos em conjunto. Ninguém faz nada, por via da arte.”</p> <p>“ (...) nós temos os acordos de cooperação que é aquilo que é fixo e que nós recebemos e aí como é óbvio, nós temos que ter aqui um rigor financeiro muito grande para conseguirmos gerir isso. Depois temos as situações mais pontuais que tem a ver com o município e depois ao município nesse aspeto, nós também temos tido sempre resposta positiva em tudo aquilo que temos solicitado. O município tem nos apoiado muito nas diferentes fases (...).” “Dou 2 exemplos na aquisição das carrinhas e depois para projetos como, por exemplo, promovermos as férias que nós promovemos todos os anos (...) porque na realidade, sendo fins lucrativos, nós não temos uma capacidade financeira para isto. Nós depois extra acordo há uma coisa que nós temos aqui, que é nós temos as vagas de acordo, que são 22 em lar residencial e 28 CACI, ou seja, depois só temos 2 utentes extra acordo e nós não cobramos um valor diferente para os utentes que estão extra acordo, (...).” “ E depois suportar os custos de 33 recursos humanos, bem como tudo o que são despesas correntes é difícil. Eu costumo dizer que nós fazemos no início, fizemos para além dos empréstimos que nós temos para termos o</p>
--	--	---

		<p>edifício que nós tivemos, porque foi apoiado, mas tudo isso são coisas que são difíceis. Nós tentamos sempre ir buscar tudo aquilo que conseguimos, mas temos sentido esse apoio agora do poder central, isto é, uma luta diária das CNIS e de outras entidades, no sentido de conseguirem aumentar o valor que são pagos pelos acordos, porque o custo de vida tem sido tem aumentado, significativamente, as dependências são cada vez mais, ou seja, os nossos utentes são cada vez mais dependentes a necessitarem de mais cuidados, a necessitarem de outras situações, mas pronto nós estamos sempre dependentes dos governos.</p> <p>“ E depois também temos muitos bem feitos, temos muitas pessoas que nos ajuda também tentamos usar sempre nos nossos ateliês coisas recicláveis. Mesmo angariações de fundos que nós vamos fazendo, já temos aí outra ideia para fazer entretanto, utilizando um bocadinho a prata da casa e desta forma vamos conseguindo ter um bocadinho mais para fazer coisas diferentes, porque se não, não dava. “</p>
		<p>“O maior desafio no momento é terminar a ERPI, os recursos financeiros. Nos estamos a perder dinheiro todos os dias e a degradar o edifício novo. Os recursos humanos é outro grande desafio, eu por exemplo só ca venho 3 vezes por semana não chega, temos muito défice</p>

	<p>DT.E</p>	<p>de pessoal, acabo por fazer muita coisa em casa. O grande argumento da direção é que não tem dinheiro para ter um diretor técnico a tempo inteiro, , surge também aqui o problema das direções serem pessoas com muita idade sem mente aberta, precisamos de novas visões”</p> <p>“Estamos sempre a fazer candidaturas para CEI+, entre outras.”</p> <p>“Suficientes não são, mas a camara tem nos ajudado assim como a junta. O poder central não, o poder local sim.”</p>
--	--------------------	--

Categorias de análise	Instituição	Excerto
Colaboração/ parcerias com outras entidades	DT.A	“Temos parceria com a casa do povo no âmbito da cantina e vamos tendo outras como por exemplo com o município com a junta de freguesia.”
	DT.B	“Na cantina social colaboramos com a ACREDEM , colaboramos com a junta de freguesia constantemente assim como a camara municipal.”
	DT.C	“Segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere, apoio da junta de freguesia e câmara municipal. “
	DT.D	“É assim, nós trabalhamos sempre em rede, ainda agora eu convidei a ACREDEM. Ainda agora o lar, foi a Santa Casa fazer uma dinamização de uma atividade, ou seja, nós tentamos sempre trabalhar em vida e tentamos sempre articular com as diferentes entidades do Concelho e temos feito isso”. “O município tem nos apoiado muito nas diferentes fases”.
	DT.E	“Na cantina social colaboramos com a ASCRA, colaboramos em parceiras informais com a junta de freguesia, a paroquia, com a câmara

		municipal. “
--	--	--------------

Categorias de análise	Instituição	Excerto
Visão da comunidade acerca do papel das IPSS	DT.A	<p>“Para mim é realmente o apoio a infância e o apoio aos idosos. Temos uma população muito envelhecida”</p> <p>“Eu acho que nem sempre as pessoas valorizam o trabalho desenvolvidos pelas IPSS nem tem conhecimento que as vezes com poucos recursos tentamos dar respostas as necessidades da população tanto das crianças como dos idosos.”</p>
	DT.B	<p>“Eu acho que as 3 respostas ERPI, SAD e centro de convívio são as que a comunidade valoriza mais”</p> <p>“ERPI, as pessoas vêm sempre com pensamento em lar a inscrição é para lar. Eu sinto que estes últimos anos as pessoas vêm cada vez com mais idade para os lares, vão ficando em casa porque tem ajuda da vizinha ou da amiga ou da família, mas depois aa entrada em lar para quem não esta integrado em nenhuma resposta social nossa a entrada é mais demorada porque nos damos prioridade a quem já esta connosco noutras repostas. Como não há vaga quando se quer, os apoios domiciliarão as pessoas começam sempre aí”</p>

		<p>“ (...) Há pessoas que já vem com a ideia do que são os serviços e do que pretendem , ate porque hoje em dia a internet auxilia esse processo e depois há aqueles que não fazem a mínima ideia do que são os serviços do que fazem do que não fazem ate onde é que podem ir mas depois na pratica a coisa transcende m muito mais do que aquilo que esta contratualizado.”</p>
	<p>DT.C</p>	<p>“Todas, mas destaca o centro de dia que tem vindo a ser mais procurado, o serviço de apoio ao domicílio também embora devido a falta de capacidade para cozinhar e os familiares estarem longe.”</p> <p>“Tem conhecimento, mas não chega a toda a população, tem vindo a melhorar. Existem outras organizações que levam essa informação. Acha que o feedback é reconhecido pela comunidade e positivamente, não só de agora, mas também do passado.”</p>

	<p style="text-align: center;">DT.D</p>	<p>“É assim, eu acho que a comunidade reconhece muito o nosso trabalho. Portanto, ao nível do CACI e o lar eu tenho a sensação que eu tenho é que há aqui um reconhecimento da comunidade sobre as nossas respostas sociais e também acho que a comunidade também reconhece muito o trabalho realizado pelas IPSS no âmbito da terceira idade. Pronto, portanto, há acho que há aqui uma valorização.”</p> <p>“(…)mas acho que há um reconhecimento que todas do trabalho que as IPSS fazem da importância dele, pelo menos eu sinto isso na nossa Comunidade.”</p> <p>“Eu acho que neste momento estão as no âmbito da terceira idade e talvez a parte da das creches, ou seja, não tanto a nossa, apesar de nós termos lista de espera e tudo isso, mas é diferente, mas no nível de Alvaiázere, aquelas que correm mais, sem dúvida nenhuma, a terceira idade e a creche. Há poucas respostas no país como a nossa e as que há estão todas cheias.”</p> <p>“Eu acho que ainda não pronto.” “ Ainda temos muitas pessoas que não conhecem o trabalho nós realizamos. Depois sobre as outras, sobre no âmbito dos idosos, aí sim, eu acho que a comunidade tem um conhecimento daquilo que é o trabalho</p>

		<p>desenvolvido e daquilo que fazem, mas também já são IPSS que já existem há muitos anos, nós somos muito recentes, 4 anos e meio, não é nada (...)” ”A comunidade mais idosa não tem, não utiliza os mesmos meios de comunicação que nós utilizamos, nós divulgamos muitas coisas pelas redes sociais, e, portanto, não têm esse conhecimento tal e qual, como se calhar não têm de outras atividades, que são realizadas no município. Por isso ainda há aqui algum desconhecimento da comunidade, daquele que é o trabalho (...) que desenvolvemos.”</p>
	<p>D.T.E</p>	<p>“Eu acho que das nossas respostas sociais a mais valorizada é o apoio domiciliário. Temos sempre com a lotação toda. O Centro de convívio também, mas não é tanto.”</p> <p>“É ao apoio domiciliário”.</p> <p>“Eu penso que não, quando alguém desconhece os nossos serviços vão a carta social e vem, telefonam mandam emails, ou perguntam ao vizinho que já esta a ser assistido, há sempre esta proximidade.”</p>

A importância das IPSS na economia social e no desenvolvimento territorial no concelho de Alvaiázere

B *I* U ↻ ✖

O presente questionário é realizado pela investigadora Nádía Brás com a orientação do Professor Cristóvão Margarido no âmbito da investigação para a dissertação de mestrado em Direção e Gestão de Organizações de Intervenção Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Este questionário tem como objetivo compreender o impacto socioeconómico das IPSS no concelho de Alvaiázere.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são instituições sem fins lucrativos que procuram dar resposta a situações de emergência social e apoiar os cidadãos mais vulneráveis. Têm diversas áreas de atuação, desde infância e juventude, envelhecimento, deficiência, entre outras.

Pretendemos conhecer a visão da comunidade do concelho de Alvaiázere, sobre o tema abordado ao longo do questionário. Desta forma, pedimos-lhe que responda apenas se for residente neste concelho.

Os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas. Mais acrescentamos que poderá, em qualquer altura, abandonar o preenchimento do questionário sem ter que justificar essa escolha.

Ao continuar estará a confirmar o seu consentimento em participar nesta investigação.
Muito obrigada pela sua colaboração!

Para qualquer esclarecimento adicional, pode contactar: Nádía Brás
nadiacristiana14@gmail.com

1. Género *

- Masculino
- Feminino
- Não pretendo responder

2. Qual a sua faixa etária? *

- 19 anos ou menos
- 20 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- 60 anos ou mais

3. Qual é a sua nacionalidade? *

Texto de resposta curta

4. Qual o seu estado civil?

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- União de facto

5. Quais são as suas habilitações literárias ? *

- Sem Habilitação literária.
- 1.º ciclo do ensino básico (4ª classe)
- 2.º ciclo do ensino básico (6º ano)
- 3.º ciclo do ensino básico (9º ano)
- Ensino Secundário (12ª ano)
- Ensino Profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra opção...

6. Qual o número de elementos do seu agregado familiar (consigo incluído)? *

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais

7. Freguesia de residência *

- Alvaiázere
- Pussos São Pedro
- Almofter
- Pelmá
- Maças D.Maria

8. Quantas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) pensa existirem no concelho de Alvaiázere ? *

- 1 a 3 IPSS
- 4 a 6 IPSS
- 7 a 9 IPSS
- 10 ou mais IPSS

9. Já recorreu a algum serviço das IPSS ? *

- Sim
- Ainda utilizo
- Não

Se respondeu SIM ou AINDA UTILIZO, a que serviço recorre ou recorreu ?

Texto de resposta curta

Esse serviço pertence a que IPSS?

Texto de resposta curta

11. Quais são as respostas sociais que tem conhecimento que existem no concelho de Alvaiázere ? *

Selecione todas as opções que considere existirem

- Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)
- Centro de Dia
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
- Creche
- Centro de Convívio
- Centro de Noite
- Atividades de Tempos Livres (ATL)
- Lar Residencial
- Casa de Acolhimento
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
- Unidade de Vida Autónoma
- Casa Abrigo
- Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
- Outra opção...

12. Numa escala de 1 a 5, indique qual a importância das seguintes respostas sociais para a comunidade, considerando que:

1- Nada importante

2- Pouco importante

3- Nem importante nem sem importância

4- Importante

5- Muito importante

	1	2	3	4	5
Estrutura Resid...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Dia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviço de Apo...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Creche	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Conv...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Noite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividades de T...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lar Residencial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Ativi...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Casa de Acolhi...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Unidade de Vid...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Casa Abrigo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Aten...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13- Quais acha que são os principais desafios enfrentados pelas IPSS em Alvaiázere?

- Falta de financiamento
- Falta de recursos humanos qualificados
- Baixa carga de trabalho, dificultando o aproveitamento dos colaboradores
- Baixo envolvimento da comunidade
- Limitações na infraestrutura
- Pouca procura pelos serviços das IPSS por parte da população
- Burocracia excessiva nos processos de financiamento e gestão
- Dificuldade em adaptar os serviços às novas necessidades da população
- Competição com outras instituições ou organizações locais
- Falta de inovação nos serviços e programas oferecidos
- Falta de interesse das IPSS em colaborar com a comunidade
- Ausência de necessidade de serviços sociais na região
- Excesso de recursos financeiros disponíveis
- Infraestruturas excessivamente modernas e subutilizadas

14. Na sua opinião as IPSS têm respostas adequadas e suficientes para responder às necessidades da população? *

- Sim
- Não
- Não Sei

Se respondeu NÃO, justifique

Texto de resposta curta

.....

15. Na sua opinião, as IPSS contribuem para a economia e para o desenvolvimento local? *

- Sim
- Não
- Não Sei

Caso pretenda, se respondeu NÃO, justifique a sua resposta

Texto de resposta longa

Se respondeu SIM, do seu ponto de vista, as IPSS contribuem para:

Selecione todas as opções que entender adequadas.

- Criação de emprego e fixação de pessoas no território
- Redução da Pobreza, através de programas e apoios, como por exemplo: Cantina Social
- Cobertura das necessidades sociais
- Promoção da integração de grupos vulneráveis
- Fortalecimento de laços comunitários, através a articulação com o Estado e outras organizações
- Competividade económica
- Inovação social, criando soluções adaptadas às necessidades locais
- Autossuficiência financeira das regiões
- Aumento da população residente
- Não contribuem para nenhuma das opções referidas
- Outra opção...

16. Como avalia o envolvimento da comunidade com as IPSS locais?

- 1. Muito fraco
- 2. Fraco
- 3. Nem fraco nem forte
- 4. Razoável
- 5. Forte
- 6. Muito forte

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6